



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

FLÁVIO ALVES DA SILVA

**OPORTUNIDADES SOCIAIS E O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ:
UMA ANÁLISE À LUZ DO PENSAMENTO DE AMARTYA SEN**

PALMAS – TO

2016

FLÁVIO ALVES DA SILVA

**OPORTUNIDADES SOCIAIS E O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ:
UMA ANÁLISE À LUZ DO PENSAMENTO DE AMARTYA SEN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins – UFT, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional. Orientadora: Prof^ª. Dra. Mônica Aparecida da Rocha Silva.

**PALMAS – TO
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- D229o Da Silva, Flavio Alves.
Oportunidades Sociais e o Programa Jovem Aprendiz: uma análise à luz do pensamento de Amartya Sen. / Flavio Alves Da Silva. – Palmas, TO, 2016.
115 f.
- Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Desenvolvimento Regional, 2016.
Orientadora : Mônica Aparecida da Rocha Silva
1. Programa Jovem Aprendiz. 2. Oportunidades Sociais. 3. Capacidades Humanas. 4. Desenvolvimento Humano. I. Título

CDD 338.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FLÁVIO ALVES DA SILVA

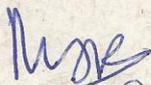
**“OPORTUNIDADES SOCIAIS E O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ:
UMA ANÁLISE À LUZ DO PENSAMENTO DE AMARTYA SEN”.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
em Desenvolvimento Regional da
Universidade Federal do Tocantins para
obtenção do título de mestre.

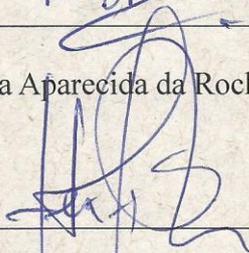
Orientadora: Profa. Dra. Mônica Aparecida da
Rocha Silva

Aprovada em 30/03/2016

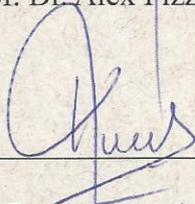
BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Mônica Aparecida da Rocha Silva (Orientadora)



Prof. Dr. Alex Pizzio da Silva - UFT



Profa. Dra. Ana Lúcia de Medeiros - UFT

Dedico este trabalho aos meus pais: Eulina Alves de Sousa e Samuel Alves da Silva. E a toda a minha família.

AGRADECIMENTOS

Comecei a trilhar o caminho do mestrado sozinho e terminei sozinho, porém a caminhada jamais foi solitária. Ao longo do caminho muitas foram as contribuições, tanto de intelectuais da academia quanto de sábios anciões semianalfabetos, passando por “loucos” jovens de ideias mutáveis, como também por sussurros metafísicos.

Por isso deixo aqui registrado o meu agradecimento e reconhecimento a alguns desses contribuintes:

- à CAPES, pelo investimento na minha formação por meio da concessão de bolsa de estudos para o mestrado;
- à minha orientadora, Prof^ª. Dra. Mônica Aparecida da Rocha Silva, pelas contribuições intelectuais e por seu acompanhamento diário, assim como pela pessoa humana que compreendeu os percalços do caminho e colocou pedras onde eu estava quase afundando para sedimentar meu caminho;
- ao membro da banca de qualificação, Alex Pizzo, pelas críticas construtivas e contribuições;
- a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, que se fizeram prestativos em ajudar, demonstrando dedicação e profissionalismo;
- aos jovens aprendizes, pelas respostas e por todas as informações que me concederam;
- aos colegas da turma que me incentivaram e motivaram nos momentos de dúvidas e conflitos;
- ao SENAI-TO, de forma geral e, especialmente, aos gestores, coordenadores e executores do Programa Jovem Aprendiz, por me permitir efetivar essa pesquisa no âmbito dessa instituição, sempre contribuindo ao máximo possível para a realização da pesquisa;
- aos amigos e amigas que me suportaram no decorrer desse caminho e, assim, foram suporte para que eu não parasse de andar antes de chegar ao final do caminho;
- aos meus pais, Eulina Alves de Sousa e Samuel Alves da Silva, por toda referência moral e espiritual, pelo incentivo, dedicação e amor incondicional;
- à minha amiga, Lauriane Santos, pela assistência psicológica “pró-bonus” tão importante nesse meu caminhar;
- à inteligência e sabedoria suprema, Deus, que se manifestou desde as sinapses neurais que geraram os conhecimentos aqui apresentados, passando por condicionalidades emocionais e espirituais, até a harmonia das diversas condições físicas e metafísicas necessárias para que o caminho fosse percorrido.

“Findou-se essa caminhada, mas o fim do caminhar não chegou. Apenas cheguei a um destino no qual não ficarei, mas que busquei por ele passar para que minha caminhada fosse mais rica e proveitosa, nesse caminhar infinito em direção a novos destinos transitórios...”

(Wikoli Yesalel)

RESUMO

Esta pesquisa analisa o acesso às oportunidades sociais dos jovens participantes do “Programa Jovem Aprendiz”, realizado no SENAI-TO, e busca averiguar em que medida o Programa Jovem Aprendiz promove o acesso e a ampliação de oportunidades sociais a seus beneficiários durante a execução do programa. Isso foi buscado por meio de um estudo descritivo-exploratório, em que foram priorizadas as falas dos sujeitos aprendizes que vivenciam o Programa. A coleta de dados usou pesquisa bibliográfica e documental, bem como a aplicação de questionários com questões semiabertas e abertas, com todos os aprendizes integrantes do Programa na Unidade Palmas do SENAI-TO. A análise dos dados foi realizada por meio da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), em sua modalidade “temática”. Os resultados permitiram considerar que, de forma geral, o Programa pode ser classificado com o grau de “médio alto” na promoção do acesso às oportunidades sociais, mas essa classificação não é uma unanimidade em todas as categorias pesquisadas. A promoção desse acesso possui variações diferentes de graus de ocorrência, as quais variam desde o grau muito elevado até o grau muito baixo de presença e/contribuição. Diante dos resultados, é possível inferir que o PJA é um programa que promove o acesso às oportunidades sociais e contribui para desenvolver e aumentar as capacidades necessárias para se acessar os bens necessários à subsistência e a levar a vida que os jovens consideram digna de se viver. Também exerce/desenvolve um papel instrumental da expansão de capacidades na geração de mudança social. Assim como, pode ser considerado como contribuinte na promoção e na expansão das liberdades instrumentais que constituem e promovem o desenvolvimento humano, o qual é, para SEN (2010), “o fator fundamental para o desenvolvimento de uma nação”.

Palavras-chave: Programa Jovem Aprendiz, Oportunidades Sociais, Capacidades Humanas.

ABSTRACT

This research analyzes the access to social opportunities for young participants of the "Young Apprentice Program" held at SENAI-TO and seeks to ascertain to what extent the Young Apprentice Program promotes access and expansion of social opportunities to its beneficiaries during program execution. This is sought through a descriptive exploratory study, in which priority was given to the speeches of subjects learners who experience the program. Data collection used bibliographic and documentary research and the application of questionnaires with semi-open and open questions, with all members apprentices Programme in SENAI-TO Palmas Unit. Data analysis was performed using the Content Analysis (BARDIN, 2011), in his "theme" mode. The results consider that in general the program can be classified to the level of "medium high" in promoting access to social opportunities, but this classification is not unanimous in all categories surveyed. The promotion of such access has different variations of degree of occurrence ranging from the very high degree to the very low level of presence and / contribution. Given the results, you can infer that the PJA is a program that promotes access to social opportunity and helps to develop and enhance the skills necessary to access the goods necessary for survival and lead the life they consider worth living. Also plays / develops an instrumental role in expanding capacity in generating social change. As can be seen as contributing in the promotion and expansion of instrumental freedoms that constitute and promote human development, which is to SEN (2010), the key factor for the development of a nation.

Keywords: Young Apprentice Program, Social Opportunities, Human Capabilities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fases que podem compor a análise de conteúdo	12
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	6
Quadro 2	Lista dos documentos analisados	7
Quadro 3	Procedimentos para a aplicação do questionário	9
Quadro 4	Oportunidades sociais, categorias e variáveis componentes	14
Quadro 5	<i>Continuum</i> com as porcentagens equivalentes aos graus de classificação	15
Quadro 6	Fatores do atributo valorativo e os atributos específicos do significado do trabalho	38
Quadro 7	Participação em cursos de educação para o mercado antes do ingresso no PJA	56
Quadro 8	Participação em cursos de educação para o mercado após ingresso no PJA	57
Quadro 9	Classificação da variável “contribuição para participação em cursos de educação para o mercado de trabalho”	57
Quadro 10	Classificação da variável “participação em programas de qualificação antes do PJA”	58
Quadro 11	Classificação da variável “participação no PJA contribui para a melhoria de suas notas na escola regular”	58
Quadro 12	Classificação da variável “participação no PJA contribui para o aumento de suas competências pessoais”	59
Quadro 13	Competências pessoais desenvolvidas pelo aprendiz	60
Quadro 14	Competências ensinadas/trabalhadas no Programa Jovem Aprendiz	61
Quadro 15	Classificação da variável “utilidade das competências aprendidas para os estudos”	63
Quadro 16	Classificação da variável “acesso a acompanhamento e/ou orientação durante o PJA”.	63
Quadro 17	Classificação da variável “contribuição para conseguir formação universitária”	64
Quadro 18	Classificação geral da categoria “acesso à educação”	64
Quadro 19	Acesso a algum tipo de programas de saúde	65
Quadro 20	Acesso a acompanhamento e/ou orientação durante o PJA	66
Quadro 21	Principais alterações nas condições de saúde	66
Quadro 22	Visualização das alterações nas condições de saúde	67

Quadro 23	Classificação geral da categoria “acesso à saúde”	68
Quadro 24	Primeira atividade remunerada do jovem aprendiz	69
Quadro 25	É a primeira vez que assinam a Carteira de Trabalho e Previdência Social	69
Quadro 26	É a primeira participação em programa de inserção ao trabalho	70
Quadro 27	Acredita ser o PJA a razão de estar trabalhando atualmente	70
Quadro 28	Contribuição para a definição da profissão	71
Quadro 29	Classificação geral da categoria “acesso ao emprego”	71
Quadro 30	Participação em atividades culturais e de lazer	72
Quadro 31	Listagem das atividades culturais e de lazer a que têm acesso em razão de participar do PJA	73
Quadro 32	Usos da remuneração oriunda do PJA pelo jovem aprendiz	74
Quadro 33	Classificação da variável “uso da remuneração do PJA com atividades de cultura e de lazer”	75
Quadro 34	Classificação geral da categoria “acesso à cultura e ao lazer”	75
Quadro 35	Classificação geral do Programa Jovem Aprendiz quanto às categorias componentes	76
Quadro 36	Classificação geral do Programa Jovem Aprendiz quanto às variáveis componentes	77
Quadro 37	Quais são os outros benefícios, além da remuneração, recebidos por participar do PJA	78
Quadro 38	Significados do trabalho para o jovem aprendiz – PJA/Palmas	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Programa Jovem Aprendiz – PJA

Organização das Nações Unidas – ONU

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD

Produto Interno Bruto – PIB

Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

Ministério do Trabalho e Emprego – TEM

Organização Não Governamental – ONG

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP

Serviço Nacional da Aprendizagem Comercial – SENAC

Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial – SENAI

Rede Nacional da Aprendizagem, Promoção Social e Integração – RENAPSI

Universidade Federal do Tocantins – UFT

Classificação Brasileira de Ocupações – CBO

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT

Instituto Federal do Tocantins – IFTO

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertação – BDBT/IBICT

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Objetivo Geral	4
Objetivos Específicos.....	4
Procedimentos Metodológicos	5
Procedimentos para realização de revisão de literatura e pesquisa documental	6
Procedimentos para a aplicação de questionários	9
Participantes da pesquisa: desafios e limitações para a aplicação dos questionários	10
Análise dos dados.....	11
O objeto, o conceito, as categorias e as variáveis pesquisadas	13
Organização da dissertação	16
1. DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	17
1.1 Capital Humano.....	19
1.2 Capacidades Humanas	21
1.3 Desenvolvimento como Liberdade	25
1.4 Um desdobramento do pensamento de Amartya Sen: o IDH da ONU/PNUD	34
2. A CATEGORIA TRABALHO NA PERCEPÇÃO DE JOVENS APRENDIZES	35
3. O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ.....	45
4. O ACESSO ÀS OPORTUNIDADES SOCIAIS NO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ NA PERCEPÇÃO DE JOVENS APRENDIZES	55
4.1 O Programa Jovem Aprendiz em Palmas – TO: dados de caracterização	55
4.2 Acesso à educação	56
4.3 Acesso à saúde.....	65
4.4 Acesso ao emprego.....	68
4.5 Acesso à cultura e ao lazer	72
4.7 Promoção de acessos a outras oportunidades sociais aos jovens aprendizes	78
4.8 Possíveis contribuições do Programa Jovem Aprendiz para o desenvolvimento das capacidades do jovem aprendiz.....	80
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
6. REFERÊNCIAS	88
APÊNDICES	96
Apêndice A – Questionário de pesquisa	96

INTRODUÇÃO

A juventude e o desemprego no Brasil podem ser citados como problemas existentes na agenda governamental ao longo dos tempos. Sendo o primeiro um problema de ordem social e o segundo de ordem econômica, eles muitas vezes cruzam-se com consequências comuns e, às vezes, como soluções mútuas. O que na prática governamental significa ofertar programas de capacitação ocupacional e inserção produtiva (AQUINO, 2009; NOVAES, 2009; SILVA & ANDRADE, 2009), que visam amenizar questões como: problemas relacionados à juventude como o desemprego, a formação escolar deficiente, a violência, as drogas, entre outros, que são todos problemas possíveis de serem relacionados com a desocupação juvenil. Esse tipo de programa busca, também, suprir a ausência ou a pouca quantidade de mão de obra qualificada para o desempenho de atividades profissionais em geral, assim como a ausência ou pouca disponibilidade de uma qualificação apropriada para a atuação técnica-profissional. E em alguns casos, visam proporcionar os parâmetros necessários ao fiel cumprimento da legislação, regulamentando a contratação de adolescentes e jovens nos moldes permitidos pela legislação brasileira.

Esses problemas geram consequências, tais como: o trabalho juvenil de forma ilegal, uma grande demanda por mão de obra qualificada, ao mesmo tempo em que existem um elevado índice de desemprego e a falta de oportunidades para o jovem obter qualificação. Sem esquecer de mencionar os fatores: o desemprego e sua consequente inserção em mercados ilegais ou envolvimento com outros problemas como violência, drogadição etc. O debate acerca dos problemas anteriormente citados traz como um de seus resultados a criação de várias políticas públicas para a juventude, de emprego, de qualificação profissional e de geração de renda.

Diante desse cenário, dentre outras ações, foi planejado e colocado em funcionamento o Programa Jovem Aprendiz, buscando contribuir no combate de tais problemas. Criado no ano 2000, o Programa Jovem Aprendiz – também chamado de programa de aprendizagem – é criado pela Lei nº. 10.097/2000, a qual estabelece que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratarem adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos em uma quantia de no mínimo 5% e no máximo de 15% por estabelecimento, calculada sobre o total de empregados, cujas funções demandem formação profissional.

O Programa Jovem Aprendiz (PJA) é um programa técnico-profissional que prevê a execução de atividades teóricas e práticas, sob a orientação pedagógica de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica e com atividades práticas coordenadas pelo empregador (Portaria MTE, nº 723). É um programa que visa garantir o caráter permanente da aprendizagem como política pública orientada, e com resultados monitorados pela ação estatal, sendo uma estratégia que se articula ao Plano Nacional para uma efetiva participação do jovem na sociedade¹. O Programa, também, busca contribuir para o desenvolvimento nacional por meio do desenvolvimento regional, pois as ações de qualificação são propostas a partir das demandas/necessidades regionais. Busca-se esse desenvolvimento ao contribuir com uma qualificação de mão de obra por meio de uma aprendizagem técnico-profissional que almeje a uma efetiva junção de teoria e prática. Proporcionando assim, entre outros benefícios, uma formação de qualidade para o aprendiz, assim como possibilita para as empresas, dentre outras possibilidades, a oportunidade de formarem profissionais para seu quadro de colaboradores, evitando uma série de dificuldades e obstáculos na procura por trabalhadores qualificados no mercado laboral. O Jovem Aprendiz busca contribuir para um estado de bem-estar, ao propor contribuições também na área social dos jovens aprendizes participantes.

Com os objetivos propostos e a forma como funciona, o Programa pode caracterizar um investimento em capital humano por meio da educação, especialmente a educação técnico-profissional direcionada para o mercado de trabalho. Uma participação que gera retornos financeiros, durante e após a formação – com o recebimento de remuneração durante o contrato do aprendiz e com a qualificação profissional para posterior acesso ao mercado de trabalho, respectivamente – o que possibilita ocorrer desenvolvimento econômico.

Por outro lado, a participação no Programa possibilita o desenvolvimento das habilidades, competências, qualificações e valores do indivíduo participante, o que é uma promoção de seu capital humano. Diante disso, podemos perceber que o Programa Jovem Aprendiz traz em seu escopo características compatíveis com os fatores caracterizadores do capital humano. Mas será que se limita a uma questão de capital humano ou vai além e promove o acesso à liberdade instrumental² das oportunidades sociais³ (SEN, 2010) aos jovens aprendizes participantes?

¹ O Programa Jovem Aprendiz é discutido no capítulo 3.

² Sen (2010) argumenta que as pessoas se desenvolvem à medida em que exercem as cinco liberdades instrumentais – liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora – pois elas são o caminho do, e para o, desenvolvimento das pessoas, localidades e nações (mais informações no capítulo 1).

Um programa social que tem em sua prática cotidiana a promoção do acesso às oportunidades sociais pode ser considerado um programa que contribui para o desenvolvimento humano de seus participantes. Os diversos graus de contribuição podem ser medidos de acordo com a quantidade de beneficiários que conseguem ter acesso às formas/categorias de oportunidades sociais pesquisadas⁴. Assentado nesse entendimento é que esse trabalho procura averiguar em que medida o Programa Jovem Aprendiz promove o acesso e a ampliação de oportunidades sociais a seus beneficiários durante a execução do programa.

Neste trabalho, a perspectiva é analisar o desenvolvimento não somente enquanto um processo derivado de variáveis econômicas, mas principalmente a partir do conceito de desenvolvimento humano por meio da expansão das liberdades instrumentais e substantivas centradas nos agentes sociais. Não queremos defender aqui que a teoria de Amartya Sen seja a ideal, nem mesmo que seja perfeita, completamente sem lacunas e a prova de falhas, pois tal feito não é possível em nenhuma teoria. Buscamos apenas utilizá-la como mais um prisma pelo qual podemos visualizar o mundo e considerando essa forma de ver também válida. E sendo ela válida, pode-se buscar sua visualização/presença na prática social.

Esse trabalho justifica-se por trazer uma contribuição para o rol de pesquisas e conteúdos sobre o Programa Jovem Aprendiz, para a composição de fontes de dados sobre a relação entre o PJA e o acesso às oportunidades sociais, assim como essa presença em outros tipos de políticas públicas. Contribui, também, para a reflexão sobre o acesso às oportunidades sociais junto a vários agentes de desenvolvimento, como as instituições de pesquisa, estudo e planejamento e os órgãos fomentadores/gestores de políticas públicas.

Destacamos as contribuições para o Aprendiz, ao possibilitar que ele se veja como agente de desenvolvimento em sua territorialidade de atuação e ao possibilitar a ampliação de sua visão e atuação ao descortinar um painel de oportunidades sociais advindas de sua participação no Programa. Contribui também para as instituições educacionais, enquanto fonte de referência para (re)formulação de suas práticas educacionais e de seus planos pedagógicos, conceituais e metodológicos. É contributivo também à UFT como agente participativo, transformador e colaborador do processo de desenvolvimento regional por meio da pesquisa, do ensino, do debate e da disseminação do conhecimento. Diante do exposto,

³ O conceito sobre a liberdade instrumental denominada “oportunidades sociais” é discutido mais adiante no capítulo 1.

⁴ As categorias e variáveis componentes da pesquisa são detalhadas mais adiante na Introdução.

evidencia-se que esta pesquisa pode contribuir para diversas áreas do conhecimento como as ciências sociais, humanas, políticas e econômicas, dentre outras.

Considerando que esse programa possa contribuir de alguma forma com a promoção do acesso de adolescentes e jovens às oportunidades sociais⁵, por meio de uma qualificação profissional e de sua inserção no mercado de trabalho, o presente trabalho buscou respostas para as seguintes questões: em que medida o Programa Jovem Aprendiz promove o acesso e a ampliação de oportunidades sociais a seus beneficiários? Quais os graus de presença das principais formas de acesso às oportunidades sociais no PJA? A participação no PJA possibilita aos jovens aprendizes participantes ter acesso a outros tipos de oportunidades? A participação no PJA contribui de alguma forma para o aumento das capacidades do jovem aprendiz?

Objetivo Geral

Averiguar em que medida o Programa Jovem Aprendiz promove o acesso e a ampliação de oportunidades sociais a seus beneficiários durante sua participação no programa.

Objetivos Específicos

- 1- Evidenciar qual o grau de presença das principais formas de oportunidades sociais na execução do Programa Jovem Aprendiz;
- 2- Realizar um levantamento de possíveis acessos a outras oportunidades, a partir da participação do jovem aprendiz no PJA;
- 3- Verificar a existência de possíveis contribuições do Programa Jovem Aprendiz para o desenvolvimento das capacidades do jovem aprendiz.

⁵ Segundo SEN (2010), as oportunidades sociais são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor. Ver mais no capítulo 1 – Desenvolvimento Humano.

Procedimentos Metodológicos

Neste trabalho, buscou-se trazer as referidas liberdades instrumentais para um universo mais micro, visando demonstrar uma maior aplicabilidade desses conceitos na vida das pessoas, contextualizando-os com momentos/fases de execução de um programa social, ou seja, uma interpretação desses conceitos, dessas liberdades em nível mais micro, buscando verificar como elas podem estar presentes em uma ação – seja governamental ou não – e como elas podem ser vivenciadas pelos participantes dessa ação/programa, de modo a poder demonstrar que como aponta a teoria do desenvolvimento como liberdade “o sucesso de uma sociedade é avaliado, nesta visão, primordialmente pelas liberdades substantivas que os membros dessa sociedade detêm” (KANG, 2011, p. 364). E da mesma forma, o sucesso de um programa também pode ser analisado por meio das liberdades instrumentais que os membros desse programa experimentam e vivenciam em sua participação e no grau que absorvem essas liberdades em razão dessa participação. Pois sendo que “a noção *seniana* de liberdade baseia-se nos conceitos mutuamente complementares de capacidade-funcionamentos e de oportunidades-processo” (PINHEIRO, 2012, p. 21) de uma política pública, como o Programa Jovem Aprendiz, para que funcione no mais amplo contexto de desenvolvimento como liberdade, deve fornecer um processo capaz de promover as capacidades do participante, contribuindo para o surgimento de diversas oportunidades para que possibilite ao participante poder escolher entre diferentes funcionamentos, exercendo assim a sua condição de agente, sendo isso possível por meio da expansão das liberdades instrumentais, vivenciadas no decorrer do programa.

A pesquisa foi realizada de forma descritiva-exploratória, por considerar que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, que não pode ser traduzido apenas em números, mas o mundo real pode ser refletido por meio da verbalização da subjetividade do sujeito. Com isso o foco não está somente na quantificação, mas sim na expressividade do sujeito, ou seja, na fala dos jovens aprendizes. Por isso, foram utilizadas, de forma integrada, “técnicas de coleta e análise quantitativas e qualitativas que aumentam a robustez da explicação do fenômeno [*e que*] o entrelaçamento de dados qualitativos e quantitativos permite atingir um entendimento que nenhum dos métodos isoladamente pode oferecer” (BALESTRO, 2006). Na coleta de informações, utilizaram-se dados secundários e dados primários.

Os dados secundários foram buscados por meio de pesquisa bibliográfica, que foi realizada de modo multidisciplinar e a partir de materiais publicados (livros, artigos de

periódicos e material disponível na internet) e que foi usada juntamente com a pesquisa documental, elaborada a partir de materiais que não recebem/receberam tratamento analítico (GIL, 1991).

Procedimentos para realização de revisão de literatura e pesquisa documental

Durante a realização da pesquisa bibliográfica e documental, foi adotado o procedimento de dividir as categorias em dois grupos. Um grupo era específico sobre os conceitos de desenvolvimento, de desenvolvimento humano segundo Sen e sobre os significados do trabalho para os jovens aprendizes. Já o outro grupo era específico sobre a Aprendizagem/Jovem Aprendiz. Para o levantamento das informações do grupo 1 – e para parte do grupo 2 – foram realizadas pesquisas de termos referentes à discussão na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 01 – Pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

Termos buscados	Quantidade encontrada	Relacionados à discussão
Programa Jovem Aprendiz	8	7
Programa Jovem Aprendiz Tocantins	0	0
Programa de aprendizagem	45	5
Jovem aprendiz	22	9
Significado do trabalho na juventude	121	6
Significado do trabalho para jovens aprendizes	23	3
Sentidos do trabalho para jovens aprendizes	49	5
Amartya Sen	68	8
Amartya Sen - desenvolvimento humano	9	0
Amartya Sen - desenvolvimento como liberdade	2	0
Desenvolvimento como liberdade	3	0
Amartya Sen - oportunidades sociais	0	0
Amartya Sen - capacidades	2	0
Juventude e oportunidades sociais	0	0

Fonte: Elaboração própria

Quanto ao levantamento de dados para o grupo 2, além dos termos buscado na BDBT-IBICT, também foram coletados documentos referentes à Aprendizagem no endereço eletrônico do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, compostos por leis, decretos, portarias e manuais. Também foram usados documentos cedidos pela entidade qualificada em Formação Técnico-Profissional⁶ pesquisada (SENAI-TO), assim como dados e informações do Portal Observatório da Aprendizagem. Esses materiais podem proporcionar uma releitura de informações apresentadas pelos estudos e pesquisas sobre o Programa Jovem Aprendiz e para a construção de uma fundamentação e argumentação teórica, com exposição de conceitos e análises dos dados obtidos na pesquisa, efetuando sua relação explicativa segundo os objetivos do presente trabalho.

Quadro 02 – Lista dos documentos analisados

Documentos	Tipo	Órgão responsável	Ano
Lei 10097 de 19 de dezembro de 2000	Lei	Congresso Nacional	2000
Lei 11180 de 23 de setembro de 2005	Lei	Congresso Nacional	2005
Decreto Nº 5598 de 1º de dezembro de 2005	Decreto	Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos	2005
Portaria Nº 615 de 13 de dezembro de 2007	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego – MTE	2007
Anexo I da Portaria Nº 615 (com redação dada pela Portaria 1003/2008/MTE)	Anexo Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego – MTE	(2007) 2008
Anexo II da Portaria Nº 615 (com redação dada pela Portaria 1003/2008/MTE)	Anexo Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego – MTE	(2007) 2008
Manual da Aprendizagem	Manual	Ministério do Trabalho e Emprego – MTE	2014
Portaria Nº 616 de 13 de dezembro de 2007	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego – MTE	2007
Portaria Nº 291 de 19 de junho de 2008	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego – MTE	2008
Portaria Nº 618 de 13 de dezembro de 2007	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego – MTE	2007

⁶ O termo “Entidade Qualificada em Formação Técnico-Profissional” é a nomenclatura utilizada para designar as instituições que executam a parte teórica do programa de aprendizagem (Decreto 5.598 de 01 de dezembro de 2005).

Portaria Nº 1003 de 04 de dezembro de 2008	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego – MTE	2008
Portara Nº 1535 de 21 de agosto de 2009	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego – MTE	2009
Portaria Nº 1715 de setembro de 2009	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego – MTE	2009
Portaria Nº 2185 de novembro de 2009	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego – MTE	2009
Portaria Nº 656 de 26 de março de 2010	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego – MTE	2010
Portaria Nº 2755 de 23 de novembro de 2010	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego – MTE	2010
Portaria Nº 239 de 09 de fevereiro de 2011	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego – MTE	2001
Portaria Nº 1681 de 16 de agosto de 2011	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego – MTE	2011
Portaria Nº 723 de 23 de abril de 2012	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego – MTE	2012
Portaria Nº 723 de 23 de abril de 2012 (com redação atualizada pela Portaria 1005 de 01 de junho de 2013)	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego – MTE	2012
Minuta de Portaria Nº 1132 de 23 de abril de 2014	Portaria	Ministério do Trabalho e Emprego – MTE	2014
Apresentação do Programa Jovem Aprendiz		Ministério do Trabalho e Emprego – MTE	2015
Estatuto da Juventude – Lei 12.852/2013	Lei	Congresso Nacional	2013
Cartilha de Políticas Públicas de Juventude	Cartilha	Secretaria Nacional da Juventude	2013

Fonte: Elaboração própria

Procedimentos para a aplicação de questionários

Os dados primários foram levantados por meio de pesquisa de campo, pois as buscas de informações não se mostraram possíveis de serem obtidas e nem verificadas/validadas apenas a partir da bibliografia existente. Assim sendo, se fez necessária a busca e verificação *in loco* para a apuração dos dados. A principal metodologia de campo adotada foi a coleta de informações por meio da aplicação de um questionário contendo 34 perguntas (apêndice 1) destinadas aos jovens aprendizes. Sendo esse dividido em seis sessões, com duas delas para caracterização e questões gerais e outras quatro sendo cada uma delas relacionada a uma das categorias componentes da liberdade instrumental – acesso às oportunidades sociais – pesquisada.

O questionário foi construído com explicações, para ser autoaplicado e foi utilizada a ferramenta de formulário de pesquisa do Google Docs para a aplicação do questionário, devido a sua considerável praticidade na hora de responder, dentre outras contribuições que a ferramenta possibilita. Os questionários foram aplicados para todos os 54 jovens aprendizes do SENAI-Palmas, os quais compõem o corpus desse trabalho. A aplicação foi realizada pela coordenadora pedagógica⁷ do Programa Jovem Aprendiz, no laboratório de informática da unidade do SENAI-Palmas – local em que ocorrem as aulas teóricas. A fim de obter a autorização e aplicação do questionário foi realizada uma reunião com a Coordenadora Geral e a Coordenadora Pedagógica do PJA do SENAI-TO e foi firmado um acordo para que, após a realização da pesquisa e finalização desta dissertação, fossem disponibilizadas cópias do presente trabalho e a realização de uma reunião para exposição dos resultados obtidos com a aplicação do questionário.

Quadro 03 – Procedimentos para a aplicação do questionário

Procedimentos usados para aplicação	Dos 54 questionários aplicados, todos foram realizados na unidade do SENAI-Palmas, via formulário <i>online</i> (<i>google docs</i>).
Procedimento usado para a aplicação	Os formulários <i>online</i> foram abertos nos computadores do laboratório de informática e cada aprendiz teve acesso a um computador

⁷ A aplicação foi realizada pela coordenadora pedagógica e não pelo pesquisador em virtude de acordo entre o pesquisador e a coordenação geral do programa no SENAI, para que fosse possível a realização da pesquisa de forma mais rápida e com a participação de todos os jovens respondendo ao questionário.

	para responder o formulário. Todos os aprendizes de uma dada turma responderam os formulários de forma simultânea.
Os respondentes receberam as seguintes explicações	Os participantes foram orientados a responderem livremente com suas opiniões, seguindo apenas as instruções contidas em cada questão.

Fonte: Elaboração própria

Participantes da pesquisa: desafios e limitações para a aplicação dos questionários

O maior desafio para a realização da pesquisa foi obter acesso aos jovens aprendizes, pois eles enquanto estão no campo de atuação (nas empresas) ficam dispersos por toda a cidade e atuando em diferentes horários, o que impossibilitava o encontro com eles. O local possível de encontrar todos – mesmo que divididos em mais de uma turma – e realizar os encontros para a aplicação do questionário seria no momento em que os jovens aprendizes estivessem na entidade qualificadora. Para a realização da pesquisa, foram realizados os seguintes passos: encaminhamento de ofício para a coordenação geral do programa, apresentando a pesquisa e solicitando dados quantitativos de jovens aprendizes; contato via telefone para esclarecimento de dúvidas sobre os dados solicitados; recebimento da resposta do ofício com o fornecimento dos dados solicitados; encaminhamento de ofício solicitando permissão para aplicação do questionário de pesquisa; contato via telefone para esclarecimento de dúvidas sobre a aplicação do questionário; realização de reunião com a coordenação geral e coordenação pedagógica do Programa, para apresentação pessoal do pesquisador e do questionário de pesquisa; envio do *link* de acesso ao questionário *online*; aplicação dos questionários com os jovens aprendizes; recebimento dos dados automaticamente, à medida em que foram sendo respondidos.

Faz-se necessário registrar três fatos importantes: (a) um desgaste de tempo prolongado ocorrido entre o conhecimento do questionário pela coordenação geral, repasse para a coordenação pedagógica e a aplicação do questionário e (b) a exigência de aplicação do questionário nas dependências do SENAI, o que gerou mais um tempo para que fosse possível aplicar a todos os aprendizes, haja vista que eles fazem parte de três turmas que têm as aulas teóricas em dias diferentes uma turma da outra; e (c) o fato de a aplicação do questionário ter

sido realizada pela coordenadora pedagógica e os professores/monitores das turmas. Também é importante ressaltar que tais acontecimentos podem ter sido considerados como dificultadores da pesquisa, mas não foram considerados como influenciadores nos resultados obtidos.

O *corpus* da pesquisa também teve que ser limitado à instituição SENAI, em razão de não ter sido possível obter a autorização para realizar a pesquisa nas instituições: Rede RENAPSI; IFTO, mesmo após vários contatos e tentativas via ofícios e visitas pessoais do pesquisador às instituições.

Análise dos dados

A análise dos dados foi realizada de forma descritiva-exploratória, buscando descrever como os jovens aprendizes conseguem visualizar as contribuições do PJA para que eles tenham acesso às oportunidades sociais. Assim sendo, todos os resultados analisados e apresentados nessa pesquisa são oriundos dos próprios aprendizes participantes do programa, a partir de suas vozes. Buscou-se descrever o máximo possível da subjetividade dos jovens aprendizes, de forma a refletir suas percepções acerca de terem acesso às oportunidades sociais devido a estarem participando do Programa Jovem Aprendiz.

Com a análise dos dados quantitativos buscou-se fundamentar os graus de contribuição para o acesso às oportunidades sociais na execução do Programa Jovem Aprendiz. Para visualizar esses graus foi usado um *continuum*⁸ ilustrativo. Já com a análise qualitativa, buscou-se tecer possíveis interpretações das falas dos aprendizes de forma a extrair suas considerações sobre as questões propostas e a compor, assim, as representações de suas falas nas variáveis componentes e suas relações com as categorias pesquisadas. E com isso, tentar demonstrar em que medida o construto do Programa Jovem Aprendiz pode contribuir para o desenvolvimento humano de seus jovens aprendizes participantes a partir das contribuições de acesso a liberdade instrumental das oportunidades sociais.

Entendendo que apesar da maioria dos questionários visar, pelos menos em parte, à descrição, muitos têm o objetivo adicional de fazer asserções explicativas (BABBIE, 2003) e é por essas razões que o utilizamos neste trabalho. Foram realizadas as análises das respostas do questionário e o conteúdo dos documentos referentes ao Programa Jovem Aprendiz e

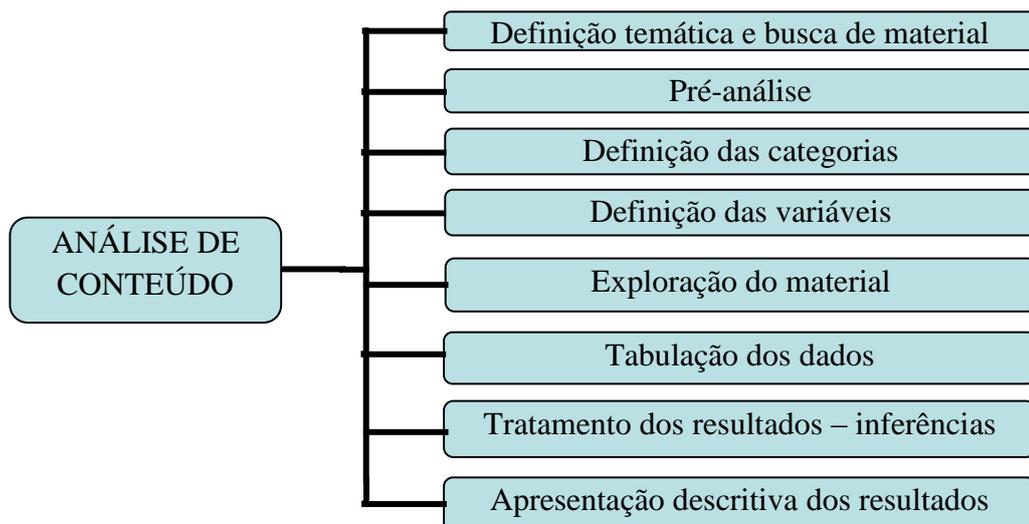
⁸ A ideia do instrumental *Continuum* foi baseada no uso que foi feito por Borges (1997).

traçadas as interpretações e considerações acerca das respostas obtidas com a teoria do desenvolvimento humano. Esses procedimentos tiveram por base analítica o processo metodológico da Análise de Conteúdo, segundo BARDIN (2011), a qual consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. BARDIN (2001, p. 48)

Dentre esse conjunto de técnicas, foi utilizada a modalidade “temática”, a qual “consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 2011). Assim foram obtidos os resultados e feita a classificação das variáveis obtidas – considerando a presença ou a ausência delas – dentro das categorias as quais pertencem, ou seja, inserindo os elementos de significação constitutivos da mensagem dentro das diversas gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação desses diferentes elementos de significação constitutivos da mensagem segundo critérios suscetíveis de fazer surgir um sentido capaz de introduzir alguma ordem, a partir dos dados coletados (BARDIN, 2011).

Figura 1 – Fases que podem compor a análise de conteúdo.



Fonte: Elaboração própria, com base em BARDIN (2011).

O objeto, o conceito, as categorias e as variáveis pesquisadas

Considerando que existem diversas facetas, as quais compõem um dado Programa que esteja sendo pesquisado, como categorias diferentes de participantes, locais de realização, contextos sociais e culturais etc., esse trabalho buscou alcançar seus objetivos a partir das falas dos próprios jovens aprendizes participantes do Programa, refletindo, assim, suas percepções sobre o acesso às oportunidades sociais no PJA. Sendo assim, o objeto empírico neste trabalho é o Programa Jovem Aprendiz, no qual foi buscado ver a presença de ações que promovam e contribuam para o aprendiz ter acesso às oportunidades sociais na sua prática diária de execução. Neste trabalho, a análise do Programa Jovem Aprendiz está delimitada geograficamente ao município de Palmas – TO; e, temporalmente, o recorte limita a pesquisa a apenas os aprendizes atualmente participantes do Programa – o que limita seu ingresso a partir do início do ano de 2014 até o final do mês de outubro de 2015, período anterior ao mês de novembro/2015, data em que teve início a aplicação do questionário. Foram investigados somente os aprendizes atendidos pelo Sistema S⁹ em Palmas – TO, ficando, dentro do Sistema S, restritas, as unidades do SENAI–Palmas¹⁰. Nessas condições, temos 54 jovens aprendizes atendidos, os quais compõe o *corpus* geral desta pesquisa. O questionário foi aplicado a todos os participantes e obteve um retorno de 100% dos jovens aprendizes. O Programa Jovem Aprendiz é abordado no capítulo três desta dissertação.

Neste trabalho, o conceito de desenvolvimento humano é o conceito defendido por Amartya Sen (2010), que traz o desenvolvimento para além do crescimento econômico, apontando que o “verdadeiro” desenvolvimento é o que tem o foco voltado para o desenvolvimento das pessoas de maneira mais completa que a financeira, incluindo as áreas social e a educacional, suas capacidades e sua condição de agente, o que é possível por meio da expansão de suas liberdades instrumentais e substantivas. Sendo aqui investigadas apenas as liberdades instrumentais, tidas por SEN como o caminho que ao ser percorrido conduz ao desenvolvimento e ao mesmo tempo se torna o desenvolvimento. As liberdades instrumentais são vistas por SEN (2010) como elementos facilitadores da existência do desenvolvimento humano, são o caminho pelo qual é possível alcançar as liberdades substantivas que são o desenvolvimento humano, como será visto nos capítulos teóricos (1, 2 e 3) da dissertação.

⁹ Outras instituições não fazem parte desta pesquisa devido a sua não colaboração, caracterizada pela não disponibilidade de dados para a realização da mesma.

¹⁰ As unidades do SENAR, SEBRAE e SENAT, não desenvolvem ações de qualificação profissional com o Programa Jovem Aprendiz, fazem apenas o uso deles como contratados, exercendo assim o papel de empresa contratante e não de instituição qualificadora.

Partindo desse pressuposto, elegemos, como nosso funcionamento relevante a ser avaliado no Programa Jovem Aprendiz, apenas a liberdade instrumental denominada de *oportunidades sociais*, a qual foi medida em que graus (*baixo, médio baixo, médio, médio alto e elevado*) faz-se presente na execução do Programa Jovem Aprendiz. Para mensurar a liberdade instrumental das oportunidades sociais, foram realizadas perguntas que permitem visualizar a presença das categorias e das variáveis que compõem o conceito de desenvolvimento humano por meio dessa liberdade instrumental. As categorias e variáveis que foram buscadas são as listadas no quadro abaixo:

Quadro 04 – Oportunidades sociais, categorias e variáveis componentes.

Liberdade instrumental	Categorias componentes	Variáveis componentes
Oportunidades sociais	- acesso à educação	<ul style="list-style-type: none"> - Participação em cursos de educação para o mercado - Participação em programas de qualificação - Contribuição para melhoria na escola regular - Contribuição para o aumento das competências pessoais - Utilidade das competências aprendidas para os estudos - Acesso a acompanhamento e/ou orientação durante o PJA - Contribuição para conseguir uma formação universitária
	- acesso à saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso a algum tipo de programa de saúde - Possíveis alterações nas condições de saúde - Visualização das alterações nas condições de saúde

	- acesso ao emprego	<ul style="list-style-type: none"> - É a primeira atividade remunerada do jovem aprendiz - É a primeira vez que assinam a CTPS - É a primeira participação em programa de inserção ao trabalho - Contribuição para definição da profissão - Acredita ser a razão de estar trabalhando hoje
	- acesso à cultura e ao lazer	<ul style="list-style-type: none"> - Participação em atividades culturais e de lazer - Uso da remuneração do PJA com atividades culturais e de lazer.

Fonte: Elaboração própria

O grau de presença da liberdade instrumental pesquisada foi medido e classificado de acordo com o grau (*baixo, médio baixo, médio, médio alto e elevado*) predominante no total das classificações de cada categoria componente. Da mesma forma, cada uma das categorias componentes pesquisadas foram medidas e classificadas de acordo com o grau predominante no total das classificações de cada variável componente. Já cada variável componente foi medida de acordo com a quantidade de vezes em que ela aparece nos resultados dos questionários e nos documentos pesquisados. E foi classificada de acordo com sua porcentagem em relação à quantidade de questionários aplicados. Para a classificação dos graus de presença, foi escolhido o instrumental denominado *continuum*, pelo fato de se tratar de um instrumento que facilita a classificação dos dados, enquanto que para a demonstração visual dos resultados foi escolhido o formato de quadros por ser considerado de fácil visualização e possibilitar melhor exposição e compreensão dos resultados alcançados.

Quadro 05 – *Continuum* com as porcentagens equivalentes aos graus de classificação.

Entidade	Baixo	Médio Baixo	Médio	Media Alto	Elevado
Qualificadora	(0% a 20%)	(21% a 40%)	(41% a 60%)	(61% a 80%)	(81% a 100%)

Fonte: Elaboração própria

Organização da dissertação

O trabalho está estruturado em seis partes, sendo elas a Introdução, os capítulos 1, 2, 3 e 4 e as Considerações Finais. Na introdução, temos a delimitação e a contextualização do tema escolhido; o objetivo geral e os objetivos específicos, assim como a justificativa. Também são descritos os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, assim como o caminho percorrido para sua realização. O capítulo 1 traz uma exposição teórica, discorrendo sobre o desenvolvimento, com enfoque central na teoria do desenvolvimento humano a partir de Amartya Sen, com o Desenvolvimento como Liberdade. O capítulo 2 apresenta uma breve revisão bibliográfica sobre os significados do trabalho para o jovem aprendiz, a partir da ótica e da voz dos próprios jovens aprendizes. E no capítulo 3, tem-se a discussão sobre a política pública brasileira denominada Programa Jovem Aprendiz, instituída pela Lei da Aprendizagem (Lei Nº 10.097/2000), com foco específico na sua proposta de ação e seu funcionamento enquanto campo possível de presença e prática das liberdades substantivas apontadas por Sen (2010). No capítulo 4, são apresentados os principais resultados alcançados na pesquisa, de forma a tecer a discussão desses dados com a teoria, a partir de uma proposição dimensional em conformidade com os objetivos da pesquisa. E por fim, tem-se as considerações finais, com as possíveis limitações da pesquisa e sugestões de possíveis novos estudos complementares e expansionistas, acerca do acesso às oportunidades sociais no Programa Jovem Aprendiz.

1. DESENVOLVIMENTO HUMANO

Este capítulo tem como objetivo realizar uma exposição sobre o conceito de desenvolvimento humano, a partir da visão de Amartya Sen. Para tanto, apresentamos os conceitos de capital humano e de capacidades humanas, de forma a demonstrar as características e as diferenças entre esses conceitos semelhantes, mas distintos. Também expomos o conceito de desenvolvimento como liberdade, explicitando as liberdades instrumentais, dentre as quais temos a liberdade denominada acesso às oportunidades sociais, a qual é a liberdade analisada nesta dissertação.

A definição de um conceito e das características do que é desenvolvimento e do que é desenvolvimento humano é uma tarefa hercúlea que não pretendemos por em última instância neste trabalho. Mas para termos parâmetros de comparação com as características do Programa Jovem Aprendiz, elencamos algumas definições apontadas por diversos pesquisadores do desenvolvimento e, especialmente, do desenvolvimento humano. SOUSA (2013) e ACEVEDO, DÍAZ, GAMBOA, ALVIS, (2004) fazem, respectivamente, um panorama histórico e um levantamento de diversas teorias sobre desenvolvimento, por meio dos quais podemos ver que a evolução do conceito de desenvolvimento teve quatro grandes fases: sendo considerado sinônimo de crescimento econômico; depois com a introdução de variáveis como a qualidade de vida e instituição, pelos estruturalistas na década de 1940; e sendo confundido com a industrialização, ao considerar que essa seria necessária à sua promoção; e como desenvolvimento ligado às questões humanas – desenvolvimento humano, que se tornou o centro dos debates desde a década de 1990.

No âmbito dessas fases, temos diversas correntes econômicas de pensamentos e dentre elas algumas apresentam definições para o conceito de desenvolvimento sob a ótica econômica. Assim como também é visto pelo social e pelas questões humanas. Nessa linha de pensamento, temos dois grandes enfoques de abordagem: o Capital Humano e o Desenvolvimento Humano. Esse último é o que orientou a realização desta pesquisa.

Dentre as várias correntes que olham para o desenvolvimento por meio da ótica econômica, apresentamos, a seguir, de forma bem sucinta, alguns pensadores, assim como sua linha de pensamento. Assim sendo, segundo Sousa (2013), o pensamento de Smith (1985) deixa claro que o aumento da riqueza seria necessário e suficiente para o desenvolvimento. E

que, conforme Alfred Marshall (1982), deveria ser buscado o aumento do consumo e da poupança, pois o desenvolvimento seria o resultado do aumento desses dois fatores. Kang (2001) afirma que, para Schumpeter *apud* Costa (2006), o desenvolvimento abarca esses fatores, mas acrescenta que é necessário ocorrer o rompimento do fluxo circular através das inovações. Além desses, Pereira (2003) apresenta dois outros modelos, o Solow e o Harrod-Domar, que também abordam o desenvolvimento como crescimento econômico. O primeiro analisa o crescimento econômico de um país em um longo período, tendo por base/fonte a acumulação de capital, o crescimento da força de trabalho e as alterações tecnológicas, enquanto que o segundo também considera acumulativamente outros fatores capazes de determinar o desenvolvimento tais como o progresso tecnológico, a educação e a capacidade empresarial. Ambos apontando que o fim da desigualdade resultaria da promoção do crescimento econômico, e que este objetivo devia ser o centro da política do desenvolvimento.

Segundo os desenvolvimentistas, o desenvolvimento econômico de um país estaria associado ao seu processo de industrialização (FURTADO, 1968). Por isso, acreditavam que era necessário, ao país, voltar-se para um modelo econômico com base na industrialização para alcançar o desenvolvimento econômico (PREBISCH, 1964), de forma a se desenvolver por meio do aumento da renda e da acumulação de capital baseada na estratégia de substituição de importações (TAVARES, 1972). Já para a corrente estruturalista, o desenvolvimento de uma nação ou de uma região requer mudanças nas estruturas da sociedade, mudanças políticas, econômicas e, principalmente, sociais e humanas (OLIVEIRA, 2002), assim o crescimento deve ser com melhoria nas condições de vida da população em geral. Luiz Bresser Pereira (2006), define o desenvolvimento como o processo histórico de crescimento sustentado da renda ou do valor adicionado por habitante implicando a melhoria do padrão de vida da população de um dado estado nacional. Para Bresser-Pereira (2006), esse crescimento é resultado da sistemática acumulação de capital e da incorporação de conhecimento ou progresso técnico à produção. Conforme os pensadores de tradição marxista e cepalina, apontados por Oliveira (2002), como Raul Prebisch (1964), Gunnar Myrdal (1968), Celso Furtado (1968-1974) e Luiz Bresser-Pereira (2006), o desenvolvimento implica realizar a tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem os avanços da ciência por meio da mudança de estruturas econômicas, sociais, políticas, institucionais, com melhoria da produtividade e da renda média da população. Evitando que a ideia de desenvolvimento seja desviada para objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento e possa ser usada apenas como

uma cortina de fumaça para encobrir a ausência de atuação nas possíveis questões fundamentais existentes em uma dada sociedade.

1.1 Capital Humano¹¹

Dentre as várias correntes teóricas que abordam o conceito de desenvolvimento pela ótica do social e das questões humanas, ressaltamos a abordagem do Capital Humano. Essa teoria tem Theodore Schultz como seu maior expoente. De acordo com SCHULTZ (1961), o capital humano é constituído por um investimento em habilidades e conhecimentos que aumenta as rendas futuras semelhantes. Sendo que os proprietários do capital humano são os trabalhadores, estes não podem se separar de suas habilidades, assim o que levaria a um maior desenvolvimento humano seria o montante de investimento que uma nação ou indivíduos fazem para a ampliação do conhecimento, a melhoria das habilidades, da qualificação e do aperfeiçoamento da população, construindo valores agregados em maior qualidade aos indivíduos em prol de uma expectativa de retornos adicionais futuros. Apontando como via principal de transformação a educação, mas não se limitando a ela:

Embora a educação seja, em certa medida, uma atividade de consumo que oferece satisfações às pessoas no momento em que obtêm um tipo de educação, é predominantemente uma atividade de investimento realizado para o fim de aquisição de capacitações que oferece satisfações futuras ou que incrementa rendimentos futuros da pessoa como um agente produtivo (SCHULTZ, 1973)

Apontando também outras categorias de atividades importantes que melhoram as capacidades humanas como o investimento em instalações e serviços de saúde, amplamente concebida para incluir gastos que afetam a expectativa de vida, força e resistência, e o vigor e vitalidade de um povo; o chamado treinamento para o trabalho – inclusive aos moldes daqueles realizados nas empresas; a organização formal da educação em seus níveis fundamental, médio e superior; e programas de estudos para adultos – não desenvolvidos por empresas – como extensionistas em diversas áreas, inclusive na agricultura.

Além disso, Schultz (1961) traz que “ao investir em si mesmos, as pessoas podem ampliar o “leque” de opções disponíveis para elas. Esse investimento é uma maneira por meio da qual os homens livres podem melhorar o seu bem estar”. Assim, podemos entender que o

¹¹ Assim como nas teorias anteriores, ressaltamos que sobre a abordagem da teoria do capital humano que foi feita aqui não é exaustiva, pois o objetivo é apenas apresentar alguns conceitos de sua proposição teórica.

capital humano é a ação de um indivíduo realizar forte investimento em si mesmo, investimentos que tenham significativa influência sobre o crescimento econômico. Sendo que o que constitui basicamente esse capital é o investimento na educação. De modo que o capital humano contempla os investimentos na área educacional como uma forma de retorno para o trabalho e para o capital – é àquela que prega e deposita fortemente o investimento na educação como a forma de provocar uma modificação social. Gaudêncio Frigotto (2009) aponta que o fator H – composto por habilidades, conhecimentos, atitudes e valores – constitui, para Shultz (1961), o insumo adicional gerador de um diferencial no desenvolvimento entre os países. Frigotto também aponta que Schultz define que capital humano é um investimento em habilidades e conhecimentos que aumenta as rendas futuras semelhante como o montante de investimento que uma nação ou indivíduos fazem na expectativa de retornos adicionais futuros.

Alfred Marshall (1988), ao classificar os bens em duas escalas, a de bens materiais e a de bens imateriais, define que os bens imateriais são qualidades e habilidades, portanto, qualidades e habilidades é capital humano. Enquanto que Becker (1996) define “capital pessoal” como aquele que inclui os consumos passados relevantes e demais experiências pessoais que afetam as utilidades atuais e futuras. A esse respeito, Becker (1996) comenta que:

Embora a literatura em capital humano tenha focado na educação, no treinamento no trabalho, e em outras atividades que aumentam os ganhos, os estoques de capital que diretamente influenciam o consumo e as utilidades são às vezes ainda mais importantes (BECKER, 1996)

Esses estoques são gerados por meio de investimentos e sendo assim os gastos que interessam são os feitos nas capacidades duráveis, conforme aponta López-Ruiz (2009). Esses gastos representam investimentos e, através deles, uma das capacidades duráveis transforma-se em capital humano que realiza serviços de consumidor, e a outra, numa forma de capital humano que incrementa a capacitação de produtor da pessoa que recebe o investimento. Sendo assim, o investimento em educação e qualificação profissional é uma forma de investimento em capital humano, contundo “a perspectiva do capital humano atribui relevância à educação, na medida em que esta guarda relação com o aumento de produtividade humana que, por sua vez, colabora com o processo de expansão econômica” (VIEIRA, 2010, p. 221-222) sendo que seu foco não está na ampliação das liberdades do

indivíduo e sim na “atuação dos seres humanos para aumentar as possibilidades de produção” (SEN, 2010b, p. 332).

1.2 Capacidades Humanas

Dentre os diversos conceitos que compõem a teoria do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen, temos alguns que são importantes para o presente trabalho, sendo eles o conceito de a) capacidades; b) condição de agente; c) funcionamentos; d) processos; e e) oportunidades; os quais são apresentados em sequência a seguir.

Para Sen (2010b), a capacidade de uma pessoa refere-se a combinações alternativas de funcionamentos que são factíveis de serem atingidas por ela. A capacidade é, portanto, um tipo de liberdade, a liberdade substantiva de alcançar combinações alternativas de funcionamentos – ou, posto menos formalmente, a liberdade para alcançar vários estilos de vida (SEN, 2010b, p. 74-75). A capacidade de uma pessoa é formada pelas combinações de funcionamentos que ela possa ter, ou seja, a capacidade é um tipo de liberdade, a liberdade de poder escolher o modo de como se viver (SANTOS, 2013; KANG, 2011) de modo que “é possível para ele definir que alguns funcionamentos são intrinsecamente valiosos, mas que o indivíduo tem liberdade para escolher entre diversos vetores de funcionamento” (KANG, 2011, p. 359).

Segundo Maceri & Diaz (2015), Amartya Sen entende o desenvolvimento e o aumento das liberdades das pessoas como sendo a expansão de suas capacidades, direito a fazer e ser o que se quer fazer e ser. Para Sen (2010b), a capacidade constitui o conjunto de possibilidades reais que podem ser exploradas pelo indivíduo não somente enquanto abertura estrutural do conjunto de leis e da economia para que cada indivíduo possa estabelecer suas escolhas, econômicas ou não. Assim ele também eleva seu conceito de desenvolvimento como liberdade para além de uma forma de capital humano, pois “uma compreensão mais integral das capacidades humanas orienta-se por três fundamentos: sua relevância direta para o bem-estar e a liberdade das pessoas; seu papel indireto, influenciando a mudança social e [...] a produção econômica” (VIEIRA, 2010, p. 223). Sen funda uma visão de capacidades como sendo as possibilidades reais de escolha, no sentido de que se faz necessário compreender as situações do indivíduo – como a pobreza, por exemplo – através da privação real da pessoa e não apenas pela reação mental que ela apresente diante de suas privações (SANTOS, 2013), pois condicionantes e limites permitem ou não o estabelecimento de tais preferências, pois as

capacidades humanas podem ser condicionadas mentalmente pela posição do indivíduo na família, na comunidade e no mundo (COSAC, PEREIRA, 2008), além das características pessoais e de grupo, ou seja, a avaliação do bem-estar dos indivíduos, a partir das escolhas, pode ser distorcida por sua condição social ou afetada por questões culturais (BERGER & LUCKMANN, 1978), assim como podem ser “essencialmente determinadas por saúde, educação e direitos civis” (VIEIRA, 2010, p. 49). Também deve ser levado em consideração o fato de que as liberdades humanas são diversas e, por isso, há margem para valoração diferenciada na determinação das diferentes formas de liberdades de modo que é preciso considerar que a liberdade individual é essencialmente um produto social e está relacionada às disposições sociais que buscam expandir não só para melhorar a vida de cada um, mas também para tornar as disposições sociais mais adequadas e eficazes. Diante disso, cabe ao Estado e à sociedade a responsabilidade de promover a superação dessas desigualdades. Assim, para se ter desenvolvimento é preciso que se expanda as capacidades das pessoas e que isso ocorra em um movimento de mão dupla, em que as capacidades podem ser estimuladas pela política pública, assim como o efetivo uso das capacidades afeta a direção da política pública.

Oliveira (2014) aponta que a abordagem da capacitação aborda a pobreza como uma questão multidimensional, que não se restringe apenas à análise da pobreza, contribuindo de maneira importante para a Teoria do Bem-Estar Social e para a Teoria do Desenvolvimento ao analisar o desenvolvimento pelo prisma do princípio da igualdade e da liberdade substantiva, o que possibilita então o desenvolvimento da nação por meio do desenvolvimento das pessoas, ou seja, alcança-se o aumento do capital econômico por meio do investimento em desenvolvimento humano. Dessa forma, o bem-estar da sociedade deve ser avaliado segundo as liberdades desfrutadas por seus membros e que questões como a pobreza devem ser entendidas como a privação de capacitações básicas e que a liberdade é o determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social.

Para Amartya Sen, o fornecimento de bens necessários à subsistência por parte do Estado não incentiva o desenvolvimento de uma nação, uma vez que se não aumentar as capacidades necessárias para se acessar tais bens, as pessoas continuaram a depender exclusivamente do Estado. Em conformidade com esse entendimento, um Programa que não promova a expansão das liberdades substantivas instrumentais e das capacidades não promove o desenvolvimento humano, mesmo que tal política forneça um crescimento econômico para seus participantes. Tal política afeta apenas as transferências de renda e não promove os ativos físicos, financeiros, e os indivíduos humanos, possuidores da propriedade de ser auto-

reprodutivos e de aperfeiçoamento de seus conjuntos capacitários, devido ao fato de que quanto mais se usa – uma liberdade, uma capacidade – mais se desenvolve esse ativo e a pessoa que o possui (ATTANASIO e SZÉKELY, 1999; MACERI & DIAZ, 2015). Dessa maneira, “o desenvolvimento decorre em atribuir capacidades às pessoas para realizarem as várias coisas que consideram valiosas de fazer ou ter, ao mesmo tempo exercendo a sua condição de agente” (SANTOS, 2013, p. 19-20).

Segundo Sen (1999), a condição de agente de uma pessoa é evidenciada quando:

Podemos ver a pessoa [...] reconhecendo e respeitando sua capacidade de para estabelecer objetivos, comprometer-se (commitments), valores, etc., e também podemos ver essa pessoa em termos de bem-estar (well-being), o que igualmente requer atenção (SEN, 1999, p. 57).

Dessa forma, o agente é “alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não também segundo algum critério externo” (SEN, 2010a, p. 34), ou seja, “é todo aquele que ocasiona uma mudança no ambiente com a sua ação livre e racional [...] assim, a condição de agente [agency] é a capacidade de livre agir das pessoas segundo seus próprios fins e normas” (PINHEIRO, 2012, p. 14). É um indivíduo capaz de atuar “como membro público e como participante de ações econômicas, sociais e políticas” (SANTOS, 2013, p. 30). Ainda, segundo Santos (2013), a condição de agente é representada pela liberdade que a pessoa tem de realizar, ou não, aquilo que deseja, e não apenas o que de fato realiza.

É a condição de agente que permite que o indivíduo possa exercer o poder de atribuir valorização de várias coisas que ele gostaria que acontecessem e a capacidade de formar esses objetivos e realizá-los (SEN, 1999, p. 75), sendo que “apenas na condição de agente, os indivíduos podem escolher que valores priorizar, que sociedade construir, que sacrifícios estão dispostos a fazer em nome do futuro” (COSAC, PEREIRA, 2008, p. 319). Considerando que “uma abordagem de justiça e desenvolvimento que se concentra em liberdades substantivas inescapavelmente enfoca a condição de agente e o juízo dos indivíduos” (SEN, 2010, p. 356). É importante ressaltar que “o aspecto da condição de agente de uma pessoa [...] examina as realizações e oportunidades também em termos de outros objetivos e valores, possivelmente extrapolando a busca do bem-estar do próprio indivíduo” (SEN, 1999, p. 57), sendo dessa forma uma visão mais abrangente e sustentável na qual “a condição de agente faz parte da eficácia do processo de desenvolvimento já que, a liberdade dada ao agente melhora

o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais nesse processo” (SANTOS, 2013, p. 31).

Os funcionamentos “refletem as várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter” (SEN, 2010b, p. 104) e a combinação de funcionamentos de uma pessoa refletem suas realizações efetivas, ou seja, os funcionamentos são os “estados e atividades que as pessoas valorizam em suas vidas [...] aquilo que uma pessoa realiza pode ser considerado um vetor de funcionamentos, *assim* funcionamentos, portanto, tem relação com o bem-estar efetivamente alcançado” (KANG, 2011, p. 356). Os funcionamentos partem do estado de uma pessoa, como ela escolhe viver ou o que escolhe fazer (SANTOS, 2013, p. 28), e sendo assim eles “referem-se a atividades ou estados que uma pessoa pode racionalmente valorizar fazer ou ser” (PINHEIRO, 2012, p. 19), considerando a liberdade de escolher dentre os estados de coisas (SEN, 2008. p. 70). Dessa forma, o conjunto capacitário de uma pessoa “representa a liberdade para realizar as combinações alternativas de funcionamentos, dentre as quais a pessoa pode escolher” (SEN, 2010b, p. 105), o que sendo posto de outra maneira significa dizer que “o agente está numa situação melhor quando escolhe x dentre muitas alternativas disponíveis, do que quando escolhe x com poucas alternativas à disposição” (PINHEIRO, 2012, p. 19), sendo evidenciado que a caracterização da liberdade na forma de conjuntos alternativos de realizações que temos ou o que temos o poder de realizar (SEN, 2008. p. 72) considera o fato de que o valor de um conjunto de opções reais de escolha pelo agente não necessariamente coincide com o valor da opção escolhida pelo agente.

Além das capacidades e da condição de agente, “a visão da liberdade aqui adotada envolve tanto os *processos* que permitem a liberdade de ações e decisões, como as *oportunidades* reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais” (SEN, 2010b, p. 29). O aspecto do processo está ligado às “circunstâncias, contextos, instituições etc., que levam o indivíduo a escolher” (PINHEIRO, 2012, p. 18). O processo é o campo, é o meio, o sistema no qual ocorrem os acontecimentos, esse campo, por sua vez, também exerce influência sobre os indivíduos de forma que “a liberdade do indivíduo também depende dos processos [...] que conduzem o indivíduo a uma situação de poder entre combinações alternativas de funcionamentos” (PINHEIRO, 2012, p. 21). Seguindo a mesma lógica, a forma como é executada uma política pública, ou seja, os processos por meio dos quais um programa social ocorre, podem contribuir ou atrapalhar o desenvolvimento das capacidades do indivíduo, sejam eles eficientes ou não respectivamente. Assim, esses processos também podem contribuir ou não para a vivência das habilidades instrumentais

sendo, portanto, importante para o desenvolvimento humano. Já o aspecto das oportunidades se refere ao que:

As pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por questões econômicas, liberdade políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras [...]. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades. (SEN, 2010b, p. 18)

Para Pinheiro (2012), Amartya Sen considera que seja razoável pensar que o simples fato do agente ter o poder de escolher lhe é bom e importante, seja qual for o objeto de sua escolha ou a escolha que faça, pois [...], quanto maior o número de opções ao alcance da escolha do agente, melhor para o agente” (PINHEIRO, 2012, p. 18), pois somente “com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros” (SEN, 2010b, p. 26). E a ampliação das oportunidades contribui para o desenvolvimento humano por poder contribuir com a ampliação de possibilidades de escolhas do indivíduo ao passo que “sendo x uma realização qualquer do indivíduo A , A é capaz de fazer ou ser x se e somente se dada a oportunidade de fazer ou ser x ”, (PINHEIRO, 2012, p. 20), mas dada a oportunidade de A fazer ou ser x , A poderá escolher fazer ou ser x ou A pode escolher não fazer ou não ser x .

1.3 Desenvolvimento como Liberdade

O conceito de desenvolvimento e suas abordagens ampliaram-se para além da questão econômica – da oportunidade de emprego e de renda e da mão de obra barateada – indo para questões como a educação e o social, sendo caracterizado, dentre outras formas, por mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas e que as pessoas e seu nível de vida estão tornando-se o propósito final do desenvolvimento (LOPES, 2013; VALLE, 2009; MOREIRA, 2011; OLIVEIRA, 2002; TENÓRIO, 2007; PNUD, 1996; INGLEHART & WENZEL, 2009), como é expressado por Acevedo, Díaz, Gamboa, Alvis (2004), ao apontarem que o:

Desarrollo humano es un concepto holista dado que abarca múltiples dimensiones, en el entendido de que es el resultado de un proceso complejo que incorpora factores sociales, económicos, demográficos, políticos, ambientales y culturales, en el cual participan de manera activa y comprometida los diferentes actores sociales; es el

producto de voluntades y corresponsabilidades sociales que está soportado sobre cuatro pilares fundamentales: productividad, equidad, sostenibilidad y potenciación (empowerment) (ACEVEDO, DÍAZ, GAMBOA, ALVIS, 2004, p. 54)

Este conceito mais ampliado tem Amartya Sen (2010a, 2010b) como um dos seus principais expoentes. Sen (2010b) afirma que “o sentido de desenvolvimento é muito diferente do de crescimento econômico, pois o desenvolvimento enfoca as liberdades¹² que as pessoas desfrutam e a qualidade de vida das mesmas, e não apenas a renda e a riqueza” e que o crescimento econômico pode gerar riquezas, mas não basta gerar fontes de tecnologias, um comércio livre e uma sociedade aberta, se não for possível proporcionar às pessoas as capacidades de fazer uso desses formidáveis benefícios do percurso econômico e do progresso tecnológico (SEN, 2010a). Diante disso, o foco principal passou a ser as pessoas, dando-se maior importância em saber que oportunidades as crianças e os jovens têm de possuírem acesso a oportunidades de melhoria na qualidade de vida. Dessa forma, o conceito de desenvolvimento é ampliado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras. É dessa ampliação que surge o conceito de desenvolvimento humano segundo Amartya Sen (2010b), o qual é definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para ser aquilo que desejam ser, sendo a ampliação das liberdades substantivas é o principal meio, e finalidade última, para o desenvolvimento e que esse consiste na eliminação de privações limitantes às escolhas e às oportunidades das pessoas para exercerem ponderadamente sua condição de agente¹³.

Amartya Sen analisa o processo de desenvolvimento por meio de uma teoria do desenvolvimento, na qual o fio condutor é a liberdade. Sen (1998, 1999, 2000, 2001, 2008, 2010a, 2010b, 2011) explora os significados de liberdade, de desenvolvimento e os fundamentos da justiça, para justificar que a liberdade pode representar muito melhor o nível de desenvolvimento de um povo do que seu nível de riqueza. Para o autor, o processo de desenvolvimento como liberdade é, antes de mais nada, um desenvolvimento do bem-estar dos indivíduos, por meio da expansão de suas liberdades e do desenvolvimento de suas capacidades. A lacuna entre uma concentração exclusiva na riqueza econômica e um enfoque mais amplo sobre a vida que podemos levar é a questão fundamental na conceituação de desenvolvimento, pois esse tem a liberdade como fim último e os demais bens ou valores são

¹² Nosso trabalho não busca investigar o conceito de liberdade, utiliza-o segundo a teoria do desenvolvimento como liberdade, como será visto posteriormente. Ressaltamos também que o foco de Amartya Sen, na sua teoria de desenvolvimento como liberdade, não é analisar o conceito de liberdade, mas, de certa forma, suas implicações e efeitos sobre o desenvolvimento.

¹³ O conceito de Condição de Agente é explanado posteriormente.

apenas os meios para realizá-la. A renda perde importância em si mesma e sua relevância está relacionada à capacidade dos indivíduos para convertê-la em condições de vida desejáveis. Assim sendo, o usufruto e a expansão das liberdades é a maior riqueza que se pode ter e é o que permite a uma pessoa uma completude como ser humano.

A perspectiva é analisar o desenvolvimento não somente enquanto um processo derivado de variáveis econômicas, mas principalmente por meio da expansão das liberdades substantivas centradas nos agentes sociais. Isso porque a percepção de desenvolvimento sob o viés puramente da renda é limitada para captar o seu significado real, pois índices econômicos sozinhos não medem o desenvolvimento de um país. Sen (2010) aponta também que a riqueza pode ser utilizada de forma prejudicial às pessoas, como, por exemplo, em situações em que a obtenção da riqueza pode custar à devastação social. Sendo a expansão da liberdade analisada sob diversos aspectos e tipos, mas com enfoque principal às liberdades substantivas, que se trata da liberdade de poder evitar privações, como fome, falta de conhecimento etc., e de contribuir para a obtenção de outros tipos de liberdades humanas no geral. Assim, o progresso tecnológico ou a modernização social podem contribuir substancialmente para ampliar a liberdade humana, associada a outras influências. De modo que a visão de liberdade compreende tanto os processos que possibilitam as ações e decisões quanto às oportunidades reais de exercício dessa liberdade por parte das pessoas, considerando o envolvimento de um substrato substancial na distinção entre aspecto do processo e o aspecto da liberdade. Para Sen (2001)

há duas coisas que devemos reconhecer sobre liberdade. Uma é que a liberdade tem muitos aspectos diferentes. Há liberdade política, econômica, social... são interligadas, mas são diferentes. [...] Não há contradição, é a natureza da liberdade que tem muitos aspectos. [...] Em segundo lugar, quando se pergunta se há ou não liberdade, não é a pergunta certa. Liberdade não é uma questão de zero e um. [...] há mais ou há menos (SEN, 2001, p. 6).

Sen argumenta que o desenvolvimento exige que se removam as principais formas de privação de liberdade que ocorrem por meio de diversas formas de outras privações, como a privação de alimentos, de nutrição adequada, de acesso aos cuidados com saúde, saneamento básico, água potável, educação funcional, emprego e renda, assim como de privação de segurança física, econômica e social, de longevidade, de igualdade de gêneros, além da ausência de direitos políticos e cívicos. Sendo que a Liberdade cível e política são extremamente vitais em si mesmas, pois fundamentam uma legião inumerável de ações que são realizadas a partir e/ou em razão das possíveis consequências que o uso dessas liberdades

pode gerar, além de que o tolhimento dessas liberdades fere qualquer tipo de bem-estar dos indivíduos.

Além de procurar eliminar as fontes de privação, devem ser desenvolvidas as liberdades substantivas¹⁴ do indivíduo que

incluem capacidades elementares como, por exemplo, ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão etc. (SEN, 2010b, p. 55).

As liberdades substantivas são o “potencial [...] das pessoas levar a vida que elas têm razão para valorizar e para melhorar as escolhas reais que elas possuem” (SEN, 2010b, p. 332), sendo então uma forma de poder (ability) para aumentarem a suas escolhas reais (PINHEIRO, 2012). Elas “são aquelas que enriquecem nossas vidas e a que queremos atingir como fins” (PINHEIRO, 2012, p. 46), são o resultado do desenvolvimento e são as liberdades que deveriam ser as indicativas do êxito de uma sociedade, pois “as liberdades substantivas desempenham um papel constitutivo no conceito de desenvolvimento e avaliativo do processo de desenvolvimento” (PINHEIRO, 2012, p. 16).

Para alcançar as liberdades substantivas é preciso vivenciar as Liberdades instrumentais, pois elas são o caminho do – e para o – desenvolvimento, são os materiais para a sua construção. É no ato de percorrer o caminho e no utilizar dos materiais que se constrói o desenvolvimento, pois elas “são os meios para atingir os fins [...], servem de instrumentos para que o indivíduo aumente a sua liberdade substantiva total” (PINHEIRO, 2012, p. 46). Segundo Sen (2010b), o desenvolvimento das liberdades substantivas do indivíduo passa pela prática das liberdades instrumentais, pois essa vivência tende a contribuir para que as pessoas possam viver mais livremente. Como apresentado na discussão metodológica, essas liberdades instrumentais são cinco: 1) Liberdades políticas; 2) Facilidades econômicas; 3) Oportunidades sociais; 4) Garantias de transparência; e 5) Segurança protetora.

Para Sen (2010b), essas liberdades são interdependentes de tal modo que “uma forma de liberdade esta relacionada a outra e a realização de uma é necessária para a realização da outra” (SANTOS, 2013, p. 28) em uma cadeia retroalimentadora, por exemplo, a liberdade política contribui para promover as oportunidades sociais, esta pode ajudar a ter facilidades econômicas, que, por sua vez, influencia na promoção da segurança protetora, com todo o

¹⁴ Considera-se o conceito de liberdade substantiva como ele é descrito por Sen e transcrito aqui, sem pretensão de discutir o próprio conceito, pois não é o objeto e tampouco o objetivo deste estudo.

processo podendo ocorrer dentro de sistemas que proporcionem garantias de transparências. E com isso

cada um desses tipos distintos de direitos e oportunidades ajuda a promover a capacidade geral de uma pessoa [...], pois na visão do desenvolvimento como liberdade, as liberdades instrumentais ligam-se umas às outras e contribuem com o aumento da liberdade humana em geral (SEN, 2010b, p. 25).

A primeira das liberdades instrumentais é a denominada de liberdades políticas as quais, para Amartya Sen (2010b) são as

amplamente concebidas (incluindo o que se denominam direitos civis), referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios, além de incluírem a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter a liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura, de ter a liberdade de escolher entre diferentes partidos políticos, etc. Incluem os direitos políticos associados às democracias no sentido mais abrangente (abarcando oportunidades de diálogo políticos, dissensão e crítica, bem como direito de voto e seleção participativa de legisladores e executivos) (SEN, 2010b, p.55).

Para Sen (2010b), a liberdade política e a democracia não se limitam ao desenvolvimento econômico, afirmando que os estudos realizados sobre o tema não evidenciaram nenhuma relação, positiva ou negativa, entre os fatores. E sim que o desenvolvimento e o fortalecimento do sistema democrático podem assumir importância fundamental no processo de desenvolvimento em razão do valor intrínseco da liberdade, pelas contribuições instrumentais e pelo papel constitutivo que pode agregar. As liberdades políticas – votar, ser eleito, participar das discussões e decisões, ser informado quanto aos atos do governo – integram a liberdade humana e sua negação representa, por si só, restrição à integridade do indivíduo, em sua dimensão social, assim o regime democrático é um aspecto central da concepção do desenvolvimento como liberdade: que o processo seja conduzido de maneira pública, plural, por seus próprios sujeitos, pois

o que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por questões econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras [...]. as disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades. (SEN, 2010b, p. 18)

Assim sendo, podemos entender a liberdade política como sendo as oportunidades de decidir quem deve governar e com base em que princípios, a possibilidade de fiscalizar e

criticar autoridades, e a liberdade de expressão política e sem censura etc., assim como a oportunidade de colocar em prática as possibilidades de escolhas em todas as práticas sociais.

A segunda liberdade é a chamada de facilidades econômicas que, segundo Sen (2010b), são as

oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca. Os intitamentos econômicos que uma pessoa tem dependerão dos seus recursos disponíveis, bem como os preços relativos e o funcionamento do mercado (SEN, 2010b, p. 59).

Não se limitando, aqui, à questão de ter renda ou não ou seu grau de renda, pois “esse tipo de incentivos direcionados apenas a renda persiste em privar as capacidades básicas” (SANTOS, 2013, p. 35) e faz-se necessário ir mais além e levar em consideração o “reconhecimento da importância direta da liberdade de troca – de palavras, bens, presentes” (SEN, 2010b, p. 20) e abrangendo as oportunidades disponíveis e os impedimentos que as pessoas podem ter ao dispor para fazer uso de seus intitamentos, ou seja, o que pode, onde pode, e até mesmo como pode ser possível acessar esses recursos econômicos ou efetivar esse consumo, produção ou troca.

A terceira liberdade instrumental apontada por Sen (2010b) é intitulada de oportunidades sociais, as quais ele aponta como sendo as

disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor. Essas facilidades são importantes não só para a condução da vida privada (como por exemplo levar uma vida saudável, livrando-se de morbidez evitável e da morte prematura), mas também para uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas (SEN, 2010b, p. 56).

Sen exemplifica essa importância ao mostrar que “o analfabetismo pode ser uma barreira formidável à participação em atividades econômicas que requeiram produção segundo especificações ou que exijam rigoroso controle de qualidade” (SEN, 2010b, p. 59) ou ainda como sua capacidade de “participação política pode ser tolhida pela incapacidade de ler jornais ou de comunicar-se por escrito com outros indivíduos envolvidos em atividades políticas” (SEN, 2010b, p. 60). Além disso, podemos ver que o acesso às oportunidades sociais contribuem efetivamente para o aumento da expectativa de vida das pessoas, assim como também na qualidade dessa vida, pois

as oportunidades sociais são importantes não apenas para a maneira como as pessoas conduzem suas vidas privadas (como viver uma vida saudável e prevenir

morbidades evitáveis ou mortalidade prematura), mas também para maior participação efetiva em atividades econômicas e políticas. (SEN, 1999, p. 39)

Já, a quarta liberdade instrumental é chamada de garantias de transparência por Amartya Sen (2010b), onde refere-se

às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar: a liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza. Quando essa confiança é gravemente violada, as vidas de numerosas pessoas – tanto envolvidas diretamente como terceiros – podem ser afetadas negativamente (SEN, 2010b, p. 60).

As garantias de transparência são todas as formas e maneiras possíveis de confiança que a sociedade oferece e pode oferecer, ou seja, são todas as possibilidades de uma pessoa poder confiar na outra (SANTOS, 2013, 29), das pessoas confiarem nas instituições, das instituições confiarem umas nas outras etc.. Para Sen (2010b), as garantias de transparência (incluindo o direito à revelação) podem, portanto, ser uma categoria importante de liberdade instrumental, pois a confiança entre os membros de determinada sociedade é o que possibilita a liberdade de lidar uns com os outros no usufruto das diversas formas de interação humana. Além de ser um mecanismo inibidor de comportamentos ilícitos, como, por exemplo, a corrupção, que são prejudiciais a todas as liberdades do ser humano e de uma sociedade. Cabe levar em consideração que “os valores prevaletentes e os costumes sociais também respondem pela presença ou ausência de corrupção e pelo papel da confiança nas relações econômicas, sociais e políticas” (SEN, 2010a, p. 23-24). Também se deve incluir “o direito à informação em todos os níveis, principalmente nas esferas públicas” (PINHEIRO, 2012, p. 16).

E por último, a quinta liberdade é denominada segurança protetora e, de acordo com Sen (2010b), é uma espécie de “uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria abjeta e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte” (SEN, 2010b, p. 60) funcionando como formas auxiliadoras no desenvolvimento das capacidades humanas, pois ao buscar “diminuir a miséria, através de meios institucionais fixos, como benefícios aos desempregados e indígenas, e medidas *ad hoc*, para distribuição de alimentos em situações de fome coletiva” (SANTOS, 2013, p. 29), essa rede visa proporcionar algumas mínimas condições de vida para o ser humano, de modo que ele possa ter pelo menos as mínimas condições de exercer algum nível de agência.

Segundo Sen (2010b), com o usufruto das cinco liberdades instrumentais citadas, as pessoas passam a exercer, em diferentes graus, a sua condição de agente e com isso passa a ter

mais liberdade para moldarem o seu próprio destino, e ainda podendo contribuir com os outros. Assim, as pessoas deixam de ser vistas apenas como beneficiários passivos de um dado programa de desenvolvimento e passam a ser vistos como contribuintes no processo de desenvolvimento de uma dada sociedade. Com isso a realidade apontada por Oliveira (2002), na qual o ser humano não recebe a atenção merecida, pois o pensamento predominante em relação ao desenvolvimento esta voltado para termos abstratos, como a elevação do PIB e da renda, sem se questionar como o homem é afetado por isso, passa a sofrer alterações e a ter como foco primário as pessoas, suas capacidades e as liberdades substantivas.

Contrário a visões limitadoras, a abordagem da liberdade proposta por Sen envolve uma pluralidade de conceitos inter-relacionados como liberdades substantivas, capacidades, processos e oportunidades, ao mesmo tempo em que ele não nega a importância das liberdades negativas, seja como não interferência, seja como não-dominação. Podemos concluir que o conteúdo da liberdade em Amartya Sen é construído através de um emaranhado de conceitos que pretendem oferecer uma visão plural e não dicotômica. Com isso, sua teoria se afasta do utilitarismo que mede a liberdade de acordo com o grau de satisfação individual, e da ideia de bens primários de Rawls, que mede a liberdade de acordo com o acesso a bens que os cidadãos necessitam para viver em sociedade. Ampliando a forma como devemos entender a liberdade para além da satisfação individual, ou dos bens materiais disponíveis, ele começa a construir seu conceito e sua ideia de uma sociedade justa. A liberdade tem importância intrínseca: ser livre tem valor por si mesmo, ainda que nada resulte dessa prerrogativa.

Partindo do entendimento de que “a abordagem das capacidades humanas pode ser vista como um método geral de avaliação de estratégias de desenvolvimento, instituições e políticas públicas. O foco da avaliação são as pessoas, consideradas sob o aspecto de suas liberdades” (PINHEIRO, 2012, p. 46) e considerando que “as capacidades que uma pessoa realmente possui, e não apenas desfruta em teoria, dependem da natureza das disposições sociais, as quais podem ser cruciais para as liberdades individuais; e considerando também que dessa responsabilidade o Estado e a sociedade não podem escapar” (SEN, 2010, p. 326-7) e que “Sen enfatiza a importância da liberdade das pessoas agir como desejam ao decidir onde trabalhar, o que produzir, o que consumir etc.” (SANTOS, 2013, p. 33). Para que uma política pública seja promotora de desenvolvimento humano o foco/atendimento a demanda de mercado pode estar presente em um Programa, mas não deve bastar em si só e nem deve se restringir a isso. É preciso atentar para as liberdades de se poder fazer escolhas, pois a “imposição representa restrição à liberdade dos sujeitos, convertendo-os em beneficiários de

um processo que não lhes pertence” (COSAC, PEREIRA, 2008, p. 319), nem que essas escolhas sejam entre as opções disponíveis e mesmo que todas as opções possíveis sejam orientadas pela demanda de mercado. Deve-se também possibilitar a sugestão de outras possibilidades, pois um Programa que promove a possibilidade de escolher um emprego [...] deve levar em conta as utilidades que esse trabalho proporciona ao indivíduo e não apenas os resultados que o Programa visa alcançar. Dessa forma, “a renda é um meio para obter capacidades, exercer as capacidades se torna uma forma de gerar renda” (SANTOS, 2013, p. 37) de forma interdependente e retroalimentadora, o que contribui, juntamente com a prática das outras liberdades instrumentais para a promoção da condição de agente “que enfatiza a relação liberdade-responsabilidade e determina nova dinâmica social em relação à elaboração de políticas públicas e à condução do processo de desenvolvimento” (COSAC, PEREIRA, 2008, p. 311).

Diante disso, toda a busca por desenvolvimento deve buscar um desenvolvimento que esteja “relacionado, sobretudo, com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos”, pois a expansão das liberdades “à medida que enriquece e retira impedimentos [*também*] viabiliza a formação de seres sociais mais completos” (VIEIRA, 2010, p. 220), ao possibilitar por “em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo” (SEN, 2010b, p. 29). Proporcionar o desenvolvimento humano das pessoas é possível por meio da experimentação, do uso, da vivência das liberdades instrumentais e quaisquer “políticas públicas visando ao aumento das capacidades humanas e das liberdades substantivas em geral podem funcionar por meio da promoção dessas liberdades distintas, mas interrelacionadas” (SEN, 2010b, p. 25). Quanto mais se vivenciam elas, mais elas passam a compor seu conjunto capacitário e mais lhe torna possível atuar no mundo, pois quem tem mais liberdades/capacidades diferentes e em maior grau também tem/usufrui de mais oportunidades/possibilidades e condições para exercer sua condição de agente, ou seja, “nesse sentido, a liberdade é pensada positivamente como poder, autonomia e autodeterminação do agente” (PINHEIRO, 2012, p. 12), o que significa que quem tem mais liberdades e usufrui dessas liberdades em maior grau tem então mais poder (*empowmentt*) para contribuir para a melhoria de sua própria vida, de outras pessoas e da sociedade.

1.4 Um desdobramento do pensamento de Amartya Sen: o IDH da ONU/PNUD

Em 1945, é criada a Organização das Nações Unidas – ONU, voltado para a manutenção e melhoramento dos níveis de qualidade de vida e tendo como objetivo de atuação contribuir para a elevação dos níveis de desenvolvimento em todos os sentidos do termo (OLIVEIRA, 2002). Partindo da ideia de que não bastava a mensuração do desempenho econômico de um país/região levando em conta apenas o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, pois essa análise considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento, tendo o desenvolvimento humano, “entendido como a realização, como a satisfação pessoal dos indivíduos de um país/região” (RODRIGUES, 1993, p. 20), e visando às pessoas, em primeiro lugar, no processo de análise do desenvolvimento como princípios fundamentais, foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq e pelo economista indiano Amartya Sen, como uma medida comparativa usada para analisar os países por estarem fazendo o bastante para o povo, julgados em função de critérios básicos como índice de mortalidade, de saúde, de educação etc., classificando-os em diferentes graus de desenvolvimento humano (SEN, 2001; PNUD, 2012). O relatório resultante do uso desse índice pode contribuir na busca por “soluções para os países menos desenvolvidos, através de discernimentos sociais, sendo que nestes a liberdade esta inserida, em conjunto com determinantes que envolvem saúde, educação e expectativa de vida” (SANTOS, 2013, p. 19)

Acevedo, Díaz, Gamboa, Alvis (2004), apontam que o IDH permite uma medição muito mais ajustada, sendo possível visualizar uma panorâmica mais realista da situação de uma dada localidade analisada. Mas vale ressaltar que os mesmos autores alertam que o IDH também tem limitações, até mesmo por que termos que ter em mente que o conceito de desenvolvimento humano é muito mais rico e amplo do que é possível ser refletido pelo IDH ou por qualquer outro indicador, pois o desenvolvimento humano não se trata de uma medida de bem estar nem tampouco de felicidade e sim de capacidade, de potência de ação do sujeito, sendo um desenvolvimento baseado no respeito ao meio ambiente e que propicia soluções para o presente e oportunidades para as futuras gerações (PNUD, 2012).

2. A CATEGORIA TRABALHO NA PERCEPÇÃO DE JOVENS APRENDIZES

Sendo esse trabalho uma pesquisa cujos resultados também serão oriundos das falas dos aprendizes e que envolve o mundo do trabalho, apresentamos, neste capítulo, algumas percepções da categoria trabalho a partir das vozes de jovens aprendizes. Assim, aqui, são apresentados alguns significados de trabalho para jovens participantes de programas e/ou situações de aprendizagem ligadas ao acesso ao mercado de trabalho, sendo esses significados levantados a partir de pesquisas realizadas com os próprios aprendizes, nas quais os resultados foram extraídos da própria fala dos jovens aprendizes.

Segundo Santos (2012), o trabalho foi considerado um estigma ou castigo na antiguidade clássica. Frigotto (2005) retoma essa linha de pensamento ao considerar que o trabalho assume o significado de *tripalium* na história das humanidades e que sob a égide do capitalismo o trabalho aliena e mutila a vida dos trabalhadores, pois expurga destes a dimensão criadora e de liberdade do trabalho. Numa perspectiva marxista, o trabalho, no seu sentido ontológico, é um processo de humanização em que o homem interage com a natureza num ato de criação de valores de uso e por meio do qual é possível transformá-la para atender as suas necessidades materiais e imateriais. Nesse sentido, o trabalho como criador de valores de uso, como trabalho útil, é compreendido como o fundamento constituinte do ser humano e como um princípio educativo por ser uma atividade necessária a todos os seres humanos. Assim o trabalho pode ser entendido como um mundo de necessidade e, ao mesmo tempo, um mundo de liberdade, pois é por meio do trabalho que cada pessoa é capaz de exercer o poder de criação e de realização da vida. Porém, com a formação da sociedade capitalista o valor de uso perde seu lugar central em detrimento do seu valor de troca e apresenta-se de forma destrutiva, com um caráter nefasto, tornando o homem escravo do próprio trabalho ao propagar que o valor positivo do trabalho está no fato de que no capitalismo o homem tem a liberdade de escolha na venda de sua força de trabalho em troca de uma remuneração com a qual pode manter a sua existência. Tornando assim o trabalho humano como sendo a fonte de todo valor e de toda a riqueza social.

Melo (2002) e Antunes (2003) consideram que ao conceituar-se o trabalho deve-se levar em conta sua atual morfologia, na qual ele se constitui em um processo de construção sócio-histórica, a partir do qual se faz necessário considerar que os significados a ele

atribuídos ocorrem dinamicamente e de forma subjetiva e social, além de se manifestar de forma multifacetada, polissêmica e geradora de fragmentações das classes trabalhadoras. Para Melo (2002) e Agulló (1997), o conceito de trabalho deve considerar sua natureza psicossocial, multidimensional, dinâmica e dialética. Assim o trabalho deve ser entendido como uma construção sócio-histórica cuja multidimensionalidade se manifesta na pluralidade de contextos, situações, formas de atividade e conduta, instrumentos e valores e fenômenos sociológicos, econômicos e psicológicos. Brief e Nord (1990) *apud* Melo (2002) também chamam a atenção para a “multidimensionalidade do significado do trabalho dentro de uma perspectiva contextual, histórica e transcultural [...] socialmente construída, determinada por aspectos individuais, ideológicos, institucionais e socioculturais” (MELO, 2002).

Maia (2012), a partir do estudo de Arendt (2007), apresenta significados de trabalho a partir da origem etimológica da palavra nos idiomas grego, latim e alemão. No Grego, a palavra *ponein* significa trabalho no sentido de penar, enquanto que *ergazesthai* designa trabalho no sentido de criar; já no latim têm-se os termos *labore*, *facere* e *fabricare* que significam, respectivamente, trabalho, fazer e fabricar. Enquanto que no alemão têm-se as palavras *arbeiten* e *werkem*, sendo que a primeira significa trabalho no sentido de produzir ou de funcionar, enquanto a segunda se refere ao sentido de obra. Maia (2012) apresenta também que, segundo Holanda (2005), em português a palavra trabalho é derivada do termo *trabalhar*, sendo definida como a aplicação das forças e das faculdades humanas para o alcance determinado objetivo. Enquanto que trabalhar esta ligada etimologicamente ao latim vulgar *tripaliare* que significa o ato de martirizar com um instrumento de tortura (*tripalium*). Para Maia (2012), o termo emprego é também comumente usado como sinônimo de trabalho, para o qual Holanda (2005) aponta que teria dez usos possíveis e que em todos eles a palavra carrega o sentido de uso ou de fazer uso, do tempo, das palavras, do corpo e do dinheiro.

Maia (2012) ao pesquisar o encontro dos jovens com o mundo do trabalho a partir de sua passagem por um programa de aprendizagem em uma grande empresa privada brasileira com sede no Rio de Janeiro, a qual buscou compreender os significados concedidos por eles ao trabalho no que se refere às suas expectativas de futuro e aos seus projetos de vida, efetuou o levantamento de diversos significados para o trabalho. Para eles, o trabalho tem o seu sentido ontológico, esta ligado à capacidade de fazer uso de qualquer atividade física ou intelectual para obter ou transformar alguma coisa de forma a garantir a sua sobrevivência humana. É também considerado como sinônimo de emprego – e como tal é uma troca entre a empresa e o funcionário, entre o empregado e o empregador, suprimindo a necessidade de ambos e oferecendo benefícios mútuos. Significado com o qual o MTE parece “reduzir” o

trabalho a um campo “normativo”, “contratual” e “hierárquico”. Além disso, os jovens trazem a ideia de que o trabalho é o meio pelo qual esperam ter condições de adquirir independência financeira, condição considerada por eles como necessária para ajudar financeiramente a família e para subsidiar os custos do ensino superior que desejam realizar. Assim, o trabalho e o emprego aparecem para esses jovens como caminho não apenas desejado, como também necessário para que possam ter independência financeira que julgam necessária para viabilizar a sua sobrevivência e realização de seus demais objetivos. E ainda apontam o trabalho como um meio pelo qual eles adquirem mais compromisso e mais responsabilidades.

Ainda segundo Maia (2012), o trabalho enquanto atividade humana é a ligação, o meio onde eles podem colocar em prática tudo o que foi aprendido, todos os conhecimentos e habilidades adquiridas. Para esses jovens, trabalhar é exercer uma função contribuindo com nossos conhecimentos a fim de obter um resultado para quem trabalha e para si mesmo, e o trabalho é todo processo do desenvolvimento da sua qualificação e aptidão. O Trabalho é o ato de aplicar o conhecimento com pensamentos ou ações, criando, ajudando e/ou construindo. É todo o exercício do aprendizado que você obteve. É a prova de que você está pronto pra enfrentar obstáculos que a vida te impõe a todo momento, independente de receber ou não por isso. Para Maia (2012), o trabalho como algo que não é restrito ao emprego, procurando retirá-lo assim da perspectiva unicamente econômica ou mercadológica de análise. Esse significado se assemelha com o que Albornoz (1989-2009) apresenta como sendo um sentido humanista no qual o trabalho passa a ser visto como força de expressão humana e uma significação religiosa na qual nasce uma moral do trabalho e uma sentença com valor de verdade na qual se afirma que a dedicação profissional dignifica o homem. E parece ligar o trabalho à noção de uso do que se tem e da aplicação dos conhecimentos adquiridos, assim como a ideia de movimento e de transformação da realidade na qual os jovens se encontram. O entendimento do trabalho como ação retira o foco do trabalho ligado à institucionalização econômica e é entendido conceitualmente como atividade criadora por excelência composta pelo sujeito ativo, objeto e seu mediador instrumental, passando a ser uma atividade de transformação do real e de construção de significados pessoais e sociais.

Melo (2002) a partir de Borges (1998), e com base em Albornoz, Brief e Nord e na Equipe MOW, aponta que o termo trabalho é empregado para designar a produção de um processo e/ou de um produto que demande esforço físico e mental para sua confecção. Segundo Melo (2002), aponta que o trabalho é uma atividade humana que envolve o homem em suas dimensões psíquica, física e social no seu cotidiano e exerce um papel importante na própria construção da subjetividade humana. Assim o trabalho é visto como uma atividade

cognitiva e social. E a Equipe MOW (1987) *apud* Melo (2002) traz que o significado do trabalho é determinado pela experiência individual e pelo contexto organizacional e nacional na qual a pessoa vive e trabalha.

Melo (2002) ao analisar a variabilidade do significado do trabalho entre jovens na transição estudante universitário-profissional, aponta que o significado do trabalho possui quatro facetas: a centralidade do trabalho; objetivos e resultados valorados; normas sociais; e hierarquias de atributos. E elabora uma tabela demonstrativa desses valores dos atributos valorativos e seus respectivos atributos componentes que foram detectados em sua pesquisa realizada com os jovens aprendizes. Tabela esse que reproduzimos abaixo.

Quadro 06 – Fatores do atributo valorativo e os atributos específicos do significado do trabalho.

FATOR DO ATRIBUTO VALORATIVO	ATRIBUTOS
Realização	Realização profissional; Contribuição ao próximo (usuários, clientes e pessoas em geral); Dignidade; Sentir-se útil/produtivo; Desafiante; Estruturação da Vida; Ascensão social; Dedicção; Dinamismo; Êxito profissional; Hominizador.
Bem-Estar Socioeconômico	Retorno financeiro; Relações interpessoais; Independência financeira; Estabilidade profissional; Bem-estar; Contribuição social; Reconhecimento da profissão.
Justiça no Trabalho	Infraestrutura; Exercício da cidadania; Exercício da ética; Inclusão social; Execução; Sobrevivência; Reconhecimento profissional; Direção; Benefício social; Obrigação; Competitividade; Falta de autonomia; Discriminante; Ocupação; Desgaste; Exploração; Desprazer.
Auto-Expressão	Autonomia; Aprendizagem; Lazer; Criatividade; Qualificação; Colaboração multiprofissional.

Fonte: Elaboração própria, com base em Melo (2002).

Segundo Cavalcante (2006), com base nos estudos de Lukcás, aponta o trabalho como elemento com potencial humanizador e necessário para o salto ontológico do homem-animal para o homem-social, constituindo-se como uma categoria essencial a construção do Ser Social. Assim, o trabalho constitui-se como produtor de valores de uso e se apresenta como

um processo consciente e configura-se como referencial ontológico fundante da práxis social atuando de forma mediadora entre as necessidades do homem e a concretização de suas satisfações. Por outro lado, Cavalcante (2006) segue a linha marxista que apresenta o trabalho como atividade do homem e em sua obra o aborda no sentido antropológico e teórico-gnosiológico. Sendo o primeiro a dependência do homem ao meio natural, no qual o trabalho vem mediatizar sua relação com o meio natural. E no segundo é o trabalho como categoria social, na qual o trabalho “possibilita ao homem deslocar-se da esfera animal e humanizar-se, a partir da realidade exterior e de sua ação sobre a mesma, permite a transformação da esfera condicionante e a construção da liberdade” (CAVALCANTE, 2006). Cavalcante (2006) traz que para Marx (1985) , no âmbito do sistema capitalista, o trabalho é uma atividade historicamente determinada e adquire um potencial negativo, ligado a negatividade de atividade penosa, esforço físico e negação do tempo livre, ao deixar de ser livre e consciente para ser uma atividade alienante e degradar-se a simples meio de existência do homem. Para além do capitalismo MARX, apresenta sua dimensão positiva como vida produtiva ou atividade vital humana enquanto atividade livre e consciente, sendo assim o caráter específico do homem (CAVALCANTE, 2006; MANACORDA, 1996).

Cavalcante (2006), ao investigar a inserção e participação de jovens em grupos de produção de associações como elementos de construção de novos modos de organização, procurou, entre outras coisas, desvelar as perspectivas de trabalho e significados atribuídos a esse trabalho pelos jovens. Como resultados, é possível visualizar que os sentidos que os jovens atribuem ao trabalho e a profissionalização estão diretamente ligados às necessidades individuais, aos sonhos e aos projetos de vida de cada um, sempre mediados pela interação social. A maioria dos jovens participantes da pesquisa revelou interesse no trabalho pela necessidade mais imediata e essencial que é a garantia de vida e fazem sempre uma ligação entre um bom emprego/trabalho como o meio em que podem ter possibilidades de ter condições de arcar com a alimentação e a moradia – esses gastos sempre apresentando a família como principal incentivo – e de obter algumas conquistas materiais também consideradas relevantes pelo jovem como suas vestimentas, seu estudo e seu lazer integrador do jovem em grupos, ter um carro, comprar um apartamento, ter dinheiro para se divertir, enfim ter condições financeiras para comprar o que tem vontade de ter ou de ir onde quiser – já esses gastos relacionados diretamente com o próprio jovem. Dessa forma, o jovem aponta que o trabalho garante a sobrevivência, a valorização da pessoa dentro de um grupo, a independência, uma ajuda na renda familiar, a segurança, uma vida digna, igualdade e

respeito, além de acrescentarem que ter uma profissão é viver melhor, ou seja, proporciona melhores condições de vida.

Segundo Cavalcante (2006), para os jovens trabalhadores no setor popular e cooperativo o trabalho é visto como uma atividade prazerosa que vai além do fato de ter uma ocupação do tempo livre e de fugir dos perigos das ruas. O trabalho representa a possibilidade de integração social, principalmente por garantir respeito e valorização da pessoa dentro do grupo. Representa também uma possibilidade de mudança de uma dada situação social e de superação da sua posição na sociedade, com a diminuição das dificuldades e a melhoria das condições de vida. De forma que o trabalho é aqui compreendido em seu sentido mais amplo, como toda atividade realizada pelo homem no meio em que vive, toda transformação, sem levar em consideração o grau de necessidade ou utilidade do que provisoriamente podemos chamar aqui de produto ou resultado do trabalho. O trabalho é fonte de renda e de sobrevivência, mais acima disso é produção de cultura, é sentido/razão de vida e é uma forma de contribuição social e integração social.

Foja (2009), ao pesquisar o perfil do jovem executivo pertencente a geração Y investigou qual o significado do trabalho para essa geração que vive num novo cenário mundial constituído a partir da globalização e do avanço da tecnologia. Os resultados de Foja (2009) concordam com Antunes (2003), ao apontar que o trabalho possui dois tipos distintos de trabalho e de significados. Sendo um o trabalho concreto, caracterizado por sua dimensão qualitativa criadora de valor de uso; e o outro o trabalho abstrato, caracterizado pelo dispêndio da força humana na execução cotidiana de atividades que leva a alienação do indivíduo. Sendo, portanto, o primeiro o denominado como trabalho e considerado símbolo de liberdade do homem; enquanto que o segundo é o denominado labor e considerado como instrumento de tortura e de escravidão. É possível depreender de Foja (2009) que para o ser humano, seja ele jovem ou não, o trabalho é simplesmente um meio para atingirem seus ideais de vida, ou seja, é um instrumento financiador de uma estabilidade para se atingir o que se espera lá na frente. É o exercício social que possibilita ter condições financeiras para financiarem sua educação e a dos filhos; para ter tempo para realizarem atividades que gostam, ou seja, o trabalho é o meio pelo qual se torna possível obter uma vida mais tranquila, na qual alcancem seus desejos de sucesso, poder e status social, assim ele é um mecanismo viabilizador de sonhos geralmente ligados ao ter.

Araujo (2008) analisa as concepções de formação profissional estruturantes do “Programa Aprendizagem” realizadas no SENAC-PE tendo como parte do público participante da pesquisa o jovem aprendiz. Assim como também abordou a significação do

trabalho para esses jovens. A partir da fala deles é possível visualizar que o trabalho possui uma gama diversa de significados e como um direito humano fundamental, pois é ele que possibilita o acesso aos bens mais básicos de sobrevivência e a outras conquistas que dependem direta ou indiretamente de recursos financeiros. Eles citam que o trabalho é uma oportunidade de terem certa independência financeira em relação ao grupo familiar e também de pode contribuir financeiramente, de forma direta ou indireta, com o próprio grupo familiar, ocasionando um desejado rompimento ou uma redução com a dependência familiar. Os jovens pesquisados por Araujo (2008) também consideram que a formação para o mercado obtida no PJA é uma oportunidade de interação social que fortalece sua identidade tanto no âmbito social, quanto no psicológico, e lhe dar possibilidades de melhoria na condição de sua vida e de sua família. Assim como proporciona a criação de uma rede de relacionamentos, sendo com isso uma oportunidade de crescimento profissional e social, o que pode também possibilitar uma ascensão social.

Borges (2010) ao realizar pesquisa com jovens participantes do Programa Jovem Aprendiz em Florianópolis-SC apresenta os sentidos do trabalho para jovens em sua primeira experiência profissional. Para Borges (2010), em concordância com Offe (1989), o trabalho tem um status de fato da vida, central e auto-evidente, e possui um papel subjetivo como a força motivadora central na atividade dos trabalhadores. Assim como momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência e ponto de partida para sua humanização (ANTUNES, 2005). Sendo com isso a senha de identificação do homem contemporâneo (NAVARRO e PADILHA, 2007) e elemento fundamentalmente integrador da sociedade, por meio do qual se permite, efetivamente, a uma sociedade engendrar ou reforçar os laços sociais (CASTEL, 1998). Segundo Borges (2010), o trabalho é apontado por Branco (2005), como uma possibilidade de geração de renda que poderá ser utilizada, dentre outras coisas, para complementar a renda familiar e/ou para subsidiar a própria autonomia material. Na pesquisa de Borges (2010), as falas dos jovens participantes demonstram que eles buscam obter melhores condições de levar uma vida que eles mesmos julguem ser ideais para si, com uma maior liberdade de consumo, com possibilidade de viajar, conhecer o mundo, outras línguas e culturas, e assim concretizarem um desejo de ressignificação em relação ao passado familiar e efetivarem uma mudança social ao terem uma vida diferente das vidas de seus pais. Assim, a questão financeira tem influências de questões sociais e de fatores culturais nos quais o trabalho prevalece como fator disciplinar para o desejo juvenil de consumo das suas satisfações pessoais e/ou familiares em relação ao suprimento das necessidades financeiras.

Além da questão financeira, o trabalho traz também uma significação de necessidade de obter “uma experiência profissional, considerada como um passaporte facilitador para a futura carreira” (BORGES, 2010), como uma possibilidade de livrar-se da pressão de obter uma ocupação (trabalho/emprego), de conseguir um trabalho assalariado, de evitar o trabalho informal e o desemprego, ao ter uma ocupação, sentir-se ocupado, evitar os riscos da marginalidade, do mundo dos perigos e ter com o que se manter focado de forma positiva, tranquilizando assim esse aspecto central na vida desses jovens e que pode ser facilmente visualizado nas angústias e inseguranças sentidas pelos jovens em relação a escassa oferta de vagas e ao desemprego (GUIMARÃES, 2005). É importante ressaltar que para os jovens pesquisados por Borges (2010), o trabalho com a família não é considerado como trabalho, pois o trabalho para eles é um contrato de trabalho ou registro formal em carteira de trabalho e que lhe possibilita direitos trabalhistas como a aposentadoria. Este tipo sim é um trabalho/emprego que gera uma remuneração específica para o jovem, cuja utilização fica também, geralmente, ao seu próprio critério – ajudar a família ou usar com gastos de natureza pessoal.

Segundo Borges (2010), para os jovens aprendizes o trabalho é também um espaço destinado para o ensinamento e a aprendizagem, por meio do uso e do desenvolvimento de conhecimentos, talentos e habilidades específicas para a realização de suas funções e que irão compor suas experiências para o mercado de trabalho, constituindo-se como uma fonte de aprendizado. O trabalho é também um campo de interação com outras pessoas – especialmente as mais experientes – no qual eles podem adquirir mais independência em suas ações assim como se tornar mais responsáveis – pessoalmente, profissionalmente e socialmente – por tais ações. É também uma interação social que possibilita conhecer novas pessoas e criar novos laços sociais – amizades, parcerias, etc. – e alterar padrões de comportamentos, como a superação da timidez/inibição e posturas profissionais, por exemplo. Assim, o trabalho adquire o sentido de uma espécie de estágio, de transição para a vida adulta, no qual o exercício do trabalho é a passagem do jovem para o mundo adulto. Uma transição que lhes proporciona uma oportunidade de crescimento e desenvolvimento pessoal que os aproximam dos demais adultos (e trabalhadores) e os afastam dos não crescidos, não adultos (geralmente os não trabalhadores), pois eles sentem que estão crescendo e com isso adquirindo uma mentalidade mais avançadas em relação a esses últimos.

Na pesquisa de Borges (2010), os jovens demonstram que o trabalho pode, às vezes, ter o significado de rotina, repetição diária de um mesmo conjunto de tarefas e ações, mas

também é visto como oportunidade de proporcionar mudanças nas rotinas da vida cotidiana anterior, pois:

O sentido conferido a atividade laboral nesta pesquisa teve atribuições predominantemente positivas, sendo expresso como um campo de inserção social positivado, que amplia vínculos sociais e altera subjetivamente a vida dos sujeitos [...] um sentido subjetivo manifestado e externalizado a partir das suas experiências sociais (BORGES, 2010, p. 96)

Assim, o trabalho é também uma oportunidade, por meio da qual o jovem pode sentir-se mais valorizado, mais responsável, mais reconhecido e respeitado, com mais autoestima e satisfação. O trabalho é um lugar, um campo de ação no qual eles têm prazer em atuarem e a possibilidade de serem felizes. E isso gera uma significação positiva em relação ao trabalho e faz com que os sujeitos se sintam valorizados e iniciem uma trajetória profissional de forma positivada.

Mandelli (2011), ao investigar quais são os projetos de vida de participantes do Programa Jovem Aprendiz do Centro Cultural Escrava Anastácia sob o ponto de vista da Orientação Profissional, pode evidenciar vários significados do trabalho a partir dos jovens aprendizes. Para eles, o trabalho é uma possibilidade de conquistar e manter uma independência financeira que sustente o consumo próprio, como a aquisição de bens materiais, o pagamento de seus estudos para todo seu desenvolvimento pessoal e profissional. Assim como, também contribuir no consumo familiar, como o pagamento de tarifas de água e luz e de contribuições nas despesas de alimentação. Uma independência financeira que também permite ao jovem ter melhores condições de vida e possibilidades de construção de uma família com mais segurança e tranquilidade. O trabalho é um meio para construção do seu projeto pessoal de vida, que tem sua concretização relacionada por meio da inserção laboral. Dessa forma, também traz à significação de ser uma possibilidade de conseguir a tão desejada experiência profissional, item considerado muito necessário para poder construir uma carreira, obter uma preparação/qualificação e de alcançar um status e realização profissional fazendo alguma coisa que goste.

Segundo Mandelli (2011), os jovens demonstram que o trabalho – e o ato de trabalhar – possuem alguns significados implícitos, como o fato de dar orgulho aos pais e/ou livrar-se do preconceito e da exclusão por serem jovens sem história profissional. Veem também como um campo de atuação no qual podem combater a inibição e/ou timidez ao fazerem uso do trabalho para construir outras redes sociais e de se sentirem mais seguros, menos

envergonhados e comunicando-se melhor, além de sentirem-se reconhecidos por essas novas formas de ser nos âmbitos profissional e pessoal.

Segundo Máximo (2012), analisa o significado da formação e inserção no mercado de trabalho para aprendizes egressos e gerentes de empresas que participam do Programa de Aprendizagem e aponta que todas as juventudes se constroem a partir das vivências subjetivas com o trabalho ou o não trabalho e em razão disso o trabalho pode ser usado com significado de reprodução na trajetória destes jovens no mundo do trabalho, das desigualdades sociais herdadas da geração anterior. Utilizando-se para tal significação o discurso do trabalho como forma de proteger a juventude dos males sociais aos quais estava vulnerável – como as drogas, a violência etc. – e como disciplinador para os jovens advindos das classes populares, que de outra forma estariam inclinados ao crime.

Máximo (2012) aponta que o trabalho é uma exigência social e exerce papel fundamental na construção dos jovens enquanto cidadãos e que pode, às vezes, ser considerado pelos jovens como um espaço do mundo adulto que se mostra impermeável às necessidades dos jovens em construir-se como sujeitos. Espaço ao qual o jovem anseia adentrar para poder construir sua autonomia, assumindo a responsabilidade por capacitar-se e adquirir experiências para não somente adquirir, mas também assegurar seu posto de trabalho e ocupar um lugar de pertencimento enquanto consumidor na sociedade.

É possível depreender da pesquisa de Máximo (2012) que o trabalho do jovem aprendiz significa uma espécie de repressão, disciplinamento e contenção de crianças e adolescentes pobres, desocupados e sem função social de forma a promover a ressocialização, a ocupação do tempo, a pedagogização, a capacitação e a adequação ao mercado de trabalho, sendo, portanto, o trabalho um mecanismo, um caminho, que serve como um meio de preparação do jovem para ser um adulto socialmente ajustado e produtivo. Assim permanecendo o trabalho como único meio viável de disciplinamento e educação, e como mantenedor da ordem social.

3. O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

Este capítulo apresenta o Programa Jovem Aprendiz, procurando demonstrar o que é o PJA, o que o caracteriza, suas diretrizes de execução, assim como quais são suas principais finalidades e o que o Programa visa alcançar e garantir a realização de suas principais ações. Também apresenta as principais leis, decretos e portarias que o regulamenta e contém as orientações e diretrizes de execução. Além disso, disponibiliza alguns números sobre os atendimentos já realizados pelo Programa e apresenta as questões norteadoras dessa pesquisa.

Entre os vários problemas existentes no Brasil, listamos 4 que estão relacionados ao mercado de trabalho – especialmente em relação ao primeiro emprego ou ao desemprego – a educação técnica-profissional e a juventude. Assim, temos uma (1) ausência ou a pouca quantidade de mão de obra qualificada para o desempenho de atividades profissionais em geral, assim como a (2) ausência ou pouca disponibilidade de uma qualificação apropriada para a atuação técnica-profissional; bem como uma (3) ainda nebulosa composição de parâmetros necessários ao fiel cumprimento da legislação, regulamentando a contratação de adolescentes e jovens nos moldes propostos pela legislação brasileira; e questões correlatas a (4) problemas relacionados à juventude como desemprego, formação escolar deficiente, violência, drogas etc., que são possíveis de serem relacionadas com a desocupação juvenil. Diante dessas questões, foram planejados e colocados em funcionamento vários programas sociais, dentre eles o Programa Jovem Aprendiz, buscando contribuir no combate a esses problemas apresentados e, conseqüentemente, buscando diminuir suas causas e conseqüências.

O debate acerca dos problemas anteriormente citados traz como um de seus resultados a criação de várias políticas para a juventude, de emprego, de qualificação profissional e de geração de renda. Dentre elas, temos a criação do Programa Jovem Aprendiz – também chamado de programa de aprendizagem. Surgido na década de 40 como Aprendizagem Industrial, passou a ser Adolescente Aprendiz e sofreu várias reformulações (MÁXIMO, 2012), até chegar à configuração atual, o qual é estabelecido pela Lei nº. 10.097/2000, e regulamentado pelo Decreto nº 5.598/2005 que estabelecem que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratarem adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos em uma quantia de no mínimo de 5% e no máximo de 15% por estabelecimento, calculada sobre o

total de empregados cujas funções demandem formação profissional. Sendo justificado pelo argumento de que a aprendizagem é um instituto que cria oportunidades tanto para o aprendiz quanto para as empresas, pois dá preparação ao iniciante de desempenhar atividades profissionais e de ter capacidade de discernimento para lidar com diferentes situações no mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, permite às empresas formarem mão de obra qualificada, algo cada vez mais necessário em um cenário econômico em permanente evolução tecnológica (Manual da Aprendizagem, 2014).

O Jovem Aprendiz é um programa técnico-profissional que prevê a execução de atividades teóricas e práticas, sob a orientação pedagógica de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica e com atividades práticas coordenadas pelo empregador. As atividades devem ter a supervisão da entidade qualificadora, em que se é necessário observar uma série de fatores, como o público-alvo, indicando o número máximo de aprendizes por turma; perfil sócio - econômico e justificativa para seu atendimento; objetivos do programa de aprendizagem, com especificação do propósito das ações a serem realizadas e sua relevância para o público participante, a sociedade e o mundo do trabalho; conteúdos a serem desenvolvidos, contendo os conhecimentos, habilidades e competências, sua pertinência em relação aos objetivos do programa, público participante a ser atendido e potencial de aplicação no mercado de trabalho; estrutura do programa de aprendizagem e sua duração total em horas, observando a alternância das atividades teóricas e práticas, bem como a proporção entre uma e outra, em função do conteúdo a ser desenvolvido e do perfil do público participante; mecanismos de acompanhamento e avaliação do Programa de aprendizagem e mecanismos de inserção dos aprendizes no mercado de trabalho após o término do contrato de aprendizagem; e o período de duração – carga horária teórica – observando a concomitância e os limites mínimo e máximos das atividades práticas, observando os parâmetros estabelecidos na Portaria MTE nº 723, de 23 de abril de 2012.

O Programa visa garantir o caráter permanente da aprendizagem como política pública orientada, e com resultados monitorados pela ação estatal, integrando essa modalidade ao Sistema Público de Trabalho Emprego e Renda, sendo uma estratégia que se articula ao Plano Nacional para uma efetiva participação do jovem na sociedade. O Programa tem como principais finalidades: (a) estabelecer os parâmetros necessários ao fiel cumprimento da legislação, regulamentando a contratação de aprendizes nos moldes propostos pela legislação brasileira; (b) proporcionar qualificação técnica-profissional ao jovem aprendiz para o desempenho de atividades profissionais e de ter capacidade de discernimento para lidar com diferentes situações no mundo do trabalho; e ao mesmo tempo, (c) permitir às empresas a

formarem e utilizarem mão de obra qualificada, algo cada vez mais necessário em um cenário econômico em permanente evolução tecnológica, técnica e profissional. Máximo (2012) aponta que o Programa também busca garantir o acesso dos adolescentes e jovens com perfil de maior exclusão social à qualificação profissional e a inserção no mercado; oferecer condições para a família do aprendiz no que tange ao seu desenvolvimento com o objetivo de fortalecer o núcleo familiar; e conceder oportunidades de condições de desenvolvimento de potencialidades individuais.

E tem como suas duas principais ações (1) a matrícula dos jovens beneficiários em cursos de aprendizagem, em instituições qualificadoras reconhecidas, responsáveis pela certificação; ao mesmo tempo em que (2) são contratados por empresas como aprendizes de ofício conforme previsto na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO do Ministério do Trabalho e Emprego e regulamentado por legislação específica do Programa. Essas ações cada uma traz finalidades específicas sendo que a ação 01 busca (a) proporcionar uma qualificação técnica-profissional metódica ao participante e (b) proporcionar uma formação pedagógica teórica e conceitual do curso em que esteja participando. Enquanto que, por outro lado, a ação 02 busca (a) proporcionar uma inserção no mercado de trabalho de forma remunerada e em condições “especiais” de trabalho ao participante e (b) proporcionar uma formação pedagógica prática do curso em que esteja participando. Dessas finalidades e ações temos como produtos para o jovem aprendiz os rendimentos do contrato de trabalho, durante o tempo de contrato como aprendiz, mas principalmente a formação técnica-profissional ao final de sua estadia no programa.

Buscando atender, principalmente, a dois públicos-alvo – os adolescentes/jovens e o empresariado – o Programa Jovem Aprendiz tem como atores envolvidos no Programa (a) o Governo Federal, (b) os Empresários, (c) as Instituições de Ensino Profissionalizantes, e (d) os adolescentes e jovens que estejam com idade entre 14 e 24 anos¹⁵. O Governo federal é o formulador da política pública e, além disso, se manifesta em duas frentes de atuação contínua e fundamentais para a existência do Programa. A primeira é como mantenedor do Programa e a segunda como responsável pela fiscalização, tarefa realizada por meio do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. As Instituições de Ensino participam como o ator responsável pela parte de formação técnico-profissionalizante dos jovens aprendizes, sendo assim um ator de vital importância para o desenvolvimento humano dos jovens participantes do Programa. Os Empresários constituem um público alvo considerado indireto, apesar de serem

¹⁵ Além dos adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos o Programa também inclui as pessoas com deficiência para as quais não tem limite máximo de idade para participação.

beneficiados de forma direta com a força de trabalho dos jovens aprendizes, além de se beneficiarem também com a isenção de impostos e encargos trabalhistas. E, conforme aponta GraçaRua (1997), dentre os atores privados os empresários sempre merecem destaque, pois são, sem qualquer sombra de dúvida, um grupo de atores dotados de uma enorme capacidade de exercer influência nas políticas públicas, devido ao fato de serem capazes de afetar a economia do país, em razão de exercerem controle sobre atividades produtivas, de parcelas do mercado e da oferta de empregos. A juventude constitui o público alvo direto, os chamados beneficiários do Programa e são para eles que a política foi pensada e formulada.

O Programa traz condições pré-estabelecidas para a participação dos envolvidos, seja o jovem aprendiz, a empresa contratante ou a entidade qualificadora. A participação do jovem aprendiz esta condicionada a sua participação no curso de formação técnica-profissional, assim como esta dentro da faixa etária delimitada. Para as médias e grandes empresas a participação é obrigatória e elas devem contratar uma quantia de no mínimo de 5% e no máximo de 15% por estabelecimento, calculada sobre o total de empregados cujas funções demandem formação profissional. Às micro empresas a participação é opcional. Para as entidades qualificadoras, é necessário elas serem aprovadas no cadastro de entidades qualificadoras e serem instituições de educação ou sociedades sem fins lucrativos.

A dinâmica de funcionamento do Programa geralmente segue dois momentos: O primeiro, ingresso na formação técnica, seguida de contratação, com tempo máximo de contrato, finalizada com a demissão ao final do período permitido pela lei, com exceções em que o jovem aprendiz é contratado definitivamente. O segundo, ordem acontece com a contratação pela empresa, seguida com o ingresso na formação técnica e com a duração de tempo máximo de contrato permitido pela lei, sendo finalizada com a demissão. No entanto, seu funcionamento possui características específicas e obrigatórias, conforme podemos ver no Manual da Aprendizagem (2014), que são (1) o ingresso de jovens no mercado de trabalho por meio da contratação por empresas como aprendizes de ofício previsto na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO do Ministério do Trabalho e Emprego; (2) a contratação obrigatória dos aprendizes para as grandes e médias empresas, sob pena de infringirem a lei e sofrerem suas penalidades; (3) ser um contrato especial de trabalho por tempo determinado, de no máximo dois anos; (4) ter sua validade condicionada à matrícula e frequência do aprendiz à escola e a um curso de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, em instituições qualificadoras reconhecidas, responsáveis pela certificação; (5) a formação técnico-profissional ser caracterizada por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas

em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho; (6) essa capacitação profissional ser adequada ao mercado de trabalho; (7) a capacitação ser executada por instituição de ensino técnico-profissional e não pela própria empresa empregadora; (8) a certificação profissional do aprendiz na formação realizada.

Para regulamentar o Programa existe uma legislação consideravelmente extensiva e, considerando os objetivos desse trabalho, fizemos uma breve discussão apenas das principais leis, decretos e portarias¹⁶. A Aprendizagem Profissional é instituída e legitimada na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, por meio da Lei nº. 10.097/2000, que altera dispositivos da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452/1943. Tendo o Decreto Nº 5.598, de 01/12/2005 como regulamentador da contratação de aprendizes e dando outras providências. É orientada também pela Portaria nº. 615 (mês/2007) que tem como objetivo principal promover diretrizes curriculares para o desenvolvimento dos cursos e programas de aprendizagem, classificados no âmbito da educação profissional como cursos de formação inicial e continuada. Tendo essa portaria sido, posteriormente, alterada pela Portaria 1003/2008. Outros importantes marcos regulatórios são: a Portaria MTE Nº 2.755, de 23/11/2010, que dispõe sobre a realização de cooperação ou parcerias entre entidades sem fins lucrativos para o desenvolvimento e a execução dos programas de aprendizagem, nos termos do art. 430 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências. E a Portaria MTE Nº 656, de 26/03/2010 que cria o Selo "Parceiros da Aprendizagem", bem como disciplina a concessão do documento às entidades merecedoras. As formações disponibilizadas nas entidades qualificadoras tendem a atender as demandas de mercado e a terem por guia o Plano Nacional da Aprendizagem e a Política Nacional de Juventude. Ressaltamos que o programa possui ainda um considerável inventário de legislação que se encontra listada em ordem cronológica nos apêndices/anexos.

Em sua criação, o Programa visava atingir uma meta de contratar 800.000¹⁷ aprendizes até o final de 2011. Essa meta não foi atingida e apenas um total de 264.764 jovens, foram contratados. O quadriênio 2012-2015 teve como meta alcançar um total de 1.220.628 contratos de aprendizagem e teve um total de 1.061.115 aprendizes contratados no período de

¹⁶ Optou-se por comentar aqui apenas as principais legislações sobre o Programa, haja vista não ser o objetivo desse trabalho o debate sobre as questões legislativas do Programa Jovem Aprendiz. Mas como forma de agregar informações de valor a possíveis interessados foi disponibilizada nos apêndices/anexos a listagem de toda a legislação utilizada até dezembro de 2014.

¹⁷ Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, no endereço eletrônico <http://consulta.mte.gov.br/atlas/sisaprendizagem.html>. Acessado em 10/03/2015.

2012 a 2014¹⁸. Até o mês de dezembro de 2014, quando foi divulgado o último Boletim da Aprendizagem contendo a quantidade de jovens aprendizes contratados, tem-se um total de 2.117.422 contratações. No Tocantins, não foi possível determinar a quantidade exata devido aos dados sobre contratação por Estado e região não terem sido divulgados com essa divisão desde o começo, mas nos dados levantados temos até 2014¹⁹, último ano com dados divulgados pelo portal do MTE, uma quantidade de 4.954²⁰ aprendizes contratados em todo o Estado, sendo 1.067²¹ aprendizes na cidade de Palmas. Em levantamento realizado junto às instituições qualificadoras identificadas no Tocantins também não foi possível obter a quantidade total, em virtude da não disponibilização dos dados por parte de algumas instituições. A Superintendência do Trabalho e Emprego no Tocantins foi consultada, via ofício, mas não forneceu as informações solicitadas. A única instituição qualificadora que forneceu acesso aos dados foi o SENAI-TO, mas não disponibilizou informações sobre períodos anteriores as suas turmas vigentes em 2015. Diante disso, a quantidade obtida foi de 83 jovens aprendizes participantes do programa no ano de 2015, na cidade de Palmas – TO.

Nota-se que nos poucos dados disponibilizados no site do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE o enfoque está na quantidade de contratações e não se refere ao que o Programa possibilita como o acesso a uma formação técnica-profissional e a um emprego remunerado com duração máxima de dois anos, condicionado a participação simultânea em um curso de formação técnica-profissional. Razões que verdadeiramente podem vir a contribuir com o desenvolvimento regional ao possibilitar à região ter um maior número de adolescentes e jovens inseridos, de forma legal, no mercado de trabalho e uma maior geração de renda para os participantes. Assim como, uma maior circulação de renda nas localidades em que os participantes vivem e atuam e um maior número de adolescentes e jovens com qualificação técnica-profissional.

¹⁸ Esse total é o constante no Boletim da Aprendizagem publicado em dezembro de 2014. Esse é o último Boletim da Aprendizagem contendo essas informações foi divulgado, por isso esse total ainda não contém os dados referentes ao ano de 2015.

¹⁹ O período com informações disponíveis encontradas foram os anos de 2010, 2011, 2013 e 2014.

²⁰ Esse total corresponde a somatória do total dos anos de 2010, 2011, 2013 e 2014. Só foram encontrados dados com quantidade de contratações referentes a esses períodos. Fontes: TabNet Win32 2.7 <http://consulta.mte.gov.br/atlas/OMT.html> e dos Boletins da Aprendizagem Profissional de 2013 e 2014.

²¹ Esse total em Palmas-TO é referente a soma do total do anos 2010 e 2011 mais a quantidade de jovens aos quais tivemos acesso na pesquisa em 2015. Assim sendo, a descrição do total é 320 + 693 + 54 respectivamente. Ao contrário das quantidades de contratação em todo o estado do TO sobre as quais foram encontradas informações sobre os anos de 2010, 2011, 2013 e 2014, sobre a quantidade de contratações no município de Palmas-TO só foram encontradas informações referentes aos anos de 2010 e 2011, aos quais foram somados a quantidade de jovens a que tivemos acesso durante a pesquisa em 2015. Fontes: TabNet Win32 2.7 <http://consulta.mte.gov.br/atlas/OMT.html>.

A partir da leitura das diretrizes da Aprendizagem – Lei 10.097/2000, Decreto 5.598/2005 e do Manual da Aprendizagem (2014) – podemos depreender que sua formulação apresenta características de uma Política Pública mista dos modelos Insumo-produto e *withinputs*, conforme aponta Saasa (1998). Para esse autor, a política pública de Insumo Produto é aquela que

um problema surge em determinada sociedade; as informações sobre o mesmo tornam-se disponíveis para as unidades de decisão (insumos); as políticas são traçadas (formulação da política) e em seguida executadas. Finalmente, o impacto da política é sentido (resultados). (SAASA, 1998).

Já a política pública que segue o modelo de *withinputs*, segue outra linha de sequência para a sua formulação, pois

[...] tanto a elite política como a burocrática moldam mais a opinião das massas do que as massas moldam os pontos de vista das lideranças [...] as mudanças das políticas podem ser atribuídas mais à reformulação, por parte da elite, da própria opinião, do que à condição de produto das demandas e de apoio do meio ambiente. (SAASA, 1998)

Assim, a política pública da Aprendizagem se mostra como uma forma híbrida desses dois modelos, ou seja, tem uma face de sua demanda originada pelo ambiente, com a demanda dos empresariados por mão-de-obra e redução nos encargos trabalhistas, e pela juventude ainda em grande parte ociosa e, dessa forma, não contributiva para o mercado. Na outra face tem sua demanda criada a partir da elite política, que visando, por um lado, diminuir essas questões já apresentadas, e, por outro lado, promover um maior crescimento econômico, cria um Programa que possibilita amenizar a carga trabalhista para as empresas, mesmo tornando obrigatória a participação destas no Programa, assim como possibilita o trabalho infanto-juvenil de forma legalizada, mas também obriga a todos os jovens participantes terem uma melhoria de suas capacidades, competências e habilidades, por meio de qualificação técnica-profissional, assim como a obrigatoriedade de frequência no modelo regular/tradicional de ensino.

Essa busca pelo desenvolvimento de conhecimentos, qualidades, competências ou habilidades do participante, fica bem visível em suas diretrizes, pois todos os documentos regulatórios e orientadores definem que o programa de aprendizagem:

É o programa técnico-profissional que prevê a execução de atividades teóricas e práticas, sob a orientação pedagógica de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica e com atividades práticas coordenadas pelo empregador. As

atividades devem ter a supervisão da entidade qualificadora, em que se é necessário observar uma série de fatores, como o público-alvo, indicando o número máximo de aprendizes por turma; perfil socioeconômico e justificativa para seu atendimento; objetivos do programa de aprendizagem, com especificação do propósito das ações a serem realizadas e sua relevância para o público participante, a sociedade e o mundo do trabalho; conteúdos a serem desenvolvidos, contendo os conhecimentos, habilidades e competências, sua pertinência em relação aos objetivos do programa, público participante a ser atendido e potencial de aplicação no mercado de trabalho; estrutura do programa de aprendizagem e sua duração total em horas, observando a alternância das atividades teóricas e práticas, bem como a proporção entre uma e outra, em função do conteúdo a ser desenvolvido e do perfil do público participante; mecanismos de acompanhamento e avaliação do programa de aprendizagem e mecanismos de inserção dos aprendizes no mercado de trabalho após o término do contrato de aprendizagem; e o período de duração – carga horária teórica – observando a concomitância e os limites mínimo e máximos das atividades práticas, observando os parâmetros estabelecidos na Portaria MTE nº 723, de 23 de abril de 2012 (Manual da Aprendizagem, 2014).

Deve-se observar também que o Programa de aprendizagem deve seguir diretrizes que apontam as formas em que ele pode ser executado:

Os Programas de aprendizagem podem ser desenvolvidos nas seguintes formas: A) Aprendizagem profissional em nível de formação inicial por CBO ou arco ocupacional; e B) Aprendizagem profissional em nível técnico médio. Entende-se por aprendizagem profissional em nível de formação inicial o programa de aprendizagem voltado para a qualificação em determinada e específica função, sendo o horário de trabalho mínimo teórico calculado com base na carga horária do curso de nível técnico médio correspondente, conforme classificação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, instituído pela Resolução nº3, de 9 de julho de 2008, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Em caso de não existir curso para o mesmo itinerário formativo no referido Catálogo, as horas destinadas à teoria na entidade formadora deverão somar o mínimo de 400h (Manual da Aprendizagem, 2014).

Também devem ser observadas as características específicas do conceito de aprendizagem profissional em arcos profissionais, no qual se entende como sendo

O programa de aprendizagem destinado a qualificar o aprendiz para um determinado agrupamento de ocupações que possuam base técnica próxima e características complementares, garantindo uma formação que amplie as possibilidades de inserção ocupacional do aprendiz ao término do programa, seja como assalariado, autônomo ou em atividades da economia solidária. O objetivo principal da utilização dessa metodologia, considerada uma inovação no que diz respeito à formação adequada a quem inicia sua trajetória profissional, consiste nas possibilidades de vivências práticas dos beneficiários em mais de uma ocupação dentro da mesma organização, enriquecidas pela troca de experiências entre os aprendizes contratados por diferentes empresas (Manual da Aprendizagem, 2014).

Além disso, é necessário que esse programa de aprendizagem em arcos ocupacionais seja executado no sistema de aprendizagem em nível técnico médio, ou seja,

[...] quando a parte teórica da aprendizagem é proporcionada por instituição ofertante de cursos em nível técnico médio de ensino, em programa de aprendizagem regularmente inscrito no CNAP (cujo curso deverá estar previamente regularizado perante o órgão competente do sistema de ensino), fornecendo as informações complementares que caracterizam um contrato de trabalho de aprendizagem profissional para efeitos de reconhecimento do cumprimento das cotas previstas em Lei (Manual da Aprendizagem, 2014).

Com a leitura analítica dos documentos regulatórios – Lei 10.097/2000 e Decreto 5.598/2005 – e orientadores – Manual da Aprendizagem (2014) podemos ver que os objetivos propostos e a forma como funciona o programa podem caracterizar um investimento em capital humano por meio da educação, especialmente a educação técnico-profissional direcionada para o mercado. Uma participação que gera retornos financeiros, durante e após a formação – com o recebimento de remuneração durante o contrato de aprendiz e com a qualificação profissional para posterior acesso ao mercado de trabalho, respectivamente – o que possibilita ocorrer certo desenvolvimento econômico.

Renata Danielle Moreira Silva & Zeidi Araujo Trindade (2013), ao realizar pesquisa com jovens participantes do Programa Jovem Aprendiz aponta uma série de fatores que levam esses jovens a ingressarem em um programa de aprendizagem, sendo eles: Preparação para a vida (crescimento pessoal e profissional), ajudar financeiramente a família, independência, incentivo dos pais, ocupar o tempo, e conhecer amigos. Assim sendo, “a entrada no Programa de aprendizagem profissional pode ser vista, por essas jovens, como oportunidade de qualificação profissional, entrada no mercado de trabalho e uma possível ascensão profissional” (SILVA e TRINDADE, 2013), o que levou os autores a concluírem que:

O Programa é percebido como eficaz na preparação para entrada no trabalho visto que os entrevistados consideram ter adquirido características consideradas essenciais para se alcançar a empregabilidade como a aquisição de habilidades sociais.
[...] As mudanças apontadas pelos participantes se referem a uma autopercepção positiva e a aspectos relacionados à ordem moral do trabalho como a aquisição de responsabilidade e de características que os aproximam do universo adulto como o amadurecimento e a perspectiva de futuro (SILVA e TRINDADE, 2013).

Por outro lado, a participação no Programa possibilita o desenvolvimento das habilidades, competências, qualificações e valores do indivíduo participante, o que é uma promoção de seu capital humano. Pode-se levar em consideração que a inserção do jovem aprendiz no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, a capacitação com a formação técnico-profissional pode possibilitar não somente a agregação de uma renda ao indivíduo como também outros fatores ligados ao desenvolvimento pessoal. É possível considerar também que o crescimento econômico da região onde o participante está inserido, através de sua atuação

no mercado de trabalho, pode permitir uma maior mobilidade social dos participantes no Programa Jovem Aprendiz em suas realidades sociais. Diante disso, podemos perceber que o Programa Jovem Aprendiz traz em seu escopo características de um Programa que possibilita o desenvolvimento do capital humano de seus participantes. Mas, em que medida o Programa Jovem Aprendiz promove o acesso e a ampliação de oportunidades sociais a seus beneficiários? Quais os graus de presença das principais formas de acesso às oportunidades sociais no PJA? A participação no PJA possibilita aos jovens aprendizes participantes ter acesso a outros tipos de oportunidades? A participação no PJA contribui de alguma forma para o aumento das capacidades do jovem aprendiz?

No próximo capítulo, apresentamos os resultados da pesquisa, os quais trazem respostas a esses questionamentos.

4. O ACESSO ÀS OPORTUNIDADES SOCIAIS NO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ NA PERCEPÇÃO DE JOVENS APRENDIZES

Neste capítulo, apresentamos os resultados descritivos-exploratórios sobre em que medida o Programa Jovem Aprendiz promove o acesso e ampliação de oportunidades sociais a seus beneficiários durante a execução do Programa. Também são apresentados os graus de presença/contribuição desses acessos, as possibilidades de acesso a outras oportunidades sociais e as possíveis contribuições do PJA para o desenvolvimento das capacidades do jovem aprendiz.

4.1 O Programa Jovem Aprendiz em Palmas – TO: dados de caracterização

Nesta seção, as informações estão relacionadas aos dados componentes do perfil dos jovens aprendizes pesquisados, como sexo, cor/raça, idade, escolaridade, renda familiar, condições de moradia e tempo de participação no PJA. Dessa forma, os dados levantados formam o seguinte perfil: o público do PJA na unidade do SENAI – Palmas é composto por jovens com as idades entre 14 e 21 anos, com predominâncias das idades de 17 (17%) e 16 (51%) anos. Sendo 31% deles do sexo feminino e 69% do sexo masculino. É uma turma miscigenada com pessoas de cor/raça amarela (2%), branca (25%), negra (24%) e parda (49%), cujas rendas familiares variam de 0 a 1 salário mínimo (14%), passando por de 1 a 2 salários mínimos (24%), de 3 a 4 salários mínimos (41%) até com mais de 4 salários mínimos (20%), residentes em moradias próprias (61%), alugadas (23%) e cedidas (16%). Na escolaridade, possuem aprendizes cursando o Ensino Fundamental (8%) e o Ensino Médio (80%), assim como com o Ensino Médio completo (8%) e também cursando o Ensino Superior (4%). E possuem grupos com períodos de participação no PJA de 05 meses (17%), 07 meses (5%), 08 meses (21%), 11 meses (48%), 12 meses (2%) e de 20 meses (7%).

4.2 Acesso à educação

Esta seção, traz questões que buscam captar se a participação do jovem no PJA contribuiu diretamente para que ele pudesse ter mais acesso a oportunidades de melhorar sua condição educacional, ou mesmo se contribuiu indiretamente de alguma forma para que isso acontecesse. Para tanto, foram formuladas questões²² que buscaram levantar informações sobre se o acesso do aprendiz a algumas formas de educação e de vivências educacionais foram decorrentes de sua participação no PJA. Dessas questões resultou o seguinte levantamento.

Sobre se os jovens aprendizes já haviam participado de algum dos modelos de ensino-aprendizagem mais “comuns” na sociedade em geral e que também fazem parte, de modo geral, do âmbito da qualificação para o trabalho, antes de seu ingresso no PJA, obtivemos como resposta que a maioria dos jovens já havia participado de cursos dentre das modalidades sugeridas, conforme demonstrado no quadro 7, a seguir:

Quadro 07 – Participação em cursos de educação para o mercado antes do ingresso no PJA.

Curso realizado	Quantidade de jovens participantes
Curso de computação ou informática	22
Curso de língua estrangeira	3
Curso profissionalizante	4
Curso técnico	3
Não participou de nenhum curso	19
Não respondeu	1

Fonte: Elaboração própria.

Essas modalidades foram definidas considerando que englobam vários tipos de cursos de educação para o mercado e aos quais os jovens geralmente podem ter mais acesso, devido a vasta disponibilidade de oferta no mercado. A quantidade de participações nos cursos demonstra que uma boa quantidade de jovens conseguiu participar de algum tipo de qualificação para o trabalho, mas também aponta que uma considerável quantidade de jovens não tiveram a oportunidade conseguir participar de uma qualificação para o mercado de trabalho.

²² As questões estão disponíveis no Apêndice A desse trabalho.

Para que fosse possível traçar uma comparação para com essa questão e suas respostas foi aplicada a mesma questão, contudo referindo-se a participação do jovem em algum curso dessas modalidades após o período de ingresso dele no PJA. Para essa questão obteve-se a resposta demonstrada no quadro abaixo:

Quadro 08 – Participação em cursos de educação para o mercado após ingresso no PJA.

Curso realizado	Quantidade de jovens participantes
Curso preparatório para vestibulares	2
Curso de computação ou informática	11
Curso de língua estrangeira	5
Curso profissionalizante	7
Curso técnico	1
Não participou de nenhum curso	25
Não respondeu	1

Fonte: Elaboração própria.

Diante dos dados obtidos, pode-se perceber que, apesar da variedade de cursos que os jovens aprendizes participaram ter aumentado (de 5 tipos para 6 tipos), a quantidade de jovens que participaram desses curso após a entrada no PJA for menor que antes. Enquanto antes de entrarem no PJA apenas 19 não haviam participado de nenhum dos mais “comuns” tipos de cursos de educação para o mercado de trabalho, após a entrada no PJA esse número de não participantes aumentou para 25. Assim, nesse quesito analisado, evidencia-se que a participação no PJA não contribuiu para o aumento da participação em cursos de educação para o mercado de trabalho. O que classifica o PJA com um grau baixo de contribuição para o acesso a cursos de educação para mercado, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 09 – classificação da variável “contribuição para participação em cursos de educação para o mercado”.

Participação em cursos de educação para o mercado devido ao PJA				
Sim	51%	Não	49%	
Grau de contribuição do PJA				
Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto
		X		

Fonte: Elaboração própria.

Em busca de dados sobre a variável “contribuição para participação em programas de qualificação”, foi utilizada, primeiramente, uma questão que buscou identificar se o jovem aprendiz já tinha participado de algum programa de qualificação antes de entrar para o PJA. As respostas apontaram que apenas 5 participantes disseram já haver participado de algum tipo de Programa de qualificação, enquanto que a grande maioria de 45 respondentes disseram que não haviam participado. De forma complementar a essa questão, os respondentes identificaram os tipos de qualificação que participaram apontando as qualificações de assistente administrativo (02), auxiliar administrativo (02) e informática básica (01). Para esse quesito analisado, os dados trazem uma ampla vantagem quantitativa apontando ser o PJA o único Programa por meio do qual esses jovens tiveram acesso a algum tipo de qualificação profissional, o que possibilita a classificação do PJA em relação a sua contribuição para o acesso a educação, assim podemos classificar o PJA conforme quadro a seguir.

Quadro 10 – Classificação da variável “contribuição para participação em programas de qualificação”.

Participação em programas de qualificação				
Sim	10%	Não	90%	
Grau de contribuição do PJA				
Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto
				X

Fonte: Elaboração própria.

Sen (2010) argumenta que as oportunidades sociais podem ser entendidas como o acesso a determinado sistema de funcionamentos – como a educação, por exemplo. Mas também pode ser entendido como possibilidades de melhoria da sua condição de agente e de sua agência dentro desse sistema de funcionamentos. Considerando esse entendimento, foi questionado aos aprendizes se o conteúdo ensinado a eles no PJA, especialmente no curso de formação teórico, tem contribuído para a melhoria de suas notas na escola regular. Para essa questão, uma maioria de 39 dos entrevistados respondeu que sim, enquanto 10 responderam que não. Dessa forma, esse quesito aponta que o PJA contribui para o aumento do acesso a educação e para a qualidade desse acesso.

Quadro 11 – Classificação da variável “contribuição para melhoria na escola regular”.

Participação no PJA contribui para a melhoria na escolar regular			
Sim	80%	Não	20%

Grau de contribuição do PJA				
Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto
			X	

Fonte: Elaboração própria.

Ainda em consonância com o proposto de Sen (2010) sobre a ampliação e a melhoria da condição de agente do indivíduo, foi proposta uma questão sobre o aumento das competências pessoais dos jovens aprendizes, perguntando se a participação no PJA contribuiu para o aumento de suas competências pessoais. Dessa questão, resultaram os dados demonstrados no quadro a seguir:

Quadro 12 – Classificação da variável “contribuição para o aumento das competências pessoais”.

Participação no PJA contribuiu para o aumento das competências pessoais				
Sim	92%	Não	8%	
Grau de contribuição do PJA				
Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto
				X

Fonte: Elaboração própria.

Essa questão foi relacionada à categoria acesso à educação em razão de ser esse um dos objetivos do curso do PJA de forma geral e de forma mais específica nos cursos de formação desenvolvidos pelo Sistema S. No que se refere a esse questionamento, um total de 46 dos respondentes afirmaram que sim, enquanto apenas 4 responderam que não. Em conformidade com os resultados obtidos, ver-se que o PJA pode ser considerado como contributivo para o acesso qualificado a educação, exercendo um alto grau de contribuição para jovem aprendiz aumentar suas competências sociais.

Buscando proporcionar uma confirmação que pudesse corroborar com esse resultado sobre o aumento das competências pessoais do jovem aprendiz, foram disponibilizadas duas questões cujas respostas pudessem ser comparadas para tentar estabelecer essa confirmação.

A primeira questão solicitou que o jovem aprendiz citasse quais foram as competências pessoais que eles consideram estar desenvolvendo em suas vidas. As respostas obtidas estão elencadas no quadro 13, a seguir:

Quadro 13 – Competências pessoais desenvolvidas pelo aprendiz.

Competências²³ pessoais desenvolvidas pelo aprendiz²⁴
Comportar-me adequadamente
Ser um melhor filho
Ser uma melhor pessoa aonde eu vou
Ter mais organização
Respeito pelos demais trabalhadores
Compromisso com horários, pontualidade
Relação intrapessoal
Relação Interpessoal
Noções de Marketing
Logística
Gestão Organizacional
Matemática Financeira
Facilidade em desenvolver atividades no trabalho
Modo de fala adequado, comunicação
Informática
Escrita
Responsabilidade
Rapidez
Falar ao publico
Postura
Atenção
Paciência
Ética
Menos ignorante
Ser menos ingênuo
Visão da realidade

²³ O conceito de competência é o dos próprios aprendizes, ou seja, é exatamente o que eles responderam como competências. A escolha por usar dessa forma se deve ao fato de que essa dissertação não busca debater sobre conceitos de competência, sendo realizada essa listagem apenas com o objetivo de ilustrar o comparativo entre as competências que os aprendizes consideram desenvolver em virtude de sua participação no PJA e as competências que os próprios aprendizes dizem ser ensinadas no PJA.

²⁴ As expressões consideradas como competências citadas aqui estão conforme foram citadas pelos aprendizes nas respostas dos questionários, com exceção apenas da exclusão das repetências e de pequenos trechos com sentidos não ligados a questão proposta.

Aceitar as diferenças
Interação social
Sinceridade
Visão mais ampla

Fonte: Elaboração própria.

Inspirado em Bege (2010), a segunda questão solicitou que os jovens aprendizes citassem quais foram as competências ensinadas/trabalhadas dentro do Programa Jovem Aprendiz, seja na formação teórica na entidade qualificadora, seja na parte prática na empresa em que trabalha. As competências citadas pelos pesquisados são as constantes no quadro a seguir:

Quadro 14 – Competências ensinadas/trabalhadas no Programa Jovem Aprendiz.

Competências ensinadas/trabalhadas no PJA
Matemática
Línguas
Comunicação oral e escrita
Planejamento
Contabilidade
Noções de Marketing
Gestão Organizacional
Atendimento
Linguagem
Informática
Arquivar e organizar documentos
Empreendedorismo
Ter postura
Como fazer relatório
Comportamento
Responsabilidade
Pontualidade
Ter mais respeito com as pessoas
Trabalho em equipe

Rapidez
Éticas
Segurança no trabalho
Organização do trabalho
Raciocínio lógico
Organização
Logística
Matemática Financeira
Avaliação de dados e documentos

Fonte: Elaboração própria.

Com as respostas dessas duas questões foi traçado um paralelo comparativo entre as competências que os aprendizes consideram que estão desenvolvendo devido a participação no PJA e as competências que os aprendizes dizem serem trabalhadas no PJA. Dessa comparação, é possível ver que a grande maioria das competências são citadas nas duas situações. Assim sendo, pode ser considerada a existência de uma correlação entre o fato dessas competências serem apontadas pelos aprendizes como sendo trabalhadas no PJA e como sendo parte das competências que eles consideram que estão desenvolvendo em suas vidas. No entanto, essa correlação não é suficiente para determinar que a participação no PJA contribua verdadeiramente para o aumento das competências pessoais dos jovens aprendizes.

Buscando definir se os jovens consideram que as competências aprendidas no PJA lhes são úteis para seus estudos foi solicitado aos aprendizes pesquisados que dissessem onde as competências trabalhadas no decorrer da formação do PJA os ajudavam. Como resultado, foram levantadas as seguintes quantidades: 48 aprendizes afirmaram que as competências trabalhadas no PJA lhes ajudam nas atividades das empresas; 25 afirmaram que contribuem no convívio familiar; 20 aprendizes apontam que tais competências lhes são úteis nos seus relacionamentos; e 26 aprendizes confirmaram que as competências aprendidas lhe ajudam nos estudos na escola. Apesar de não ser a maioria das respostas indicando os estudos na escola como a área onde as competências mais ajudam, a quantidade de respostas indicam que a maioria dos jovens pesquisados considera como positiva e contributiva para seus estudos na escola as competências que estão aprendendo no curso de formação do PJA. Considerando os dados obtidos, podemos também considerar que a utilidade das competências trabalhadas no PJA é positiva para os estudos dos jovens aprendizes na escola regular e classificar essa variável conforme quadro abaixo.

Quadro 15 – Classificação da variável “utilidade das competências aprendidas para os estudos”.

Utilidade das competências aprendidas para os estudos				
Sim	22%	Não	78%	
Grau de contribuição do PJA				
Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto
	X			

Fonte: Elaboração própria.

Sobre se os jovens aprendidos tiveram algum tipo de acompanhamento e/ou orientação durante sua participação no Programa Jovem Aprendiz, as respostas dos entrevistados teve uma maioria afirmando que sim. Do total pesquisado, 62 respostas afirmam ter algum tipo de acompanhamento e/ou orientação, 4 abstenções e apenas 6 respostas que afirmaram não ter recebido qualquer tipo de orientação. As respostas também apontaram 6 formas diferentes de orientação e/ou acompanhamentos recebidas pelos aprendizes, as quais são: acompanhamento na empresa, acompanhamento estudantil, mentoria, orientação pedagógica, tutoria, orientação dos pais. Diante disso, fica evidente pelas respostas dos jovens aprendizes que o PJA lhes proporciona acesso à orientação e a acompanhamento durante sua participação no Programa, pois mesmo que não seja possível apontar pelas respostas dos aprendizes, que se tenha um tipo padronizado de acompanhamento e/ou orientação é possível deduzir que o PJA contribui para o acesso a educação por meio da promoção do acesso à serviços de acompanhamento e/ou orientação que possibilitam mais aprendizagens aos aprendizes. Assim sendo, no quadro 16, demonstramos a classificação do grau de contribuição dessa variável para a promoção de acesso à educação.

Quadro 16 – Classificação da variável “acesso a acompanhamento e/ou orientação durante o PJA”.

Possuem orientação e/ou acompanhamento durante a participação no PJA				
Sim	86%	Não	14%	
Grau de contribuição do PJA				
Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto
				X

Fonte: Elaboração própria.

Na última variável componente dessa categoria, o questionamento buscou saber se a participação no PJA esta ajudando ao jovem aprendiz a conseguir uma formação universitária

e obteve uma maioria de 40 respostas positivas frente a apenas 9 respostas negativas e 2 abstenções. Com esse resultado, os aprendizes apontam que o PJA contribui para que o jovem aprendiz venha a obter acesso à educação em nível universitário. Assim como é possível demonstrar, no quadro a seguir, a classificação do grau de contribuição dessa variável para a promoção do acesso a educação.

Quadro 17 – Classificação da variável “contribuição para conseguir formação universitária”.

Contribui para conseguir formação universitária				
Sim	78%	Não	22%	
Grau de contribuição do PJA				
Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto
			X	

Fonte: Elaboração própria.

Após a análise dos dados de todas as variáveis componentes da categoria “acesso a educação” foi possível elaborar uma síntese de todas as variáveis e de seus graus de contribuição para a categoria em análise. A partir dessa síntese também foi definida a classificação geral da categoria, conforme demonstrado no quadro 18, a seguir.

Quadro 18 – Classificação geral da categoria “acesso à educação”.

CATEGORIA: ACESSO À EDUCAÇÃO	
Variáveis componentes analisadas	Grau de contribuição
Participação em cursos de educação para o mercado após entrar no PJA	Médio
Participação em programas de qualificação	Alto
Contribuição para melhoria na escola regular	Médio Alto
Contribuição para o aumento das competências pessoais	Alto
Utilidade das competências aprendidas para os estudos	Médio Baixo
Acesso a acompanhamento e/ou orientação durante o PJA	Alto
Contribuição para conseguir uma formação universitária	Médio Alto
Classificação geral da categoria	
	Alto

Fonte: Elaboração própria.

Essa classificação ocorre devido à maioria das variáveis componentes terem sido classificadas com grau “alto” de contribuição do PJA para o acesso a cada uma delas. Faz-se interessante ressaltar que a maioria das outras variáveis obtiveram graus de contribuição entre “médio alto” e “médio”, o que coloca a categoria com a maioria das variáveis componentes acima da média de classificação. Indicando também, que o PJA tem uma contribuição geral acima da média na categoria “acesso à educação”.

4.3 Acesso à saúde

Nessa seção buscou-se identificar se a participação do jovem no PJA proporcionou acesso a melhores condições de saúde. Para tanto, foram formuladas questões semiabertas e abertas cujas respostas podem apontar se o aprendiz teve ou não sua saúde – ou de sua família – afetada pelo PJA. Desses questionamentos resultaram as respostas a seguir.

Quanto à participação no PJA proporcionar acesso a programas de saúde, as respostas de 19 entrevistados apontaram terem acesso a: plano de saúde, vale alimentação e programa de prevenção de acidentes. Contudo, a maioria de 32 dos aprendizes disse não ter acesso a nenhum tipo de programa de saúde, seja na entidade qualificadora ou na empresa empregadora.

Diante dos resultados obtidos, vê-se que apesar de se ter 19 respostas apontando a obtenção de acesso a 3 tipos de programas de saúde, a predominância de respostas negativas é maior. Sendo assim, nessa variável pode-se inferir que o PJA tem pouca contribuição para o acesso a programas de saúde e, conseqüentemente, contribui pouco para a melhoria da saúde do jovem aprendiz. Dessa forma, demonstramos no quadro a seguir a classificação dessa variável.

Quadro 19 – Acesso a algum tipo de programa de saúde.

Acesso a programas de saúde devido a participação no PJA				
Sim	37%	Não	63%	
Grau de contribuição do PJA				
Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto
	X			

Fonte: Elaboração própria.

De forma complementar a questão sobre ter-se acesso a algum tipo de programa de saúde, foi questionado se o jovem aprendiz considera que sua participação no PJA alterou de alguma forma suas condições de saúde ou de sua família. Como resposta a questão, a grande maioria de 47 dos entrevistados disse que sim, consideram ter as suas condições de saúde afetadas devido a participação no PJA. Em contrapartida, apenas 3 responderam que não consideraram sofrer qualquer interferência do programa em saúde ou na de sua família. Os resultados tiveram ainda 2 pessoas que não responderam a questão. Diante dos resultados, é possível inferir que, segundo o entendimento dos jovens aprendizes, o fato de participarem do PJA proporciona alterações em suas condições de saúde e/ou de sua família. Assim, o quadro 20 demonstra o grau de contribuição do PJA para as alterações na saúde do jovem aprendiz e/ou de seus entes familiares.

Quadro 20 – “acesso a acompanhamento e/ou orientação durante o PJA”.

Houve alterações na saúde do aprendiz devido a participação no PJA				
Sim	94%	Não	06%	
Grau de contribuição do PJA				
Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto
				X

Fonte: Elaboração própria.

Buscando confirmações para esse resultado foi solicitado que os aprendizes citassem as principais alterações em suas condições de saúde ou de sua família, de forma a que eles pudessem demonstrar que conseguem visualizar essas alterações em seu dia a dia. Contudo, apenas 2 pessoas responderam apontando as alterações de saúde que consideram ter ocorrido com eles devido a sua participação no PJA. As alterações citadas pelos aprendizes estão demonstradas a seguir no quadro 21.

Quadro 21 – Principais alterações nas condições de saúde.

Principais alterações nas condições de saúde
Eu emagreci 5 quilos
[<i>meu</i>] tempo é bem mais corrido.
[<i>tenho</i>] menos tempo para fazer minhas refeições
[<i>passsei a</i>] ter cuidado na saúde
[<i>passsei a</i>] ter mais higiene para que não venha pegar vírus de alguma coisa ou fungos

Fonte: Elaboração própria.

Apesar da grande maioria dos participantes da pesquisa terem respondido sim na questão anterior, afirmando que sua participação no PJA alterou as suas condições de saúde ou de sua família, já nessa questão a grande maioria desses jovens pesquisados não responderam como essas alterações ocorreram, ou seja, eles não conseguem visualizar essas alterações nas condições de saúde de suas vidas ou de suas famílias. Com isso, é possível deduzir que na variável de visualização das alterações nas condições de saúde, o PJA não proporciona condições para que seus beneficiários consigam visualizar, de forma prática, essas contribuições para sua saúde. Assim sendo, demonstramos, no quadro a seguir, como ficou classificado PJA em relação a essa variável.

Quadro 22 – Visualização das alterações nas condições de saúde.

Visualização das alterações nas condições de saúde				
Sim	04%	Não	96%	
Grau de contribuição do PJA				
Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto
X				

Fonte: Elaboração própria.

Essa questão demonstra que apesar da maioria dos próprios jovens aprendizes dizer ter ocorrido alterações em suas condições de saúde e/ou de sua família, eles não conseguem visualizar essas alterações. A não visualização das alterações caracteriza um contraditório em relação a afirmação de que houve alterações. Não sendo possível visualizar as alterações, não tem como evidenciar que realmente tenha ocorrido alguma alteração. Sendo assim, os resultados dessa questão servem como evidência de que podemos considerar que o PJA não fornece aos aprendizes condições para que eles consigam visualizar se houve realmente algum tipo de mudanças e sua saúde em virtude de sua participação no PJA.

Fechando a análise da categoria “acesso à saúde”, os resultados da tabulação dos dados de todas as questões propostas, permitiram a elaboração da síntese de classificação das variáveis da categoria, assim como a classificação da própria categoria. Tais classificações estão demonstradas no quadro a seguir:

Quadro 23 – Classificação geral da categoria “acesso à saúde”.

CATEGORIA: ACESSO À SAÚDE	
Variáveis componentes analisadas	Grau de contribuição
Acesso a algum tipo de programa de saúde	Médio Baixo
Ocorrência de alterações nas condições de saúde	Alto
Visualização das alterações nas condições de saúde	Baixo
Classificação majoritária da categoria	Baixo

Fonte: Elaboração própria.

A classificação geral foi definida como grau baixo devido a consideramos que o fato de que os resultados da variável “visualização das alterações nas condições de saúde” evidenciam ser contraditório com os resultados da variável anterior – “ocorrência de alterações nas condições de saúde”. E sendo a última variável uma questão comprovativa da anterior, consideramos esse fator como um critério de desempate em relação a classificação geral da categoria. Além disso, é importante ressaltar que a contribuição do PJA para o acesso a programas de saúde teve um grau médio baixo, o que coloca o PJA com uma classificação abaixo da média no geral das variáveis componentes da categoria.

4.4 Acesso ao emprego

Nessa categoria buscou-se identificar se a participação do jovem no PJA proporcionou acesso ao emprego de forma legalizada. Para tanto, foram formuladas questões fechadas²⁵ cujas respostas pudessem apontar se o aprendiz teve ou não esse acesso em razão de participar do Programa. Desses questionamentos resultaram as respostas abaixo, assim como os seguintes resultados e classificações.

A primeira questão buscou investigar se a experiência de trabalho por meio do Programa Jovem Aprendiz é a primeira atividade remunerada dos jovens aprendizes e assim demonstrar se o PJA é o responsável por proporcionar esse acesso ao emprego. As respostas obtidas trazem que a maioria dos entrevistados afirma não ter realizado atividade remunerada antes de participarem do PJA. Diante dos dados obtidos, pode-se classificar que o PJA possui

²⁵

As questões estão disponíveis no Apêndice A desse trabalho.

um grau médio alto de responsabilidade em proporcionar acesso ao emprego ao jovem participante do programa.

Quadro 24 – Primeira atividade remunerada do jovem aprendiz.

É a primeira atividade remunerada do jovem aprendiz?				
Sim	38%	Não	62%	
Grau de contribuição do PJA				
Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto
			X	

Fonte: Elaboração própria.

A segunda questão buscou levantar dados sobre o registro da experiência de trabalho do jovem aprendiz na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS antes de sua participação no Programa Jovem Aprendiz. A contribuição do PJA para a realização do registro em CTPS ficou evidente por meio da comparação da quantidade de registros obtido em CTPS antes de entrarem no PJA e totalidade de registros do jovem aprendiz em razão de entrarem para o PJA. Fato importante para o jovem aprendiz, pois garante o primeiro registro de experiência de trabalho e proporciona o direito as benesses oriundas dessa anotação na CTPS. Dessa forma estão demonstrados, no quadro 27, os resultados obtidos assim como também a classificação do PJA em relação a sua contribuição para que os jovens aprendizes participantes tivessem seu primeiro registro de experiência de trabalho na CTPS.

Quadro 25 – É a primeira vez que assinam a Carteira de Trabalho e Previdência Social.

É a primeira vez que assinam a CTPS?				
Sim	94%	Não	06%	
Grau de contribuição do PJA				
Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto
				X

Fonte: Elaboração própria.

É importante apontar que a porcentagem de jovens aprendizes (38%) que já haviam tido experiências de trabalho remunerado pode ser entendida como sendo um elevado número de jovens que obtiveram acesso a essa oportunidade por meio de outros mecanismos que não o PJA. Contudo, ao cruzar essa informação com o resultado da questão sobre registro da experiência de trabalho na CTPS, é possível verificar a grande diferença de números e fica

evidente a contribuição do PJA para o acesso a um emprego de forma legalizada e com a garantia dos direitos trabalhistas para o jovem trabalhador, assim como da legalidade para o empregador.

Na terceira questão, a busca foi em saber se o jovem aprendiz teve alguma participação em programas de inserção no mercado de trabalho antes de sua participação no Programa Jovem Aprendiz. Para esse questionamento, os dados apontam uma parcela de 21% dos entrevistados que afirmam ter participado de programas de inserção no mercado de trabalho antes de participarem do PJA, enquanto que a maioria de 79% dos pesquisados afirmam ser o PJA seu primeiro programa de inserção ao mercado de trabalho. Diante desses dados, a classificação do PJA na variável sobre ser a primeira participação em programas de inserção ao trabalho é considerada com grau médio alto, conforme demonstrado abaixo:

Quadro 26 – É a primeira participação em programa de inserção ao trabalho.

É a primeira participação em programa de inserção ao trabalho				
Sim	79%	Não	21%	
Grau de contribuição do PJA				
Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto
			X	

Fonte: Elaboração própria.

Para a quarta variável dessa categoria, a questão buscou saber se o jovem aprendiz acredita ser o PJA a razão de ele estar trabalhando atualmente. A maioria de 74% dos entrevistados respondeu acreditar que se não houvesse o PJA eles acham que não conseguiriam trabalhar onde estão atualmente, em contrário a uma minoria de 26% que consideram que conseguiriam trabalhar onde estão trabalhando atualmente mesmo sem o PJA. Dessa forma, pode-se classificar o PJA com o grau médio alto de responsabilidade pelos jovens aprendizes estarem trabalhando atualmente.

Quadro 27 – Acredita ser o PJA a razão de estar trabalhando atualmente.

Acredita ser o PJA a razão de estar trabalhando atualmente				
Sim	74%	Não	26%	
Grau de contribuição do PJA				
Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto
			X	

Fonte: Elaboração própria.

A quinta variável pesquisada, nessa categoria, buscou olhar para o futuro do jovem no mercado de trabalho, levando em consideração suas experiências de trabalho e suas possíveis escolhas anteriores em relação ao mercado de trabalho. Assim, foi questionado ao jovem aprendiz se o PJA esta contribuindo na escolha de sua futura profissão. Os dados resultantes dos questionários apontam que a maioria dos respondentes afirma que sim, o PJA estar a contribuir para que eles escolham sua futura profissão. Assim sendo, amparam a classificação de um grau médio alto de influência do PJA para a escolha da futura profissão por parte do jovem aprendiz.

Quadro 28 – Contribuição para definição da profissão.

Contribuição para definição da profissão				
Sim	76%	Não	24%	
Classificação no <i>Continuum</i>				
Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto
			X	

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados da tabulação dos dados sobre a promoção do acesso ao emprego permitiram a elaboração da síntese de classificação das variáveis componentes da categoria, assim como a classificação desta categoria, os quais estão postas no quadro a seguir.

Quadro 29 – Classificação geral da categoria “acesso ao emprego”.

CATEGORIA: ACESSO AO EMPREGO	
Variáveis componentes analisadas	Grau de contribuição
É a primeira atividade remunerada do jovem aprendiz	Médio Alto
É a primeira vez que assinam a CTPS	Alto
É a primeira participação em programa de inserção ao trabalho	Médio Alto
Contribuição para definição da profissão	Médio Alto
Acredita ser a razão de estar trabalhando hoje	Médio Alto
Classificação geral da categoria	Médio Alto

Fonte: Elaboração própria.

Essa classificação ocorreu em razão de a maioria das variáveis componentes ter sido classificada com o grau “médio alto” de contribuição do PJA para o acesso a cada uma delas. Faz-se interessante ressaltar apenas uma outra variável obteve grau de contribuição diferente, sendo classificada como grau “alto”. Isso coloca a categoria com a maioria de suas variáveis componentes acima da média de classificação, indicando também que o PJA tem uma contribuição geral um pouco acima da média na categoria “acesso ao emprego”.

4.5 Acesso à cultura e ao lazer

Nessa categoria buscou-se realizar um levantamento sobre a participação do jovem aprendiz em atividades culturais e de lazer em razão de sua participação no Programa Jovem Aprendiz. Para tanto, foram formuladas duas questões, sendo uma semiaberta e a outra aberta. A primeira é composta de múltiplas escolhas para que os jovens aprendizes pudessem apontar quais as atividades culturais e de lazer eles consideraram ter tido acesso – participado, visitado, usufruído etc. – em razão de participar do Programa. Desse questionamento a maioria (88%) dos jovens aprendizes pesquisados respondeu ter participado de alguma atividade cultural e/ou de lazer devido a estar participando do PJA, enquanto que uma pequena minoria (12%) não respondeu ter participado de nenhuma das atividades culturais e/ou de lazer disponibilizadas no questionário, assim como não acrescentaram nenhuma outra atividades que tenham participado por intermédio de sua participação no Programa. Diante dos dados obtidos, a classificação do PJA quanto a sua promoção de acesso a cultura e ao lazer aos aprendizes participantes é de grau alto, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 30 – Participação em atividades culturais e de lazer.

Participação em atividades culturais e de lazer				
Sim	88%	Não	12%	
Grau de contribuição do PJA				
Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto
				X

Fonte: Elaboração própria.

Os jovens pesquisados apontaram uma ampla gama de atividades culturais e/ou de lazer as quais os jovens aprendizes consideraram terem acesso devido a estar no Programa

Jovem Aprendiz. Visando ilustrar essa variedade, os resultantes das respostas dos entrevistados estão demonstrados a seguir.

Quadro 31 – Listagem das atividades culturais e de lazer a que tem acesso em razão de participar do PJA.

ATIVIDADES	QUANT
Academias	5
Acampamentos/Camping	2
Biblioteca	15
Centro Cultural	11
Centro de Convivência	1
Centro de documentação – Arquivo público	11
Cinema	20
Clube	5
Dança	4
Escolha de quadrilha junina	2
Estádios	9
Feira de artes	5
Feira de negócios	13
Galeria de exposição	4
Visitas técnicas	1
Prêmio IEL de estágio	1
Shows	2
Teatro	6
Viagens	15
Oficinas culturais	8
Parques	12
Passeios	1
Ponto de cultura	11
Práticas de esportes	6
Grupo de leitura	1
Museu	2
Natação	2

Fonte: Elaboração própria

Apesar de os aprendizes terem apontado uma vasta gama de atividades culturais e/ou de lazer que eles consideram ter tido acesso em razão de estarem participando do Programa, é possível visualizar por meio do quantitativo de participações em cada atividade citada que essas participações não ocorreram de forma coletiva e sim de maneira individualizada. Também é possível perceber que ocorre uma promoção indireta desse acesso à cultura e ao lazer, ou seja, o acesso a essas atividades ocorre por causa de aumento da renda do jovem e de sua independência financeira o que possibilita uma ida ao cinema, por exemplo. A promoção de forma direta não ocorre porque o PJA não promove ações diretas com os jovens aprendizes nas quais eles possam participar, fazer uso ou usufruir dessas atividades culturais e de lazer, como levar as turmas para visitas em museus, pontos de cultura, cinema e teatro ou a realização de atividades recreativas com os jovens aprendizes. Vale ressaltar que essa ausência de promoção direta ocorre tanto nas entidades qualificadoras como nas empresas nas quais os aprendizes estão lotados.

A segunda questão foi colocada à disposição para respostas de forma aberta para que os jovens aprendizes pudessem responder sem qualquer direcionamento sobre os usos que fazem de sua remuneração (ZELIZER, 2003). Assim, de forma indireta, buscou-se averiguar se os jovens aprendizes acessam de alguma forma aparelhos culturais e de lazer, assim como se participam de atividades culturais ou de lazer, proporcionadas por meio do uso de sua remuneração oriunda do PJA, o que torna, indiretamente, o PJA como promovedor desse acesso para os jovens aprendizes. Como resultado desse questionamento, os jovens aprendizes citaram os usos demonstrados no quadro abaixo.

Quadro 32 – Usos da remuneração oriunda do PJA pelo jovem aprendiz.

Usos da remuneração oriunda do PJA pelo jovem aprendiz	
Alimentação	12
Desenvolvimento pessoal	5
Diversão e lazer (academia, cinema, equipamentos de diversão, shows etc.)	16
Equipamentos pessoais	10
Família	17
Independência financeira	12
Poupança	3
Saúde	10
Vestuário	9
Outros	5

Fonte: Elaboração própria

Diante do quantitativo de respostas que apontam usos da remuneração com atividades de cultura e de lazer foi computado que apenas 16% dos entrevistados utilizaram sua remuneração com essa finalidade. Mesmo levando em conta ser este o segundo maior tipo de uso da remuneração dentre os usos apontados pelos jovens aprendizes – perdendo apenas para o uso para ajudar a família nas despesas de casa – é importante observar que é uma parte muito pequena em relação ao total dos jovens pesquisados. E sendo a relação entre o total que faz uso da remuneração com essa finalidade e o total que não faz esse uso é que é levada em consideração para classificar o grau da variável pesquisada, pode-se classificar essa variável com o grau de baixa contribuição para o acesso à cultura e ao lazer, conforme demonstrado no quadro 33.

Quadro 33 – Classificação da variável “uso da remuneração do PJA com atividades de cultura e de lazer”.

Usa a remuneração do PJA com atividades culturais e de lazer				
Sim	16%	Não	84%	
Grau de contribuição do PJA				
Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto
X				

Fonte: Elaboração própria.

Diante dos resultados obtidos por meio da análise dos dados foram obtidos um grau alto e um grau baixo de contribuição do PJA para a promoção do acesso à cultura e ao lazer aos jovens aprendizes, conforme é demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 34 – Classificação geral da categoria “acesso à cultura e ao lazer”.

CATEGORIA: ACESSO À CULTURA E AO LAZER	
Variáveis componentes analisadas	Grau de contribuição
Participação em atividades culturais e de lazer	Alto
Uso da remuneração do PJA com atividades culturais e de lazer	Baixo
Classificação geral da categoria	
	Médio

Fonte: Elaboração própria

Essa categoria ficou com essa classificação em razão de ter sido considerada como classificação geral da categoria a média das duas respostas. Tal consideração corresponde a

definir a classificação como um grau médio de contribuição do PJA para que seus jovens participantes tenham acesso a equipamentos e a atividades de cultura e de lazer.

4.6 Classificação geral do Programa Jovem Aprendiz

As classificações das categorias componentes obtidas não apresentam uma maioria de um determinado grau de contribuição e sim apresenta quatros graus contributivos diferentes. Diante disso, foi considerada que a maioria dos graus determinados está no grau médio para cima no *continuum*, e por isso foi considerada a média desses três graus como o grau de classificação geral o Programa. Assim sendo, o Programa Jovem Aprendiz foi considerado ter um grau médio alto de contribuição para o acesso dos jovens aprendizes às oportunidades sociais, conforme mostrado no quadro a seguir:

Quadro 35 – Classificação geral do Programa Jovem Aprendiz quanto às categorias componentes.

Liberdade instrumental	Categorias componentes	Grau de classificação
Acesso às oportunidades sociais	Acesso à educação	Alto
	Acesso à saúde	Baixo
	Acesso ao emprego	Médio alto
	Acesso à cultura e ao lazer	Médio
Classificação geral do Programa Jovem Aprendiz por categorias		Médio alto

Fonte: Elaboração própria

Buscando extirpar a dúvida se na somatória geral das variáveis componentes a classificação do PJA poderia ser diferente da definida pelos resultados das categorias, fizemos também a totalização geral do PJA quanto as variáveis componentes. No que se refere a essa classificação, de um total de 17 variáveis, temos uma maioria de 12 variáveis com graus acima do meio no *continuum*, sendo 6 variáveis com grau alto e 6 com grau médio alto. Assim temos também nessa modalidade de classificação um grau médio alto de contribuição do PJA para os jovens aprendizes terem acesso às oportunidades sociais, como pode ser visualizado no quadro a seguir:

Quadro 36 – Classificação geral do Programa Jovem Aprendiz quanto às variáveis componentes.

Liberdade instrumental	Categorias componentes	Variáveis componentes	Grau de contribuição
Acesso às oportunidades sociais	Acesso à educação	Participação em cursos de educação para o mercado	Médio
		Participação em programas de qualificação	Alto
		Contribuição para melhoria na escola regular	Médio alto
		Contribuição para o aumento das competências pessoais	Alto
		Utilidade das competências aprendidas para os estudos	Médio baixo
		Acesso a acompanhamento e/ou orientação durante o PJA	Alto
		Contribuição para conseguir uma formação universitária	Médio alto
	Acesso à saúde	Acesso a algum tipo de programa de saúde	Médio baixo
		Ocorrência de alterações nas condições de saúde	Alto
		Visualização das alterações nas condições de saúde	Baixo
	Acesso ao emprego	É a primeira atividade remunerada do jovem aprendiz	Médio alto
		É a primeira vez que assinam a CTPS	Alto
		É a primeira participação em programa de inserção ao trabalho	Médio alto
		Contribuição para definição da profissão	Médio alto
		Acredita ser a razão de estar trabalhando hoje	Médio alto
	Acesso à cultura e ao	Participação em atividades culturais e de lazer	Alto

	lazer	Uso da remuneração do PJA com atividades culturais e de lazer	Baixo
Classificação geral do Programa Jovem Aprendiz por variáveis			
			Médio Alto

Fonte: Elaboração própria

Faz-se importante ressaltar que apesar de ter alcançado um grau médio alto também na classificação geral quanto as variáveis componentes, o PJA não é perfeito em sua contribuição para o acesso às oportunidades sociais. Algumas das variáveis pesquisadas não demonstraram ter um grau elevado de contribuição. Dentro de um total de 17 variáveis, tivemos 5 que se encontram alocadas do meio do *continuum* para baixo, sendo 1 com grau médio, 2 com grau médio baixo e 2 com grau baixo. Pode-se inferir desses dados que, a partir da visão dos aprendizes, ainda há o que pode ser ampliado dentro do PJA para melhorar sua contribuição para o acesso dos jovens aprendizes às oportunidades sociais.

4.7 Promoção de acessos a outras oportunidades sociais aos jovens aprendizes

Buscando realizar um levantamento de possíveis acessos a outras oportunidades, a partir da participação do jovem aprendiz no PJA foram elaboradas duas questões, sendo uma semiaberta e uma aberta. Uma das questões buscava saber quais são os outros benefícios, além da remuneração, recebidos por participar do PJA e as respostas apontaram que os jovens aprendizes, de modo geral, consideram que o PJA lhes permite ter acesso a nove tipos diferentes de benefícios. Quais são essas oportunidades sociais e suas respectivas frações de aprendizes que julgam ter acesso a elas estão demonstrados de forma mais específica no quadro 37.

Quadro 37 – Quais são os outros benefícios, além da remuneração, recebidos por participar do PJA.

Benefícios/opportunidades	Quantidade	Porcentagem
Estabilidade no emprego	6	3%
FGTS	39	23%
Inclusão em banco de empregos/talentos	6	3%
INSS	30	18%
Não respondeu	3	2%

Plano de saúde	6	4%
Seguro desemprego	8	5%
Vale cultura	2	1%
Vale refeição	27	16%
Vale transporte	43	25%

Fonte: Elaboração própria

Em relação a essas oportunidades apontadas pelos jovens aprendizes faz-se necessário realizar alguns esclarecimentos: primeiro, vale ressaltar que apenas pela visualização das respostas não é possível confirmar se os jovens aprendizes pesquisados têm conhecimento das razões que proporcionam esses acessos. Segundo, diante de algumas respostas obtidas observa-se que os jovens aprendizes desconhecem alguns aspectos legais do PJA. E terceiro, é possivelmente por essa falta de conhecimento geral do Programa que apresentam acessos que o PJA só permite em casos muito específicos e até mesmo acesso a oportunidades que o PJA não proporciona.

Vejam os alguns desses acessos apontados pelos jovens aprendizes. Primeiro, o acesso à composição de FGTS e INSS, assim como obter o vale transporte é assegurado por lei para o jovem aprendiz, obrigando assim o empregador a disponibilizar esses benefícios, assim sendo o PJA é o principal responsável por promover, de forma direta e assegurada, o acesso a essas oportunidades para o jovem aprendiz. Segundo, o acesso a benefícios/oportunidades como (i) inclusão em banco de empregos/talentos, (ii) planos de saúde, (iii) vale cultura e (iv) vale refeição são obtidos por duas vias: 1) caso tais benefícios constem em acordos ou convenções coletivas de categorias, ou 2) por liberalidade do empregador. Dessa forma, o PJA pode ser considerado como corresponsável pela promoção, direta e não assegurada, do acesso a essas oportunidades. Terceiro, o acesso ao seguro desemprego não é garantido nos mesmos moldes dos demais tipos de contrato de trabalho. Ao jovem aprendiz só lhe é permitido acesso ao seguro desemprego em condições específicas e caso cumpra determinados requisitos legais específicos²⁶ ao jovem aprendiz. Quarto, as respostas obtidas apontam que 3% dos entrevistados informaram ter como benefício a estabilidade no emprego, mas é preciso ressaltar que esse é um benefício ilusório, haja vista que essa suposta estabilidade tem apenas a duração do tempo do contrato de aprendizagem que é de dois anos,

²⁶ Essas condições e requisitos legais específicos ao jovem aprendiz podem ser consultados no Manual da Aprendizagem do Ministério do Trabalho – MTE.

sendo que ao final desse prazo, na grande maioria das vezes, o aprendiz é desligado da empresa.

Levando em consideração as diversas significações do trabalho para os jovens aprendizes também se buscou levantar a concepção desses jovens em relação ao trabalho no PJA, pois esses entendimentos são reflexos dos acessos e das interações ou dos não acessos e não interações do jovem com as oportunidades sociais que eles podem vir a ter contato, acesso e interação. Sobre o que significa o trabalho no PJA para os jovens aprendizes pesquisados, eles apontaram as significações demonstradas no quadro 39.

Quadro 38 – Significados do trabalho para o jovem aprendiz – PJA/Palmas.

Significados do trabalho	Quantidade	Porcentagem
Autorrealização	18	12%
Entendimento da realidade	16	11%
Experiência	39	26%
Formação como cidadão	24	16%
Independência	28	19%
Necessidade	23	16%

Fonte: Elaboração própria

Esses significados apontados pelos aprendizes indicam outras oportunidades as quais o jovem aprendiz pode acessar. E sendo esses sentidos relacionados ao trabalho dentro do Programa, isso pode ser considerado como um indicativo de que o Programa Jovem Aprendiz é proporcionando a seus beneficiários a possibilidade de ter acesso a outras oportunidades sociais, além das pré-selecionadas para averiguação nessa pesquisa.

4.8 Possíveis contribuições do Programa Jovem Aprendiz para o desenvolvimento das capacidades do jovem aprendiz

Sen (2008) aponta que a capacidade é um reflexo da liberdade de realizar funcionamentos valiosos para um dado indivíduo, ou seja, a capacidade representa a liberdade de uma pessoa para realizar bem-estar. Assim, podemos apontar que a capacidade é a possibilidade de poder exercer a liberdade de escolha – e de ampliação de alternativas – para se alcançar determinado modo de vida que dado indivíduo julgar como boa de si viver. E que

essas possibilidades de escolhas, essas capacidades são partes constituintes do ser humano, não apenas como fonte econômica e suas dependências relacionadas a renda, mais também como constituinte de construções internas de entendimento dos fenômenos sociais, de ampliação de possibilidades e de visualização dessas possibilidades, assim como de empoderamento e de condição de agente para exercer o poder de escolher realizar ou não determinados funcionamentos e a organizá-los em conjuntos capacitários que julgar mais produtores para se realizar a vida que julgar mais adequada de si viver. Partindo desse entendimento e considerando o que aponta Máximo (2012) ao afirmar que

segundo a UNESCO dentre os elementos comuns que norteiam a construção da maioria das Políticas Públicas direcionadas para os jovens, pode-se destacar: a obtenção da condição adulta, como uma meta; a emancipação e a autonomia, como trajetória; a construção de uma identidade própria, como questão central; as relações entre gerações, como um marco básico para atingir tais propósitos; e as relações entre jovens para modelar identidades, ou seja, a interação entre os pares como processo de socialização (MÁXIMO, 2012, p. 61)

O PJA também possui alguns desses elementos comuns apontados por Máximo (2012), como a possibilidade de emancipação e autonomia, buscou-se verificar a existência de possíveis contribuições do Programa Jovem Aprendiz para o desenvolvimento das capacidades do jovem aprendiz. Com essa finalidade, não explicitada aos pesquisados, os jovens aprendizes responderam a uma questão aberta na qual eles deveriam tecer comentários sobre o que aconteceu/mudou em sua vida a partir de sua entrada no PJA até o presente momento de resposta ao questionário.

Diante das respostas obtidas, é possível verificar que o PJA contribui com o desenvolvimento das capacidades do jovem aprendiz, pois o permite ter acesso a possibilidades de mudanças em sua situação e condições de vida ao lhe ampliar algumas capacidades existentes e ao lhe proporcionar outras capacidades:

[...] através do Programa tive a oportunidade entrar no mercado de trabalho (Jovem Aprendiz – 13).

Tenho meu próprio dinheiro (Jovem Aprendiz – 37 e 40).

Passei a ter uma estabilidade financeira maior, do que tinha antes (Jovem Aprendiz – 39).

A remuneração que mesmo pouca, já ajuda bastante na compra de materiais de estudo. (Jovem Aprendiz – 44).

Fiquei independentemente financeiro (Jovem Aprendiz – 49)

Também contribui para o jovem aprendiz ter condições de exercer mais a sua condição de agente caso ele considere importante e escolha fazer uso das capacidades para agir em função daquilo que ela eleja como a vida ideal que ele queira ter.

Ganhei um pouco mais de independência, me tornei uma pessoa mais responsável e madura. (Jovem Aprendiz – 11)

[...] pude criar uma experiência profissional, aprendi a conciliar trabalho com estudos e diversões, entre outros benefícios (Jovem Aprendiz – 24)

Minha condição de vida melhorou um pouco mais, estou me qualificando cada dia mais com o programa jovem aprendiz e a cada dia estou me tornando mais responsável. (Jovem Aprendiz – 23)

Eu fiquei mais responsável com as minhas coisas (Jovem Aprendiz – 16)

Proporcionar ao jovem aprendiz ampliar sua condição de agente não se limita a apenas ações práticas objetivas como adquirir competências e habilidades pessoais, por exemplo. É também conceber algum tipo de empoderamento para esses jovens, ampliando assim suas condições de poder fazer escolhas e realizar desejos

[...] tenho livre escolha no que irei fazer com meu dinheiro dando apenas um pequena quantia em casa, tenho mais autonomia nas escolhas, mais responsabilidades perante o trabalho e a vida social (Jovem Aprendiz – 17)

Tive oportunidade de realizar desejos, objetivos pessoais, pude ajudar em casa e me tornei mais independente (Jovem Aprendiz – 21)

Hoje quando quero algo que necessito eu vou ajunto o dinheiro do PJA e realizo o que eu quero, e fico feliz por ajudar a minha mãe na renda familiar (Jovem Aprendiz – 38)

Possibilitar que o jovem aprendiz possa ter consciência e condições de pensar em futuros alternativos ao que vive e a ampliar sua visão de mundo, como nos exemplos a seguir, também é ampliar suas capacidades e sua condição de agente.

Eu to ligada mais nos estudos e no meu futuro, o Programa mim ensino muitas coisa pra vida. (Jovem Aprendiz – 45).

Penso mais no meu futuro, nas oportunidades e no que é melhor para meu futuro (Jovem Aprendiz – 47).

Fiquei com a visão mais ampla do mundo, e passei a fazer as coisas de acordo com o que deve ser feito, com ajuda e instrução dos professores, pode se dizer que eles me capacitam a fazer muitas coisas, me dão força e com base nisso, consigo meus objetivos (Jovem Aprendiz – 48).

Por fim, os jovens aprendizes participantes atribuíram uma nota geral ao Programa classificando-o com um grau médio alto de conceito de qualidade, pois os votos referentes as notas 8 e 7 foram concedidas por 48% dos respondentes, sendo 37% e 11% respectivamente. O Programa mostra também ser considerado bom pelos jovens aprendizes pelos fatos de que a conceituação de notas 10 e 9 também teve um elevado numero de votantes com 44% no somatório geral e sendo 25% e 19% respectivamente, e que a única nota diferente dessas foi a nota 4 que teve apenas 2% dos votos dos entrevistados. Fica assim evidenciada a atribuição positiva por parte dos jovens aprendizes participantes ao Programa.

Diante das respostas fornecidas pelos jovens aprendizes pesquisados, foi possível visualizar que as contribuições do Programa Jovem Aprendiz anteriormente demonstradas ajudam no desenvolvimento das capacidades do jovem aprendiz. Isso faz com que o PJA seja um Programa no qual seus participantes não são apenas clientes que recebem um atendimento finito em si mesmo ou recebedores passivos dos frutos desse engenho programa, mas sim um programa que possibilita uma ativação de capacidades humanas que possibilitam aos seus participantes serem pessoas mais ativamente envolvidas na conformação de seus próprios destinos (SEN, 2010b).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos a seguir nossas considerações finais confirmando se o objetivo geral e todos os objetivos específicos propostos no início da pesquisa foram alcançados ou não, e de que forma foram alcançados, se parcial ou integral. Também indicamos alguns retornos aos parceiros da pesquisa, assim como algumas limitações da pesquisa e apontamentos de possíveis ampliações e novos estudos.

Considerando existir diversas facetas que compõem um dado Programa que esteja sendo pesquisado, como categorias diferentes de participantes, locais de realização, contextos sociais e culturais, etc., esse trabalho buscou alcançar seus objetivos a partir das falas dos próprios jovens aprendizes participantes do Programa, refletindo assim suas percepções sobre o acesso as oportunidades sociais no PJA.

O objetivo geral dessa pesquisa buscou averiguar em que medida o Programa Jovem Aprendiz contribui o acesso e a ampliação de oportunidades sociais a seus beneficiários durante a sua execução. Como resposta a essa questão os resultados demonstraram que o PJA contribui na medida em que possibilita que os aprendizes tenham acesso a diversas categorias e tipos de oportunidades sociais. Contribui com o acesso à educação, ao promover a: Participação em cursos de educação para o mercado; Participação em programas de qualificação; Contribuição para melhoria na escola regular; Contribuição para o aumento das competências pessoais; Utilidade das competências aprendidas para os estudos; Acesso a acompanhamento e/ou orientação durante o PJA; e Contribuição para conseguir uma formação universitária. Também contribui com o acesso à saúde, ao possibilitar: Acesso a algum tipo de programa de saúde; Ocorrência de alterações nas condições de saúde; e a Visualização das alterações nas condições de saúde.

Ao mesmo tempo, o PJA também é contributivo para o acesso ao emprego, na medida em que, por meio do Programa, na maioria das vezes: é a primeira atividade remunerada do jovem aprendiz; é a primeira vez que assinam a CTPS, é a primeira participação em programa de inserção ao trabalho; além de contribuir para definição da profissão e a participação no Programa é considerada ser a razão de estar trabalhando atualmente. Colabora também para o acesso à cultura e ao lazer, ao possibilitar direta e indiretamente que seus beneficiários participem de atividades culturais e de lazer; e com o uso da remuneração do PJA com

atividades culturais e de lazer por parte dos jovens aprendizes. Assim como também apresentou contribuição para o acesso a remuneração e a benefícios sociais como FGTS, contribuição previdenciária (INSS), estabilidade por prazo determinado no emprego, inclusão em banco de empregos/talentos, plano de saúde, vale cultura, ticket refeição e vale transporte. Além de que possibilitar o acesso a oportunidades de autorrealização, entendimento da realidade, aquisição de experiência, formação como cidadão e construção de independência pessoal.

No que se referem aos objetivos específicos dessa pesquisa, todos os três também são considerados como alcançados. O primeiro buscou evidenciar qual o grau de contribuição do Programa Jovem Aprendiz para o acesso às oportunidades sociais na execução do Programa. E tendo todas as variáveis e as categorias componentes sido analisadas e a elas ter sido atribuído seu respectivo grau de contribuição, além de compor a classificação geral do programa e atribuí-lhe o seu grau de contribuição geral, consideramos que esse objetivo específico foi alcançado de forma integral. Como respostas a questão que norteia o objetivo específico temos os resultados apresentados nos quadros 35 e 36, que demonstram as classificações gerais do PJA quanto a seus graus de contribuição, nas quais o PJA tem um grau médio alto de contribuição para que os jovens aprendizes tenham acesso às oportunidades sociais.

O segundo foi realizar um levantamento de possíveis acessos a outras oportunidades, a partir da participação do jovem aprendiz no PJA, e após o levantamento de dados foram elencados os acessos a outras oportunidades que os jovens aprendizes consideram ter tido acesso a partir de sua participação no PJA. Assim sendo, esse objetivo também é alcançado de forma integral. Como resultado obteve os quadros 37 e 38 que elencam quais são as outras oportunidades que a participação no PJA possibilita aos jovens aprendizes participantes ter acesso, como alguns benefícios sociais, remuneração e sentidos do trabalho ligados a realizações pessoais.

E o terceiro buscou verificar a existência de possíveis contribuições do Programa Jovem Aprendiz para o desenvolvimento das capacidades do jovem aprendiz, e para tanto foram levantadas informações sobre as contribuições do PJA para que o jovem aprendiz tivesse a possibilidade de poder exercer a liberdade de escolha – e de ampliação de alternativas – para se alcançar determinado modo de vida que dado indivíduo julgar como boa de si viver. A partir das falas dos aprendizes, o que retornou como resposta foi que a participação no PJA contribui para o aumento das capacidades do jovem aprendiz, na medida em que o permite ter acesso a possibilidades de mudanças em sua situação e condições de

vida, ao lhe proporcionar ter consciência e condições de pensar em futuros alternativos ao que vive e a ampliar sua visão de mundo e com isso poder ter condições de ampliar e de exercer cada vez mais a sua condição de agente, ampliando assim suas condições de poder fazer escolhas e realizar desejos. Assim sendo, o objetivo foi alcançado integralmente de maneira satisfatória.

Diante dos resultados, é possível considerar que o PJA é um programa que promove o acesso às oportunidades sociais e contribui para desenvolver e aumentar as capacidades necessárias para se acessar os bens necessários à subsistência e a levar a vida que consideram digna de se viver. Ao ampliar as capacidades humanas de deslocamento na sociedade, tanto no nível das relações como no enfrentamento das próprias contradições, a liberdade se constitui no poder de acessar as oportunidades sociais e a fazer uso de suas capacidades em um ambiente onde homens e mulheres encontram espaço para desenvolver o exercício de sua condição de agente na intervenção social, na tentativa de superar sua condição de opressão e de contribuir para a transformação de sua realidade.

Com isso, o PJA exerce/desenvolve um “papel instrumental da expansão de capacidades na geração de mudança social (indo muito além da mudança econômica)”, pois contribui de forma direta para o bem estar e a liberdade das pessoas atendidas pelo programa, assim como contribui de forma indireta para a produção econômica e também ao exercer influência na mudança social (Sen, 2010b, p. 376) de seus envolvidos bem como das localidades/regionalidades em que ele ocorre. Assim sendo, o PJA pode ser considerado como um Programa com contribuição média alta para a promoção e a expansão do acesso às oportunidades sociais e das liberdades instrumentais que constituem e promovem o desenvolvimento humano, o qual é, para Sen (2010), o fator fundamental para o desenvolvimento de uma nação.

Possíveis ampliações da pesquisa

A dinâmica de seu funcionamento do PJA possui quatro grupos de pessoas, os quais são: os jovens aprendizes, as empresas, as entidades qualificadoras e as instituições de fiscalização. Nessa dissertação, realizamos a escolha por fazer um recorte específico para se trabalhar apenas com um desses grupos, os aprendizes. Sugerimos como possibilidade de ampliação dessa pesquisa, a realização desse mesmo trabalho com os outros grupos do Programa, buscando dar voz a cada um deles de forma individualizada. Outra ampliação

possível, e realizar a comparação entre si, do que é apresentado a partir das vozes de cada um desses grupos.

O Programa tem a educação, em sua área de formação técnico-profissional, como uma de suas duas partes vitais. E considerando-se que a escola precisa realizar uma formação globalizante, mesmo em cursos profissionalizantes para cargos intermediários do seu segmento produtivo. Certamente uma pesquisa que busque analisar as ações pedagógicas e suas influências e contribuições para o acesso do jovem aprendiz as oportunidades sociais contribuirá para a ampliação desse debate.

Retornos para os parceiros da pesquisa

As informações aqui analisadas serão apresentadas ao SENAI em caráter devolutivo²⁷, perante os gestores e os jovens participantes da pesquisa – ou ao menos aos que ainda estiverem participando do programa, por meio de reuniões e do fornecimento de cópias da dissertação para a biblioteca da instituição. Oportunamente, por meio de artigos científicos esperamos também oferecer subsídios às demais pesquisas sobre políticas públicas e, especificamente, sobre o Programa Jovem Aprendiz.

²⁷ Após a defesa desta dissertação serão realizadas reuniões com a coordenação geral e pedagógica do programa e com os jovens participantes da pesquisa para a apresentação dos resultados obtidos na pesquisa.

6. REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Marleny Cardona. DÍAZ, Francisco Zuluaga. GAMBOA, Carlos Andrés Cano. ALVIS, Carolina Gómez. **Diferencias y similitudes en las teorías del crecimiento econômico**. Grupo de Estudios Sectoriales y Territoriales. Departamento de Economía. Escuela de Administración – Universidad Eafit, 2004. Disponível em <http://publicaciones.eafit.edu.co/index.php/cuadernos-investigacion/article/view/1321>. Acesso em 10/02/2015.

AGULLÓ, E. **Jóvenes, trabajo e identidad**. Oviedo: Universidade de Oviedo, 1997.

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ALBORNOZ, S. **O trabalho na balança de valores**. Revista Cult, São Paulo, ed. 139, set 2009.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e a sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Ed. Bomtempo, 2003.

AQUINO, Luseni Maria C. de. **A juventude como foco das políticas públicas**. In: CASTRO, Jorge Abrahão de. AQUINO, Luseni Maria C. de. ANDRADE, Carla Coelho de. (Orgs). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília, IPEA, 2009.

ARAUJO, Maria Dalvaneide de Oliveira. **O Programa Aprendizagem: um estudo da formação do jovem aprendiz no SENAC/PE**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2008.

ARENDT, H. **A condição humana**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ATTANASIO, O. & SZÉKELY, M. **La pobreza en América Latina: Análisis basado en los activos**. In. *El Trimestre Económico*. (263), 317-364, 1999. Disponível em <http://www.jstor.org/discover/10.2307/20856993?uid=2&uid=4&sid=21106560975373>. Acesso em 23/04/2015.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BALESTRO, Moisés Villamil. **Capital Social, Aprendizado e Inovação: um estudo comparativo entre redes de inovação na indústria de petróleo e gás no Brasil e Canadá.** Brasília: Universidade de Brasília – CEPPAC-UnB, 2006.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BECKER, Gary S. **Accounting for taste.** Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1996.

BEGE, Gisele. **Percepções de jovens aprendizes e de seus supervisores sobre competências requeridas na formação para a primeira oportunidade social.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2010.

BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade.** Petrópolis, Vozes, 1978.

BORGES, L. O. de. **Os atributos e a medida do significado do trabalho.** *Psicologia: teoria e pesquisa*, 13(2), 211-220, 1997.

BORGES, L. O. **Significado do trabalho e socialização organizacional: um estudo empírico entre trabalhadores da construção habitacional e de redes de supermercados.** Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BORGES, Regina Célia Paulineli. **Jovem-aprendiz: os sentidos do trabalho expressos na primeira experiência profissional.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2010.

BRANCO, P. P. M. **Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas.** In: ABRAMO, H. W. & BRANCO, O. P. M. (Orgs). *Retratos da juventude brasileira* (PP. 129-148). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

BRASIL, Congresso Nacional. **Consolidação das Leis do Trabalho – Decreto Lei 5.452, de 01 de maio de 1943.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em 10/09/2014.

BRASIL, Congresso Nacional. **Decreto N° 5.598/2005.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5598.htm. Acesso em: 29 de setembro de 2013.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei N° 10097/2000.** Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm. Acesso em: 29 de setembro de 2013.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.** Disponível em <http://www.mteco.gov.br/>. Acesso em 20/10/2014.

BRASIL, Ministério do trabalho e Emprego. **Manual da Aprendizagem**. Disponível em www.portal.mte.gov.br/politicas_juventude/aprendizagem.htm. Acessado em 29 de setembro de 2013.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria MTE nº 723/2012**. Disponível em www.portal.mte.gov.br/data/files/0A7C816A36A27C140136E58C60317C60/Portaria%20MTE%20n%C2%BA723,%20de%2023%20de%20abril%20de%202012.pdf. Acessado em 15/07/2014.

BRASIL, Ministério do trabalho e Emprego. **Portaria nº 1003/2008**. Disponível em http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B63065B4A6343/p_20081204_1003.pdf. Acesso em 17/07/2014.

BRASIL, Ministério do trabalho e Emprego. **Portaria nº 2.755/2010**. Disponível em http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B63065B4A6343/p_20081204_1003.pdf. Acesso em 17/07/2014.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria nº 615/2007**. Disponível em www.portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE4CA7C012BE4F6D21511E8/p_20071213_615.pdf. Acessado em 15/07/2014.

BRASIL, Ministério do trabalho e Emprego. **Portaria nº 656/2010**. Disponível em http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B62FFB5060C79/p_20100326_656.pdf. Acesso em 15/07/2014.

BRASIL, Presidência da República. **Estatuto da Juventude: Lei 12.852/2013**. Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, 2013. Disponível em www.juventude.gov.br. Acesso em 14/08/2014.

BRASIL, Secretaria da Juventude. **Cartilha Políticas Públicas**. Brasília: Imprensa Nacional, 2013. Disponível em: www.juventude.gov.br. Acessado em 29/06/2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. FGV, 2006.

BRIEF, A. P. & NORD, W. R. (Orgs). **Meanings of occupational work: a collection of essays**. Massachusetts/Toronto: Lexington Books, 1990.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão salarial: uma crônica do salário**. (I. D. Pleti, Trad.). 5ª ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1998)

CAVALCANTE, Luciana Matias. **Economia dos setores populares: juventude e educação para o trabalho**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – UFCE, 2006.

COSAC, Claudia Maria Daher. PEREIRA, Jucimeire Ligia. **O desenvolvimento na perspectiva do século XXI**. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 17, n. 1, p. 300-321, 2008.

COSTA, Achyles Barcelos da. **O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter**. Cardenos IHU ideias, n. 47. Rio dos Sinos, 2006.

FOJA, Célia Regina. **O sentido do trabalho para a geração Y: um estudo a partir do jovem executivo**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida**. In FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria (orgs). *A experiência do trabalho e a educação básica*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. **Verbetes: Capital Humano**. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/caphum.html>. Acesso em 27/06/2014.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GRAÇAS-RUA, Maria das. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. Manuscrito, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES, 1997.

GUIMARÃES, N. **Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil**. In: ABRAMO, H. W. & BRANCO, O. P. M. (Orgs). *Retratos da juventude brasileira* (PP. 149-174). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

HOLANDA, A. B. de. **Dicionário eletrônico**. [S.l.]: Positivo Informática, 2005. 1 CD-ROM.

INGLEHART, Ronald. WENZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. São Paulo, Francis, 2009.

KANG, Thomas H. **Justiça e desenvolvimento no pensamento de Amartya Sen**. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 352-369, julho/setembro, 2011.

LOPES, Carlos. **Cooperação e desenvolvimento humano - a agenda emergente para o novo milênio**. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.

LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo Javier. **O consumo como investimento: a teoria do capital humano e o capital humano como *ethos***. Revista Mediações, Londrina, v. 14, n.2, p. 217-230, Jul/Dez. 2009.

MACERI, Sandra. y DIAZ, Sabrina Ruiz. Aires. **La economía del desarrollo y el enfoque de las capacidades**. Revista Humanum, Artículos, 16 Abril 2015. Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Buenos. Disponível em http://www.revistahumanum.org/revista/la-economia-del-desarrollo-y-el-enfoque-de-las-capacidades/#.VS_PZNSch1k.facebook. Acesso em 21/04/2015.

MAIA, Ana Augusta Ravasco Moreira. **Também temos crachá: sobre um programa para aprendizes**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, 2012.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 1996.

MANDELLI, Maria Teresa. **Correndo atrás de seu projeto de vida: um estudo com participantes do programa jovem aprendiz**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2011.

MARSHAL. Alfred. **Princípios de Economia**. Tradução Luiz João Baraúna, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. V.1, 2. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MÁXIMO, Thaís Augusta Cunha de Oliveira. **Significado da formação e inserção profissional para gerentes e aprendizes egressos do Programa Jovem Aprendiz**. João Pessoa, 2012. Tese (Doutorado) – UFPB/UFRN.

MELO, Simone Lopes de. **O significado do trabalho entre os jovens na transição de estudante universitário a profissional**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, 2002.

MOREIRA, Glória Maria de Pádua. **Um desenvolvimento humano durável é possível – o papel da educação neste contexto**. São Paulo: Editora CRV, 2011.

MOW, International Research Team. **The meanings of working**. London: Academic Press, 1987.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2ª ed. Editora Saga. Rio de Janeiro, 1968.

NAVARRO, V. L. & PADILHA, V. **Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo**. *Psicologia & Sociedade*, 19 (especial), 14-20, 2007.

NOVAES, Regina Celia Reyes. **Prefácio**. In: CASTRO, Jorge Abrahão de. AQUINO, Luseni Maria C. de. ANDRADE, Carla Coelho de. (Orgs). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília, IPEA, 2009.

OFFE, Claus. **Trabalho: a categoria-chave da sociologia?**. Rev. bras. Ci. Soc., v.4, n.10. Rio de Janeiro, jun. 1989. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_01.htm. Acessado em 16/04/2015.

OLIVEIRA, Gilson Batista. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista da FAE, Curitiba, V. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago, 2002. Disponível em www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_uma_discussao_sobe.pdf

OLIVEIRA, Nilton Marques de. **Notas sobre a desigualdade social no bico do papagaio – Tocantins**. DESAFIOS: Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins – V. 1, n. 01, p. 128-145, jul/dez. 2014.

PEREIRA, André da Silva. **Uma resenha sobre a evolução da teoria do Crescimento econômico**. *Teoria e Evidência Econômica*, Passo fundo, vol. 11, n.20, março/2003.

PINHEIRO, Mauricio Mota Saboya. **As liberdades humanas como base do desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen**. Texto para Discussão. Rio de Janeiro, IPEA, 2012.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Desenvolvimento Humano**. Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?ÍndiceAccordion=0&li=li_DH> acesso em janeiro/2013.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/PNUD. 1996.

PREBISCH, Raúl. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. **O índice do desenvolvimento humano (IDH) da ONU**. Revista Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, julho 1993.

SAASA, Oliver. **A Formulação da Política Pública nos países em desenvolvimento: a utilidade dos modelos contemporâneos de tomada de decisão**. Traduzido para o Programa de Treinamento Sudeco/PNUD/ Banco Mundial para o 1º Seminário sobre Políticas Públicas, Novembro 1998.

SANTOS, Andrea dos. **Desenvolvimento como liberdade em Amartya Sen**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2013.

SANTOS, Jacineide Arão dos. **Projeto juventude cidadã na Bahia: qualificação social e profissional para a formação do “cidadão mínimo”**. Salvador: Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2012.

SCHULTZ, Theodore W. **Capital Humano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973

SCHULTZ, Theodore W. **Investment in human capital**. In: **American Economic Review**, Pittsburgh, vol. LI, n. 1, p. 1-17, mar. 1961.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEN, Amartya. **As pessoas em primeiro lugar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminda**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SEN, Amartya. **Entrevista. Programa Roda Viva**. Exibido em 22/11/2001. Disponível em <http://www.rodaviva.fapesp.br>. Acessado em 14/07/2014.

SEN, Amartya. **Los bienes y la gente**. *Comercio Exterior*. 33 (12), 151-160. México DF: Banco Nacional de Comercio Exterior, 2000. Disponível em http://www.fce.unal.edu.co/media/files/documentos/Cuadernos/29/v17n29_sen_teoras_1998.pdf

SEN, Amartya. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEN, Amartya. **Teorías del desarrollo a principios del siglo XXI**. In: L. EMMERIJ, L. & NÚÑEZ DEL ARCO, J. (Orgs.). *El desarrollo económico y social en los umbrales del siglo XXI*. Washington, DC: Banco Interamericano de Desarrollo, 1998. Disponível em http://www.fce.unal.edu.co/media/files/documentos/Cuadernos/29/v17n29_sen_teoras_1998.pdf. Acesso em 23/04/2015.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. ANDRADE, Carla Coelho de. **A política nacional de juventude**. In: CASTRO, Jorge Abrahão de. AQUINO, Luseni Maria C. de. ANDRADE, Carla Coelho de. (Orgs.). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília, IPEA, 2009.

SILVA, Renata Danielle Moreira. & TRINDADE, Zeidi Araujo. **Adolescentes aprendizes: aspectos da inserção profissional e mudanças na percepção de si**. In: *Revista Brasileira de Orientação Profissional*. jan.-jun. 2013, Vol. 14, No. 1, 73-86. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_issues&pid=1679-3390&lng=pt&nrm=iso. Acessado em 15/04/2014.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. 2ª ed: São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SOUSA, Luana Borges de. **Um estudo do desenvolvimento humano das microrregiões do estado do Tocantins a partir do índice firjan de desenvolvimento municipal (ifdm) no período 2000-2010**. Universidade Federal do Tocantins – UFT, 2013.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TENÓRIO, Fernando G. (Org). **Cidadania e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

VALLE, Tânia Gracy Martins do (org). **Aprendizagem e desenvolvimento humano : avaliações e intervenções**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

VIEIRA, Patricia Ribeiro. **Aspectos do desenvolvimento e da efetividade do direito à educação no Brasil**. Prismas: Dir., Pol. Publ. e Mundial., Brasília, v. 7, n2, p. 213-264, jul./dez. 2010.

ZELIZER, Viviana A. **O significado social do dinheiro: “dinheiros especiais”**. In. MARQUES, Rafael. e PEIXOTO, João. (Orgs). **A nova sociologia econômica: uma antologia**. Oeiras: Celta Editora, 2003.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário de pesquisa

PESQUISA SOBRE O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ E O ACESSO ÀS OPORTUNIDADES SOCIAIS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você esta sendo convidado a participar da pesquisa “O Programa Jovem Aprendiz e o acesso a oportunidades sociais” desenvolvida pelo mestrando Flavio Alves da Silva, Matrícula 2014130321 do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT), que tem como objetivo realizar uma análise sobre o Programa Jovem Aprendiz e sua contribuição para o acesso as oportunidades sociais por parte dos jovens aprendizes de forma a verificar em que medida o Programa Jovem Aprendiz contribui para o desenvolvimento humano de seus participantes. A participação nessa pesquisa não trará nenhum tipo de implicação institucional ou legal. Como se trata de uma pesquisa de cunho acadêmico, sua realização foi aprovada pelo órgão responsável da Universidade Federal do Tocantins-UFT, tendo como responsável a Profa. Dra. Mônica Aparecida da Rocha Silva. Sua participação é totalmente voluntária e você poderá recusar-se a responder alguma questão ou abandonar o estudo sem qualquer prejuízo pessoal. Fica assegurado que sua identificação será preservada e as informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para os fins deste estudo. Toda e qualquer dúvida poderá ser esclarecida pelo entrevistador/pesquisador. Dados de contato: 63 8400-8955 / 9237-4659 flaviopnl@gmail.com

Declaro que li e entendi os termos deste consentimento e concordo em participar voluntariamente desta pesquisa.

SEÇÃO I – Caracterização

Nome do entrevistado (Seu nome será mantido em absoluto sigilo)

Sexo

M F

Qual a sua Cor/Raça?

Preta Branca Parda Amarela Indígena

Idade

14 15 16 17 18 19
 20 21 22 23 24

Qual a renda familiar? (considere a soma de todos os ganhos de todos os membros da família)

- 0 a 1 salário mínimo
- 1 a 2 salários mínimos
- 3 a 4 salários mínimos
- mais de 4 salários mínimos

Qual a situação de sua moradia? (a casa onde você mora é)

- Própria
- Alugada
- Cedida
- Outro

Escolaridade

Qual o período de sua participação no PJA? (Informe a data de entrada e a provável data de saída)

Seção II – acesso à educação

Você já participou de algum dos cursos abaixo antes de entrar no Programa Jovem Aprendiz?
(marque quantas opções quiser)

- Curso profissionalizante
- Curso preparatório para vestibular
- Curso de língua estrangeira
- Curso de computação ou informática
- Curso técnico
- Outro _____

Já tinha participado de algum programa de qualificação antes?

- Sim
- Não

Se sim, qual? _____

Você já participou de algum dos cursos abaixo depois de entrar para o Programa Jovem Aprendiz? (marque quantas opções quiser)

- Curso profissionalizante
- Curso preparatório para vestibular
- Curso de língua estrangeira
- Curso de computação ou informática
- Curso técnico
- Outro _____

O conteúdo ensinado na formação do Programa Jovem Aprendiz ajuda você a tirar melhores notas na sua escola?

Sim Não

Quais são as competências ensinadas/trabalhadas no Programa Jovem Aprendiz?

Sua participação no Programa Jovem Aprendiz contribui para você aumentar as suas competências pessoais?

Sim Não

Se sim, quais?

Onde as competências trabalhadas no curso ajudam você? (marque quantas opções julgar responder a questão)

nas atividades na empresa

nos estudos na escola

no convívio familiar

nos seus relacionamentos (amizades, etc.)

Outro _____

Você tem acompanhamento/orientação durante a sua participação no Programa Jovem Aprendiz? (marque quantas opções julgar responder a questão)

Nenhuma orientação

Acompanhamento estudantil

Orientação pedagógica

Orientação vocacional

Tutoria

Mentoria

Outro _____

Sua participação no PJA esta ajudando ou ajudará você a conseguir uma formação universitária?

Sim Não

Seção III - acesso à saúde

O Programa Jovem Aprendiz proporcionou você ter acesso a algum tipo de programa de saúde?

marque quantas opções julgar responder a questão

Plano de saúde

Plano odontológico

programa de alimentação e nutrição

Rede de amamentação

Programa de prevenção/tratamento de dependência

Acompanhamento psicológico

Auxílio-doença

Programa de prevenção de acidentes

Outro _____

Sua participação no Programa Jovem Aprendiz alterou de alguma forma as suas condições de saúde ou de sua família? (considere possíveis melhorias assim como possíveis piores)

Sim Não

Se sim, como? (conte como aconteceram essas alterações)

Seção IV - acesso ao emprego

Você já realizou algum tipo de atividade remunerada antes de entrar no Programa Jovem Aprendiz?

Sim Não

Você já teve a Carteira de Trabalho assinada antes de participar do Programa Jovem Aprendiz?

Sim Não

Quais as razões que levou você a participar do Programa Jovem Aprendiz?

marque quantas opções quiser

remuneração

ocupação do tempo

qualificação profissional

ingresso no mercado de trabalho

Outro _____

Você já participou de algum programa de inserção do jovem no mercado de trabalho?

Sim

Não

Qual a profissão (carreira profissional) que você deseja seguir?

Sua participação no Programa Jovem Aprendiz esta ajudando você a definir sua futura profissão (carreira profissional)?

Sim

Não

Se não houvesse o Programa Jovem Aprendiz, você acha que conseguiria trabalhar onde esta hoje?

Sim

Não

Seção V - acesso ao lazer e a cultura

Quais os tipos de lazer você gosta de fazer/praticar?

diga o que você gosta de fazer como lazer ou diversão

Já visitou/participou de alguma dessas atividades culturais e de lazer devido a estar participando do Programa Jovem Aprendiz?

marque quantas opções julgar responder a questão

- Teatro
- Cinema
- Clube
- Prática de esportes
- Viagens/Passeios
- Acampamentos/Camping
- Biblioteca
- Museu
- Centro Cultural
- Escola de Quadrilha Junina
- Ponto de Cultura
- Centro de documentação/arquivo público
- Galeria de exposição
- Parques
- Shows
- Estádios
- Academias
- Feiras de negócios
- Feiras de artes
- Centro de Convivência
- Oficinas Culturais
- Clube ou grupo de leitura
- Natação
- Dança
- Outro _____

Seção VI – questões gerais

Para você, trabalho é, principalmente

- Necessidade
- Independência
- Experiência
- Autorrealização
- Entendimento da realidade
- Formação como cidadão
- Outro _____

Quais são os usos que você faz com sua remuneração?

fale sobre com o você gasta o seu pagamento

Além da remuneração, quais são os outros benefícios recebidos por participar do Jovem Aprendiz?

marque quantas opções julgar responder a questão

- seguro desemprego
- plano de saúde

- () vale transporte
- () vale refeição
- () estabilidade no emprego
- () FGTS
- () INSS
- () inclusão em banco de empregos/talentos
- () Outro _____

Como ficou a sua vida – em relação a escola/estudos, o tempo livre, o lazer, etc. – depois que começou a participar do Programa Jovem Aprendiz?
 Conte qual é a sua rotina diária

Em uma escala de 0 a 10, qual a nota que você dá ao Programa Jovem Aprendiz?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Conte sobre a sua trajetória antes de iniciar o Programa Jovem Aprendiz
 fale sobre todos as áreas de sua vida (pessoal, profissional, escolar, etc.)

Conte o que aconteceu/mudou em sua vida a partir da sua entrada no Programa Jovem Aprendiz até agora
 fale sobre todos as áreas de sua vida (pessoal, profissional, escolar, etc.)